

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025**

Senhores Acionistas,

A Administração da Braskem S.A. (“Companhia” ou “Braskem”) vem por meio da presente apresentar a Proposta da Administração (“Proposta”) com relação às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Braskem, a ser realizada em 28 de abril de 2025, às 16h00, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º inciso I e artigo 28, §§1º, 2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), por meio da plataforma digital Webex (“Plataforma Digital” e “Assembleia”, respectivamente).

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, tendo em vista que tal formato, no julgamento da Administração, diminui os custos de participação dos acionistas, facilitando e contribuindo para um maior comparecimento da base acionária da Companhia na Assembleia e, assim, potencialmente aumentando a representatividade das deliberações a serem tomadas.

A Companhia esclarece que, tendo em vista a apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do art. 9º, parágrafo único, do Estatuto Social, as ações preferenciais classes “A” e “B” terão direito de voto nesta Assembleia e votarão em conjunto com as ações ordinárias nas deliberações das matérias constantes da Ordem do Dia desta Assembleia.

1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, manifestou-se favoravelmente às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do artigo 26, inciso “V”, de seu Estatuto Social, as quais obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2025, estando acompanhadas, ainda, do Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, emitido em 26 de fevereiro de 2025, e do Relatório e Parecer, sem ressalvas, dos Auditores Independentes. A Administração da Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas o conjunto de documentos relativos às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Resolução CVM 81, contendo suas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário da Companhia.

Nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., artigo 10 da Resolução CVM 81 e artigo 27, §1º da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”), os seguintes documentos foram disponibilizados para a análise dos Srs. Acionistas:

- (i) Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- (iii) Relatório e Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário;
- (v) Parecer do Conselho Fiscal;
- (vi) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes;
- (vii) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras; e
- (viii) Comentários dos administradores da Companhia sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da Seção 2 de seu Formulário de Referência.

Os documentos acima referidos, bem como as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que apreciaram tais documentos, conforme aplicável, também se encontram disponíveis para consulta dos Srs. Acionistas no escritório da Companhia localizado no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, 120, 24º andar, Butantã, CEP 05501-050, no seu *website* (www.braskem-ri.com.br) e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

O documento indicado no item (viii) acima referente aos comentários dos administradores da Companhia sobre sua situação financeira segue anexo à presente Proposta como **Anexo I**.

A Administração esclarece que, conforme a Demonstração do Resultado do Exercício, constante das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou um prejuízo no valor de R\$ 11.320.184.626,99 (onze bilhões, trezentos e vinte milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos), que será integralmente registrado na rubrica de “Prejuízos Acumulados”, passando a registrar um saldo atualizado de R\$ 14.034.197.580,41 (quatorze bilhões, trinta e quatro milhões, cento e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta reais e quarenta e um centavos).

Nos termos do Ofício Circular anual da Superintendência de Relações com Empresas da CVM, a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81 em razão da apuração de prejuízo no exercício social de 2024.

2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, nos termos do artigo 26, inciso "V" de seu Estatuto Social, a Administração da Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas (i) o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que foi disponibilizado aos Srs. Acionistas, nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., artigo 10 da Resolução CVM 81 e artigo 27, §1º da Resolução CVM 80, e arquivados junto à CVM em 26 de fevereiro de 2025, e publicados no jornal "Correio da Bahia" na forma prevista no artigo 124 da Lei das S.A. e no website do mesmo jornal (<https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/>); e (ii) as respectivas contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

3. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes

A Administração da Companhia propõe deliberar sobre a eleição dos seguintes membros efetivos e seus respectivos suplentes para o Conselho Fiscal da Companhia, para mandato que vigorará até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária de 2026, nos termos dos artigos 42 e 43 de seu Estatuto Social.

A Administração submete aos acionistas a eleição da chapa a seguir, indicada pela Novonor e pela Petrobras:

EFETIVOS	SUPLENTES
GILBERTO BRAGA	TATIANA MACEDO COSTA REGO
ANA PATRÍCIA SOARES NOGUEIRA	HEIDER JOSUÉ DE AQUINO NASCIMENTO
MAURÍCIO NOGUEIRA	CAIO CESAR RIBEIRO
PAULO CÍCERO DA SILVA NETO	FERNANDA BIANCHINI EGERT

Os candidatos a membros suplentes indicados acima são vinculados aos respectivos membros efetivos.

As informações relativas à experiência profissional dos candidatos indicados para compor a chapa estão disponíveis no **Anexo II**, nos termos do artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81 (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência).

Havendo a eleição em separado de 1 (um) membro e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, §4º, (a) da Lei das S.A., o Conselho Fiscal será composto por todos os membros indicados na chapa e pelo membro efetivo e respectivo suplente eleito em votação em separado.

4. Fixação do limite da remuneração anual global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025

O montante total proposto para o exercício social de 2025 referente à remuneração anual e global dos Administradores, nos termos do art. 152 da Lei das S.A., é de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), incluindo os honorários fixos e variável, bem como os benefícios aplicáveis, líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador.

Adicionalmente, a Administração propõe o montante de R\$ 1.115.100,00 (um milhão, cento e quinze mil e cem reais) referente à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, observado o disposto no artigo 162, §3º, da Lei das S.A.

Conforme o artigo 13 da Resolução CVM 81, encontram-se detalhadas na presente Proposta as informações referentes à fixação da remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal, nos termos de seus **Anexos III e IV**.

I. Participação dos Acionistas:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser:

(a) via boletim de voto a distância (“Boletim”), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (www.braskem-ri.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e

(b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas.

Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:

Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail braskem-ri@braskem.com, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 26 de abril de 2025**, os seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia;
- (ii) caso o Acionista seja (a) pessoa física, documento de identidade do Acionista; ou (b) pessoa jurídica, instrumento de constituição, estatuto social ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição da Diretoria que comprovem os poderes de representação;
- (iii) caso o Acionista seja fundo de investimento, o regulamento do fundo, juntamente com as informações referidas acima em relação ao seu administrador ou gestor, conforme as regras de representação previstas no regulamento do fundo;
- (iv) adicionalmente, no caso de representação de Acionista (pessoa física, jurídica ou fundo de investimento) por procurador, (i) o respectivo instrumento de mandato, outorgado com observância do artigo 126, §1º, da Lei das S.A.; e (b) o documento de identidade do procurador; e
- (v) relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente.

Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima.

A Companhia não admite procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital).

Abaixo, descrevemos informações detalhadas sobre os prazos e procedimentos para participação na Assembleia:

- (a) Boletim de Voto a Distância: a Companhia adotará a votação a distância nos termos da Resolução CVM 81, permitindo que seus Acionistas enviem seus votos: (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia ou por meio do depositário central; (ii) por meio do escriturador das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.), localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, São Paulo, CEP 04538-132, atendimento a acionista pelos telefones 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas); ou 0800 7209285 (demais localidades através do site

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/atendimento/perguntas-frequentes> ou do e-mail PreAtendimentoEscritural@itau-unibanco.com.br); ou (iii) diretamente à Companhia: (iii.1) por via física, mediante o envio ao escritório localizado à Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050; ou (iii.2) por via eletrônica, para o e-mail braskem-ri@braskem.com, com solicitação de confirmação de recebimento, conforme as orientações constantes no próprio Boletim.

(b) **Plataforma Digital:** os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão enviar tal solicitação para a Companhia através do e-mail braskem-ri@braskem.com, com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 2 dias da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 26 de abril de 2025**, a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de toda a documentação do Acionista para participação na Assembleia (conforme detalhada acima, no Edital de Convocação da Assembleia e no Manual para Participação na Assembleia), **ressaltando que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81.**

A Companhia enviará os convites individuais de acesso à Plataforma Digital e as respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital aos Acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima, conforme já exposto no Manual para Participação na Assembleia.

O Acionista que participar por meio da Plataforma Digital ou cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia será considerado presente à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva Ata da Assembleia, nos termos do art. 47, §1º da Resolução CVM 81.

Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na Assembleia com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as 16h do dia 27 de abril de 2025), deverá entrar em contato com a Companhia pelos telefones +55 (11) 3576-9531 – em qualquer cenário, antes das 12h do dia 28 de abril de 2025, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os Acionistas terem problemas para participar da Assembleia. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na Assembleia.

A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o seu uso, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio).

Adicionalmente, a Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da Assembleia, acessem a Plataforma Digital Webex com, no mínimo, 15 minutos de antecedência do horário previsto para início



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



da Assembleia a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem.

Por fim, encontram-se detalhados nesta Proposta todos os anexos nos termos legais e regulatórios.

A Administração

* * *



BRASIL
BOLSA
BALÇÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



ANEXO	PÁGINA
ANEXO I – Comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência.	9
ANEXO II – Indicação de candidatos indicados pela Novonor e pela Petrobras para ocupar cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81.	75
ANEXO III – Proposta de remuneração dos administradores, nos termos do artigo 13, inciso I da Resolução CVM 81.	97
ANEXO IV – Proposta de remuneração dos administradores, conforme informações do item 8 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 13, inciso II da Resolução CVM 81.	100

BRASKEM S.A.**C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70****N.I.R.E. 29300006939***Companhia Aberta***ANEXO I**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025**

Comentários dos administradores da Companhia sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da Seção 2 de seu Formulário de Referência

2. Comentários dos diretores**Introdução**

As informações financeiras contidas neste item 2 referem-se às e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma distinta, são expressas em milhões de reais.

Para fins deste Anexo I, todas as referências à Companhia incluem a Braskem S.A. e suas controladas, conforme critérios utilizados para consolidação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS.

Os comentários dos diretores da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as Demonstrações Financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas Demonstrações Financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado sejam um indicativo ou que venham a se reproduzir no futuro.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das Demonstrações Financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e no website da CVM (www.cvm.com.br).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 2 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



FTSE4Good



2.1 – Comentários dos diretores condições financeiras e patrimoniais

2.1.a – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu objetivo de atender as necessidades de seus Clientes na cadeia de valor da indústria química, petroquímica e do plástico no Brasil e no mundo, buscando gerar valor aos seus acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas¹ de R\$ 11,3 bilhões em função, principalmente, do impacto da variação cambial negativa no resultado financeiro no montante de R\$ 11,5 bilhões. Com relação às condições patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido total atribuível aos acionistas¹ da Companhia era negativo em R\$ 4,8 bilhões. Assim, a Companhia apresentou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 uma alavancagem financeira consolidada de 8,68x em reais e 7,42x em dólares americanos, cujo cálculo está demonstrado no item 2.5 deste formulário.

Os indicadores de liquidez da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na tabela a seguir:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Liquidez Corrente ⁽¹⁾	1,31x
Liquidez Geral ⁽²⁾	0,96x
<p>(1) Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante (2) Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)</p>	

2.1.b – Estrutura de capital

A estrutura de capital consolidada da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi:

	R\$ milhões
Capital Próprio	(4.782)
Capital de Terceiros	106.357

A Companhia utiliza o mercado de capitais como sua principal fonte de recursos, obtendo, também, recursos junto a bancos comerciais, bancos de fomento, agências de crédito e capital de giro. A estratégia financeira corporativa da Companhia segue focada na manutenção de um prazo médio de endividamento alongado e uma posição de liquidez robusta.

2.1.c – Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia buscam manter os níveis de liquidez e de endividamento da Companhia para que as obrigações presentes e futuras possam ser cumpridas e para capturar oportunidades

¹ Não considera a participação de acionistas não controladores em controladas.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



FTSE4Good



comerciais, à medida que estas venham a surgir, considerando os riscos e as incertezas existentes nas atividades operacionais da Companhia.

A Companhia assumiu compromissos (captação de recursos de terceiros) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 no montante total de R\$ 5,6 bilhões, sem considerar as captações de recursos de terceiros efetuadas pela controlada Braskem Idesa e suas controladas. A estratégia tem como objetivo o alongamento do perfil da dívida e o reforço de liquidez da Companhia. A Braskem Idesa e suas controladas assumiram compromissos (captação de recursos de terceiros) no montante de R\$ 1,1 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

No exercício encerrado em 2024, a Companhia buscou manter seu nível de liquidez elevado, refletindo sua capacidade de pagamento via geração de caixa operacional e manutenção da linha de crédito rotativo internacional, garantindo, assim, uma cobertura de suas obrigações financeiras em 47 meses. Este período de cobertura não inclui a liquidez e as obrigações da Braskem Idesa e suas controladas.

A capacidade de pagamento da Companhia poderá vir a ser afetada por diversos fatores de risco. De forma resumida, as principais necessidades de caixa da Companhia compreendem: (i) financiamento do capital de giro; (ii) pagamento do serviço da dívida; (iii) investimentos (CAPEX) em operações, modernização e investimentos estratégicos; (iv) pagamento de impostos; e (v) pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia, quando aplicável. Para fazer frente a tais necessidades de caixa, a Companhia tem contado tradicionalmente com o caixa gerado pelas atividades operacionais, capitais de terceiros e gestão do capital de giro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou as seguintes avaliações de risco em escala global pelas agências de rating *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*:

Agências de Rating	Rating
<i>Fitch Ratings</i>	BB+ Perspectiva negativa
<i>Standard & Poor's</i>	BB+ Perspectiva negativa

2.1.d – Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Conforme informado no item anterior, a Companhia utilizou recursos originados em suas operações comerciais em geral e recursos de terceiros para financiamento do capital de giro e investimentos em ativos não circulantes no período (vide item 2.1.f abaixo para maior detalhamento sobre os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes).

Com relação ao capital de giro, a Companhia faz uma gestão ativa dos seus prazos de faturamento, de pagamento e dos níveis de estoques. Como parte dessa gestão, a Companhia realiza operações financeiras para antecipação do seu contas a receber de clientes junto a instituições financeiras e fundos destinados à aquisição de recebíveis. Além disso, a Companhia provê cartas de crédito, emitidas por instituições financeiras, para determinados fornecedores e possui convênios de pagamentos com



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



FTSE4Good



instituições financeiras, e contratos de risco sacado que possibilitando que determinados fornecedores façam a cessão de seus créditos a receber da Companhia (para antecipação do recebimento).

2.1.e – Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Por meio de uma gestão financeira ativa, a Companhia poderá suprir eventuais deficiências de liquidez por meio da combinação de: (i) recursos originados das suas operações em geral; (ii) recursos originados por meio de financiamentos, incluindo novas captações e refinanciamento das dívidas existentes; e (iii) recursos originados da redução do ciclo operacional e consequente redução da necessidade de financiamento de capital de giro. A Companhia possui, adicionalmente, uma linha de crédito rotativo, contratada no exterior, no valor de US\$ 1,0 bilhão, com vencimento em 2026, que poderá ser utilizada em caso de necessidade de liquidez adicional.

2.1.f – Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O perfil de endividamento da Companhia pode ser resumido pelas tabelas a seguir, separadas entre o perfil de endividamento corporativo da Braskem, que não considera a dívida da Braskem Idesa e suas controladas, e o perfil de endividamento da Braskem Idesa e suas controladas.

Endividamento Corporativo da Braskem (não inclui Braskem Idesa e suas controladas)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ milhões)
Dívidas de Curto Prazo	2.278
Dívidas de Longo Prazo	50.954
Total	52.323
Dívidas em reais	8%
Dívidas sujeitas à variação cambial do dólar	92%
Dívidas sujeitas à variação cambial de outras moedas	0%
Dívidas Quirografárias	98%
Dívidas cobertas por garantias reais	2%
Dívidas cobertas por outros tipos de garantias	0%

Endividamento da Braskem Idesa e suas controladas	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ milhões)
Dívidas de Curto Prazo	857
Dívidas de Longo Prazo	14.277
Total	15.134
Dívidas em reais	0%



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



Dívidas sujeitas à variação cambial do dólar	100%
Dívidas sujeitas à variação cambial de outras moedas	0%
Dívidas Quirografárias	0%
Dívidas cobertas por garantias reais	100%
Dívidas cobertas por outros tipos de garantias	0%

O cronograma de amortização das dívidas da Braskem está resumido no quadro abaixo, segregado entre o cronograma da Braskem, sem considerar Braskem Idesa e suas controladas, e o cronograma da Braskem Idesa e suas controladas:

Braskem (não inclui Braskem Idesa e suas controladas)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	TOTAL
	(R\$ milhões)									
Moeda Nacional	0,4	489	345	672	1.886	115	557	100		4.180
Moeda Estrangeira	2.278	1.593	1.753	7.823	253	9.450	5.048		20.985	49.052
Total	2.278	2.082	2.098	8.495	2.139	9.565	5.605	100	20.985	53.232

Braskem Idesa e suas controladas	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	TOTAL
	(R\$ milhões)									
Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	857	37	11	1.610	5.392	-	-	7.227	-	15.134
Total	857	37	11	1.610	5.392	-	-	7.227	-	15.134

2.1.f (i) – Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Estão apresentados(as) a seguir: (i) as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos classificados(as) como relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor.

FINANCIAMENTOS BRASKEM

Moeda Estrangeira	Taxas de juros média (% a.a.)	Vencimento	Saldo devedor principal e juros em 31/12/2024	
			US\$ milhões	R\$ milhões

Bonds	Descrito no item (a) abaixo	Descrito no item (a) abaixo	7.093	43.921
Dívidas indexadas à SOFR ⁽¹⁾	1,67	jan/2025 a fev/2031	838	5.191
Outros	5,65	jan/2025 a ago/2028	62	384

(1) Incluindo R\$ 2.369 milhões de financiamentos contratados pelas controladas Braskem Netherlands Finance BV e Braskem Netherlands BV com seguros da SACE e NEXI, agências de crédito de exportação italiana e japonesa, respectivamente, com garantia da Braskem; R\$ 599 milhões de financiamento contratado pela controlada Braskem America com seguro da Euler Hermes, agência de crédito de exportação alemã; e R\$ 103 milhões de financiamento contratado pela Braskem S.A. com prazo de 7 anos e garantia de ativos da planta.

Moeda Nacional	Taxas de juros média (% a.a.)	Vencimento	Saldo devedor principal e juros em 31/12/2024	
			US\$ milhões	R\$ milhões
Debêntures	Descrito no item (b) abaixo	Descrito no item (b) abaixo	497	3.075
Dívidas indexadas ao IPCA	6,04	jan/2025 a jan/2031	47	291
Dívidas indexadas ao CDI	1,47	mar/2025 a jul/2027	134	827
Outros	6,72	jan/2024 a mai/2026	1	8

(a) Bonds

Data de Emissão	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros		Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2024	
				Cupom (% a.a.)	Pagamento		US\$ milhões	R\$ milhões
jul/11 e jul/12	US\$	750	jul/41	7,13%	Semestral	Final	584	3.614
out/17	US\$	1.250	jan/28	4,50%	Semestral	Final	1.198	7.417
nov/19	US\$	1.500	jan/30	4,50%	Semestral	Final	1.521	9.418
nov/19	US\$	750	jan/50	5,88%	Semestral	Final	768	4.758
jul/20 ⁽¹⁾	US\$	600	jan/81	8,50%	Semestral	Final	246	1.526
fev/23	US\$	1.000	fev/33	7,25%	Semestral	Final	1.028	6.364
set/23	US\$	850	jan/31	8,50%	Semestral	Final	884	5.472
out/24	US\$	850	out/34	8,00%	Semestral	Final	864	5.352
Total							7.093	43.921

(1) Este título conta com opções de amortização ao par, pela Companhia, por períodos de 90 dias anteriores a cada redefinição de juros, sendo que a primeira redefinição de juros ocorrerá em janeiro de 2026 e as demais a cada 5 anos subsequentes. Em novembro de 2024, a Braskem Holanda Finance concluiu a oferta de recompra de notas subordinadas com vencimento em 2081, tendo recomprado o montante de R\$ 2.075 milhões de principal das notas.

(b) Debêntures

Data de Emissão	Série	Vencimento	Juros		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2024	
			Indexador	Cupom (% a.a.)	US\$ milhões	R\$ milhões
mar/13	Única ⁽¹⁾	mar/25	IPCA	6,00%	-	-
set/13	Única ⁽¹⁾	set/25	% do CDI	126,50%	-	-
jan/22	1ª ⁽²⁾	dez/28	IPCA	5,54%	109	676
jan/22	2ª ⁽²⁾	dez/31	IPCA	5,57%	26	162
mai/22	1ª	mai/29	CDI	1,75%	124	768
mai/22	2ª	mai/32	CDI	2,00%	40	248
ago/22	Única ⁽³⁾	ago/29	CDI	1,75%	-	-
nov/22	1ª	nov/29	CDI	1,70%	181	1.123
nov/22	2ª	nov/32	CDI	1,95%	16	98
Total					497	3.075

(1) Em 30 de setembro de 2024, os saldos da Cetrel e DAC foram baixados em função da conclusão a alienação do controle da Cetrel S.A. ("Cetrel") para a GRI – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. ("GRI"), entidade controlada pela Solvi Essencis Ambiental S.A. ("Solvi").

(2) Debêntures privadas emitidas pela Braskem, utilizadas como lastro para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

(3) Debêntures modificadas para espécie quirografária em março de 2023, conforme previsto nos documentos da emissão.

FINANCIAMENTOS BRASKEM IDESA

(a) Bonds¹

Data de Emissão	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação)	Vencimento	Juros		Amortização o principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2024	
				Cupom (% a.a.)	Pagamento		US\$ milhões	R\$ milhões
nov/19 ⁽¹⁾	US\$	900	out/29	7,45%	Semestral	Final	908	5.498
out/21 ⁽²⁾	US\$	1.200	fev/32	6,99%	Semestral	Final	1.230	7.446
Total							2.139	12.943

(1) A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado no mesmo valor da captação dos bonds.

(2) Operação de Sustainability-linked bonds. os títulos têm prazo de dez anos e taxa de 6,99% a.a., podendo ser acrescida em até 0,37% a.a. em caso de descumprimento da meta de sustentabilidade, que consiste em reduzir as emissões absolutas de gases de efeito estufa (GEE) em 15% a partir de uma linha de base de 2017 até o final do ano de 2028. A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado no mesmo valor da captação dos bonds

(b) Outros

Data de Emissão	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2024	
				Indexador	Cupom (% a.a.)	Pagamento	US\$ milhões	R\$ milhões
out/21 ⁽¹⁾	US\$	150	out/26	Term SOFR	4,25%	Trimestral	107	647
nov/23 ⁽²⁾	US\$	384	out/28	Term SOFR	3,25%	Trimestral	320	1.936
Total							427	2.583

(1) Em 28 de março de 2024, a Braskem Idesa obteve extensão de waiver do cálculo de índice de alavancagem (covenant) até 30 de março de 2025. Neste sentido, apesar da Braskem Idesa não estar em default nem ter sido solicitada a aceleração desta dívida pelos credores, como o waiver não cobre período de ao menos 12 meses, o montante principal do financiamento de R\$ 631 milhões está classificado no passivo circulante (2023: R\$ 502 milhões). A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado e outros direitos (como ações e recebíveis). A Braskem Idesa tem feito pontualmente a liquidação de suas obrigações de serviço de dívida conforme estabelecido no contrato de financiamento e mantém uma posição de caixa e equivalentes de R\$ 1.205 milhões em 31 de dezembro de 2024 (2023: R\$ 1.562 milhões).

(2) Financiamento tomado pela Terminal Química para a construção do terminal de importação de etano no México, no qual a Braskem proveu compromisso de suporte de capital para cobrir 50% das obrigações de aporte de capital contingente no âmbito do financiamento

2.1.f (ii) – Relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Além das relações decorrentes dos contratos de financiamentos, cujos itens mais relevantes foram descritos no item 2.1.f.(i) acima, a Companhia mantém as seguintes relações de longo prazo com instituições financeiras decorrentes de operações com derivativos, conforme apresentadas na nota explicativa 18.7 de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2024:

Instrumento	Risco de mercado	Exposição	Proteção	Notional	Saldo em 2023	Varição do valor justo	Liquidação financeira	Saldo em 2024
Operações não designadas para hedge accounting								
Contratos futuros	Preço de commodities	Gasolina	Nafta	(45)	(3)	26	(32)	(9)
Swap - Terminal Química	Taxa de juros	SOFR variável	SOFR fixo	(24)	62	(40)	2	24
Contratos futuros de energia	Preço de energia	Energia	-	(77)	(6)	25		19
					53	11	(30)	34
Operações designadas para hedge accounting								
Opções de compra e venda	Taxa de câmbio	Real	Dólar	5.358	(37)	171	(1)	132
Swap CRA	Dólar e taxas fixas	Real	Dólar e taxas fixas	742	(129)	64	15	(49)
Swap CDI dólar	Dólar e taxas fixas	Real	Dólar e taxas fixas	127	(36)	43	17	24
					(201)	277	30	106



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



FTSE4Good



2.1.f (iii) – Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101/2005, atualizada pela Lei nº 14.112/2020, observada a seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) créditos com garantia real; (iii) impostos a recolher; (iv) créditos quirografários; (v) créditos subordinados; e (vi) juros vencidos após a decretação da falência.

Braskem (ex-Braskem Idesa) Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ⁽¹⁾						
Grau de Subordinação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Senior	Sem Garantia Real	1.887	12.204	2.046	34.303	50.439
Senior	Com Garantia Real (Conta reserva de serviço da dívida)	244	535	132	198	1.110
Senior	Com Garantia Real (Outros ativos)	97	76	-	-	173
Subordinada	Sem Garantia Real	53	-	-	1.457	1.510
Total		2.281	12.815	2.178	35.958	53.232

(1) Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Braskem Idesa Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ⁽¹⁾						
Grau de subordinação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Senior	Com Garantia Real	481	2.210	5.285	7.159	15.134

(1) Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de financiamentos Braskem Idesa (circulante e não circulante) apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Para fins de classificação dos créditos, as dívidas da Companhia são cobertas por garantias fidejussórias, à exceção das dívidas contratadas junto as instituições financeiras LEF (*Limburgs Energie Fondas*), Rabobank, Monforte e NEXI, que são cobertas por garantias reais e financeiras. Do ponto de vista contratual, à exceção do Bond emitido em julho de 2020, não existe subordinação entre as dívidas,



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



FTSE4Good



de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

2.1.f (iv) – Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As dívidas em que a Companhia figura como emissora ou garantidora não possuem restrições em relação a limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Entretanto, alguns desses contratos de financiamento contêm outras obrigações que restringem, dentre outras, a capacidade da Companhia e da maioria de suas subsidiárias de outorgarem garantias, incorporarem, fundirem, transferirem, ou alienarem de outra forma todos ou substancialmente todos os seus ativos.

As restrições pactuadas não ensejaram a aceleração de nenhum dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia.

2.1.g – Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, os limites de crédito contratados pela Companhia estavam devidamente utilizados, à exceção da linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) no valor de US\$ 1, 0 bilhão, com vencimento em dezembro de 2026.

2.1.h – Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado (R\$ milhões) CONSOLIDADO	dez/24 (A)	AV %	dez/23 (A)	AV %	dez/24 x dez/23 (A)/(B)
Receita líquida de vendas e serviços	77.411	100%	70.569	100%	10%
Custo dos produtos vendidos	(71.414)	(92%)	(67.548)	(96%)	6%
Lucro bruto	5.997	8%	3.021	4%	99%
Despesas com vendas e distribuição	(1.991)	(3%)	(1.916)	(3%)	4%
(Redução) reversão ao valor recuperável de contas a receber e outros de clientes	108	0%	(83)	0%	N/A
Gerais e administrativas	(2.639)	(3%)	(2.472)	(4%)	7%
Pesquisa e desenvolvimento	(463)	(1%)	(383)	(1%)	21%
Resultado de participações societárias	(21)	0%	7	0%	N/A

Outras receitas (despesas) líquidas	(2.070)	(3%)	(966)	(1%)	114%
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(1.080)	(1%)	(2.792)	(4%)	(61%)
Resultado financeiro líquido	(16.654)	(22%)	(3.400)	(5%)	N/A
Despesas financeiras	(6.853)	(9%)	(5.589)	(8%)	23%
Receitas financeiras	1.719	2%	1.678	2%	2%
Resultado com derivativos e variações cambiais, líquidas	(11.520)	(15%)	511	1%	N/A
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.734)	(23%)	(6.192)	(9%)	186%
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	5.681	(7%)	1.302	2%	N/A
Lucro líquido (prejuízo) do período	(12.053)	(16%)	(4.890)	(7%)	146%
Atribuível a					
Acionistas da Companhia	(11.320)	(15%)	(4.579)	(6%)	147%
Participação de acionistas não controladores em controladas	(732)	(1%)	(311)	0%	136%

As principais variações nos resultados operacionais do último exercício social podem ser explicadas do seguinte modo:

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A receita líquida de vendas e serviços aumentou R\$ 6.842 milhões, ou 10%, para R\$ 77.411 milhões em 2024, de R\$ 70.569 milhões em 2023 em função, principalmente, (i) do maior preço no mercado internacional de PE, PP e principais químicos no segmento Brasil/América do Sul, PP nos Estados Unidos e Europa e PE no segmento México; (ii) do aumento no volume de vendas de principais químicos no mercado brasileiro no segmento Brasil/América do Sul; (iii) do aumento no volume de vendas de PE no segmento México; e (iv) da depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% no período.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E LUCRO BRUTO

O custo dos produtos vendidos aumentou R\$ 3.866 milhões, ou 6%, para R\$ 71.414 milhões em 2024, de R\$ 67.548 milhões em 2023 explicado, principalmente, (i) pela depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% no período; e (ii) pelo de aumento R\$ 1.937 milhões no custo dos produtos vendidos no segmento Estados Unidos e Europa em função do aumento de 14% e 9% nas referências internacionais de preço de propeno nos Estados Unidos e na Europa, respectivamente.

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKM5
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good

Bloomberg
Gender Equality
Index
2023

O lucro bruto aumentou R\$ 2.976 milhões, ou 99%, para R\$ 5.997 milhões em 2024 de R\$ 3.021 milhões em 2023. A margem bruta (lucro bruto como percentual da receita líquida) subiu para 7,7% em 2024 de 4,3% em 2023.

DESPESAS COM VENDAS E DISTRIBUIÇÃO

As despesas com vendas e distribuição aumentaram R\$ 75 milhões, ou 4%, para R\$ 1.991 milhões em 2024, de R\$ 1.916 milhões em 2023, principalmente devido a depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% no período, parcialmente compensada pelo resultado da implementação de iniciativas de redução de custo fixos e variáveis.

(REDUÇÃO) REVERSÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E OUTROS DE CLIENTES

As perdas com redução do valor recuperável do contas a receber e outros de clientes diminuíram em R\$ 191 milhões, para uma receita de R\$ 108 milhões em 2024, de uma despesa de R\$ 83 milhões em 2023, explicado, principalmente, pela reversão de provisões em função da regularização de débitos de clientes no Brasil.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 167 milhões, ou 7%, para R\$ 2.639 milhões em 2024, de R\$ 2.472 milhões em 2023, principalmente (i) por maiores gastos com rescisões; e (ii) pela depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% no período. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo resultado de menores despesas com serviços de terceiros, e despesas jurídicas como resultado da implementação de iniciativas de redução de custos fixos e variáveis no segmento Brasil/América do Sul. As despesas gerais e administrativas como percentual da receita líquida foi de 3,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, ante 3,5% no período correspondente de 2023.

DESPESAS COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram R\$ 80 milhões, ou 21%, para R\$ 463 milhões em 2024, de R\$ 383 milhões em 2023, explicada, principalmente, por maiores despesas com funcionários e benefícios, e com o novo centro de tecnologia de Boston.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os resultados de participações societárias diminuíram R\$ 28 milhões, para uma despesa de R\$ 21 milhões em 2024, de uma receita de R\$ 7 milhões em 2023, devido ao prejuízo líquido registrado pela investida Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR). Este efeito foi parcialmente compensado por um aumento no lucro da Borealis Brasil S.A.

OUTRAS RECEITAS

Outras receitas diminuíram R\$ 791 milhões, ou 45%, para R\$ 978 milhões em 2024, de R\$ 1.769 milhões em 2023 explicado, principalmente, pelo (i) termo de quitação de sinistro firmado com seguradoras em 2023; e (ii) reconhecimento de créditos tributários de PIS e COFINS para insumos considerados essenciais e relevantes em 2023; compensado, parcialmente, pela(o) (iii) regularização tributária realizada através do programa Acordo Paulista; e (iv) ganho com a alienação do controle da Cetrel.

OUTRAS DESPESAS

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKMS
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

FTSE4Good

Bloomberg
Gender Equality
Index
2023

Outras despesas aumentaram R\$ 314 milhões, ou 11%, para R\$ 3.049 milhões em 2024, de R\$ 2.735 milhões em 2023, principalmente pela revisão anual das provisões ambientais das unidades industriais localizadas no Brasil no valor líquido de R\$ 200 milhões.

RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS

O resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos aumentou R\$ 1.713 milhões, para um resultado negativo de R\$ 1.080 milhões em 2024, de R\$ 2.792 milhões em 2023, em função, principalmente, dos maiores resultados antes das despesas financeiras líquidas e impostos de todos os segmentos reportáveis da Companhia, oriundos:

(a) do resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos do segmento Brasil, que aumentou R\$ 1.991 milhões, ou 106%, para R\$ 119 milhões em 2024, de um prejuízo de R\$ 1.872 milhões em 2023. A margem operacional do segmento Brasil, definida como um percentual do resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos dividido pela receita líquida de vendas e serviços, aumentou para 0,2% em 2024, em comparação com uma margem operacional de -4% em 2023, explicado, principalmente, pelo(a) (i) aumento na referência internacional média de preço de resinas; (ii) aumento na referência internacional média de preço de principais químicos; (iii) aumento de 11%, ou 268 mil toneladas no volume de vendas de principais químicos no mercado brasileiro; e (iv) depreciação do real frente ao dólar de 8% entre os períodos;

b) do resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos do segmento Estados Unidos e Europa, que diminuiu R\$ 345,8 milhões, ou 39%, para R\$ 542 milhões em 2023, em comparação com R\$ 887 milhões em 2023. A margem operacional do segmento Estados Unidos e Europa, definida como um percentual do resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos dividido pela receita líquida de vendas e serviços, reduziu para 3% em 2024, em comparação com uma margem operacional de 5% em 2023 devido, principalmente, pelo(a) (i) aumento nas referências internacionais de preço de propeno nos Estados Unidos e na Europa; e (ii) depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% entre os períodos;

(c) do resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos do segmento do México, que aumentou R\$ 468 milhões, ou 139%, para R\$ 131 milhões em 2024, de um prejuízo de R\$ 337 milhões em 2023. A margem operacional do segmento México, definida como um percentual do resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos dividido pela receita líquida de vendas e serviços, aumentou para 3% em 2024, em comparação com uma margem operacional de -8% em 2023, explicado, principalmente pelo(a) (i) aumento de 42 mil toneladas, ou 5%, no volume de vendas de PE no ano; (ii) aumento de 17% no spread de PE no mercado internacional; e (iii) depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% entre os períodos.

RESULTADO FINANCEIRO

Despesas Financeiras

As despesas financeiras aumentaram R\$ 1.263 milhões, ou 23%, para R\$ 6.853 milhões em 2024, de R\$ 5.589 milhões em 2023, explicado, principalmente, pelo(a) (i) aumento da dívida bruta no ano, principalmente, em função da captação do bond de US\$ 850 milhões em outubro de 2024, parcialmente compensado pelo pré-pagamento do bond híbrido de US\$ 363 milhões; (ii) contabilização do custo de transação da captação do bond de outubro de 2024; (iii) aumento



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



FTSE4Good



das despesas de Ajuste à Valor Presente da provisão de Alagoas; e (iv) depreciação do real médio frente ao dólar médio no período de 8%.

Receita Financeira

As receitas financeiras aumentaram R\$ 41 milhões, ou 2%, para R\$ 1.719 milhões em 2024, de R\$ 1.678 milhões em 2023, explicado, principalmente, pela reversão da provisão de valor justo sobre o *Shareholder Loan* da Braskem Idesa, após sua capitalização, compensado, parcialmente, pela menor receita com juros de aplicações financeiras.

Resultados com derivativos e variações cambiais, líquidas

O resultado com derivativos e variações cambiais, líquidas, diminuiu R\$ 12.032 milhões, para uma despesa de R\$ 11.520 milhões em 2024, de uma receita de R\$ 511 milhões em 2023, principalmente como resultado dos efeitos da (i) depreciação de cerca de 28% do real no final do período frente ao dólar sobre a média anual da exposição líquida ao dólar no montante de US\$ 4,2 bilhões; e (ii) depreciação de cerca de 20% do peso mexicano no final do período frente ao dólar sobre a média anual da exposição líquida ao dólar da Braskem Idesa no montante de US\$ 2,1 bilhões.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTES E DIFERIDOS

O imposto de renda e contribuição social foi positivo em R\$ 5.681 milhões em 2024, comparado com o valor positivo de R\$ 1.302 milhões em 2023, em função do maior prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Como resultado do acima exposto, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 12.053 milhões, em 2024, comparado a um prejuízo de R\$ 4.890 milhões em 2023, em função, principalmente, do(a) (i) impacto negativo de R\$ 11.502 milhões de variação cambial no exercício; e (ii) atualização da provisão contábil relacionada ao evento geológico de Alagoas em R\$ 2.237 milhões.

FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxo de Caixa (R\$ milhões) CONSOLIDADO	Dez/24 (A)	Dez/23 (B)	Dez/24 vs. Dez/23 (A)/(B) AH (%)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	2.434	(2.273)	N/A
Utilização de caixa em atividades de investimento	(3.484)	(4.524)	(23%)
Geração de caixa em financiamentos	470	8.874	(95%)



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



FTSE4Good



Variação cambial do caixa de controladas no exterior	1.380	(356)	N/A
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	799	1.721	(54%)

Fluxos de caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 2.434 milhões em 2024. O caixa líquido gerado nas atividades operacionais aumentou R\$ 4.707 milhões em 2024, em comparação a 2023, em função:

- (a) do maior resultado operacional impactado, principalmente, (i) pelos maiores spreads petroquímicos de PE e principais químicos, no segmento Brasil, PP nos Estados Unidos e Europa e PE no segmento México; (ii) pelo maior volume de vendas de principais químicos no segmento Brasil e PE no segmento México; e (iii) pela depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% entre os períodos;
- (b) da variação positiva de capital de giro no período; e
- (c) dos pagamentos relacionados ao Evento Geológico de Alagoas.

Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento

O caixa líquido utilizado em atividades de investimento foi de R\$ 3.484 milhões em 2024, menor em comparação com o caixa líquido utilizado em atividades de investimento em 2023 (de R\$ 4.524 milhões).

Em 2024, as atividades de investimento que consumiram o caixa da Companhia de forma consolidada foram, principalmente, oriundas de (i) aquisições de ativos imobilizados no segmento Brasil, que foram alocados principalmente para operações industriais, incluindo os investimentos relacionados à eficiência operacional, SSMA, produtividade e modernização; (ii) aquisições de ativos imobilizados no segmento Estados Unidos e Europa, alocados tanto em operações industriais quanto em projetos estratégicos; e (iii) aquisições de imobilizado no México para projetos operacionais e estratégicos, como a construção do terminal de importação de etano através da Terminal Química Puerto México. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos recursos obtidos com a conclusão da operação de alienação do controle da Cetrel S.A.

Geração de caixa em financiamentos

A geração de caixa em financiamentos registrou, em 2024, o valor de R\$ 470 milhões, provenientes, principalmente, das seguintes operações:

- R\$ 5.263 milhões (US\$ 850 milhões) por meio da emissão de título no mercado internacional com vencimento em 2034 e taxa pré-fixada de 8,0%;
- R\$ 1.276 milhões relacionados ao saque do financiamento da TQPM, obtido para a construção do terminal de etano; e
- R\$ 619 milhões por meio de linhas de crédito bancárias.

Durante o ano de 2024, a Companhia pagou:



BRASIL
BOLSA
BALÇÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



- R\$ 2.285 milhões, referente ao resgate parcial dos títulos de dívida com vencimento em 2081 e taxa de pré-fixada de 8,5% a.a.;
- R\$ 1.548 milhões, referente ao pagamento de linhas de crédito para exportação;
- R\$ 1.180 milhões, referentes ao pagamento de despesas agregadas relativas a contratos de arrendamento mercantil;
- R\$ 750 milhões referentes ao resgate das debentures com vencimento para 2029 e taxa pós fixada de CDI + 1,75%.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



2.2 – Comentários dos diretores sobre resultados operacionais e financeiro:

2.2.a – Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As informações deste item estão apresentadas no item 2.2 (b) abaixo.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Crescimento do PIB brasileiro e demanda interna dos produtos da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as vendas internas e exportações do segmento Brasil representaram 69% da receita líquida consolidada de todos os segmentos da Companhia. Portanto, o volume de vendas da Companhia é afetado pela conjuntura econômica do país e nos outros países em que opera. O resultado das operações e a situação financeira tem sido e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento ou de contração do PIB brasileiro, dos Estados Unidos, da Europa e do México, e pelas taxas de crescimento ou contração globais.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB brasileiro e outros indicadores macroeconômicos relevantes nos períodos apresentados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024
PIB Crescimento/Redução ⁽¹⁾	3,4%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	6,5%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4,8%
Taxa CDI ⁽⁴⁾	11,8%
Valorização (desvalorização) do real vs. dólar	(28%)
Taxa de câmbio do fim do período (US\$1,00)	R\$ 6,1923
Fontes: (1) PIB brasileiro medido segundo o Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. (2) Inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas. (3) Inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE. (4) A taxa CDI é a média das taxas interbancárias overnight no Brasil (na última data do respectivo período).	

A taxa de crescimento do PIB brasileiro vem flutuando significativamente, sendo que a Administração da Companhia acredita ser provável que esta flutuação persista. A Administração acredita que o impacto do crescimento econômico no Brasil provavelmente afetaria de modo positivo no futuro o volume de vendas dos seus produtos no mercado brasileiro, a receita líquida de vendas e serviços e os resultados operacionais. Contudo, um baixo crescimento econômico ou uma recessão no Brasil provavelmente levaria à redução do volume de vendas no mercado brasileiro, causando potencial efeito negativo nos resultados operacionais.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



Bloomberg
Gender Equality
Index
2023

Segundo o FMI, a economia global está resiliente e deve permanecer estável, em meio ao progresso da desinflação. O PIB mundial expandiu 3,5% em 2022, 3,3% em 2023 e espera-se que tenha um crescimento de 3,2% em 2024 e 3,3% em 2025.

Efeitos de flutuações da taxa de câmbio entre o real e o dólar

Os resultados das operações da Companhia e sua situação financeira tem sido e continuarão a ser afetados pela taxa de desvalorização ou valorização do real frente ao dólar uma vez que: (i) uma parcela substancial da receita líquida de vendas e serviços da Companhia é expressa ou está atrelada ao dólar; (ii) os custos das matérias-primas e alguns catalisadores necessários nos processos de produção, são incorridos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; (iii) algumas despesas operacionais e investimentos de outras naturezas são expressos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; e (iv) a Companhia tem valores significativos de passivos expressos em dólares que exigem o pagamento do principal e juros nessa moeda.

Praticamente todas as vendas da Companhia são de produtos petroquímicos para os quais existem preços no mercado internacional expressos em dólares. Em geral, a Administração procura definir os preços considerando: (i) o preço dos produtos petroquímicos nos mercados internacionais; e (ii) no Brasil, as variações da taxa de câmbio real/dólar. Desta forma, embora uma parcela significativa da receita líquida de vendas e serviços seja expressa em reais, substancialmente todos os produtos da Companhia são vendidos a preços que tomam por base os preços do mercado internacional, cotados em dólares.

Por sua vez, flutuações do real também afetarão o custo da nafta, etano, propano, propeno e de outras matérias-primas atreladas ao dólar ou matérias-primas importadas. O preço das matérias-primas sob todos os contratos com a Petrobras é atrelado ao dólar. A fórmula de preços inclui um fator que ajusta o preço para refletir a taxa de câmbio do real em relação ao dólar americano.

A desvalorização do real frente ao dólar geralmente causa um aumento nos custos de produção dos produtos assim como a Companhia busca aumentar os preços dos seus produtos em reais (na medida possível à luz das condições de mercado à época vigente no país), o que pode resultar na redução dos volumes de vendas de seus produtos. Na medida em que os aumentos de preços não sejam suficientes para cobrir os aumentos de custo das matérias-primas, o lucro bruto da Companhia diminui. Inversamente, a valorização do real frente ao dólar causa geralmente uma redução nos custos de produção dos produtos assim como a Companhia geralmente diminui os preços de seus produtos em reais, o que pode resultar no aumento de volumes de vendas de seus produtos. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio dólar/real, geralmente há uma defasagem entre o momento em que o dólar se valoriza ou desvaloriza e a ocasião em que a Companhia pode efetivamente repassar tais aumentos ou reduções de custo em reais a seus clientes no Brasil. Tais descasamentos de preços diminuem quando as flutuações da taxa de câmbio dólar/real são menos voláteis.

A Companhia pode executar transações com derivativos financeiros para mitigar o risco da taxa de câmbio associado com a exposição dos custos em reais. Essas operações podem incluir opções de compra e venda e estratégias relacionadas. Por exemplo, a Companhia pode aplicar uma estratégia de proteção chamada de *collar*, que consiste na compra de uma opção de venda associada à venda simultânea de uma opção de compra, sendo que as duas opções possuem a

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKMS
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT

FTSE4Good



mesma validade. Nesse caso, se o real desvalorizar e o preço de exercício da compra excede a taxa de câmbio da data de exercício da opção, a Companhia pode sofrer perdas financeiras significativas. No entanto, uma vez que essas estratégias serão implementadas apenas para fins não especulativos (de acordo com a política financeira da Companhia), as perdas em potencial sobre as transações com derivativos deverão ser compensadas por custos fixos mais competitivos em reais.

O endividamento consolidado em dólares americanos da Companhia representava 92,1% do seu endividamento em aberto em 31 de dezembro de 2024, excluindo a dívida relacionada à Braskem Idesa e suas controladas. Incluindo esta última, o endividamento consolidado em dólares americanos da Companhia representava 93,9% do seu endividamento em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Assim, quando o real se desvaloriza frente ao dólar: (i) os custos com juros sobre a dívida expressa em dólares aumentam em reais, afetando negativamente o lucro líquido consolidado das operações em reais; (ii) o valor em reais da dívida expressa em dólares aumenta, e o total do passivo e obrigações de serviço da dívida em reais aumenta; e (iii) as despesas financeiras tendem a aumentar como resultado das perdas cambiais que a Companhia registra, mitigadas pela decisão da companhia em 1 de maio de 2013, 10 de outubro de 2017, 2 de fevereiro de 2019, 2 de maio de 2019, 1 de novembro de 2019, 31 de dezembro de 2019, 2 de janeiro de 2020, 1 de março de 2021, 1 de setembro de 2022, 1 de outubro de 2023 e 31 de outubro de 2024 de designar parte dos passivos denominados em dólares norte-americanos como hedge de exportações futuras.

As vendas para exportação e as vendas pelo segmento Estados Unidos e Europa, que permite a Companhia gerar recebíveis a pagar em moedas estrangeiras, tendem a fornecer um hedge contra uma parte das obrigações de serviço da dívida em dólares americanos da Companhia, mas não correspondem totalmente a elas. Para mitigar ainda mais sua exposição ao risco cambial, a Companhia tenta, sempre que possível, contrair empréstimos para financiamento comercial para suas necessidades de capital de giro, cujo financiamento geralmente está disponível a um custo mais baixo porque está ligado às exportações em dólares americanos.

A taxa de câmbio real/dólar americano variou significativamente ao longo do tempo. O real depreciou-se em relação ao dólar americano de meados de 2011 até o início de 2016, e novamente do início de 2018 até 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio real/dólar americano informada pelo Banco Central era de R\$ 5,1967 por US\$ 1,00; em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio real/dólar americano informada pelo Banco Central era de R\$ 5,5805 a US\$ 1,00; em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio real/dólar americano informada pelo Banco Central era de R\$ 5,2177 a US\$ 1,00; em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio real/dólar americano informada pelo Banco Central era de R\$ 4,8313 a US\$ 1,00; e em 31 de dezembro de 2024, a taxa de câmbio real/dólar americano informado pelo Banco Central era de R\$ 6,1923 a US\$ 1,00. Não há garantias de que o real não se depreciará ou valorizará ainda mais em relação ao dólar americano.

Efeitos da inflação no Brasil

A inflação brasileira afeta o desempenho financeiro da Companhia na medida em que aumenta algumas de suas despesas operacionais expressas em reais (e não atreladas ao dólar). Uma

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKMS
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

FTSE4Good



parcela significativa do seu custo dos produtos vendidos, no entanto, está atrelada ao dólar, não sendo substancialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Algumas das dívidas em reais da Companhia são indexadas para levar em conta os efeitos da inflação. Sob esta dívida, o valor do principal geralmente é ajustado com referência ao Índice Geral de Preços de Mercado, um índice de inflação, de modo que a inflação resulta em aumentos em nas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida da Companhia. Além disso, uma parcela significativa da dívida denominada em reais da Companhia incide juros à TLP ou à taxa CDI, que são parcialmente ajustados pela inflação.

Efeito das Vendas no Exterior sobre o Desempenho Financeiro

A Companhia possui significativa capacidade de produção instalada fora do Brasil a partir de unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, Alemanha e México.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, 42,8% da receita líquida foi proveniente das vendas de produtos fora do Brasil, ante 43,3% em 2023 e 41,8% em 2022.

As vendas fora do Brasil são importantes para a Companhia para fins de diversificação em relação ao equilíbrio regional de oferta e demanda, fatores macroeconômicos e o ambiente político. Em linha com sua estratégia, as vendas fora do Brasil afetam o desempenho financeiro da Companhia ao proteger suas operações contra riscos ligados ao Brasil.

Efeito da ciclicidade na indústria petroquímica

Historicamente, o mercado petroquímico global passou por períodos alternados de oferta limitada, levando ao aumento dos preços globais e das margens de lucro, seguidos de períodos de adição de capacidade de produção, o que pressiona para baixo as taxas de utilização, os preços globais e, conseqüentemente, as margens operacionais, até que a demanda se recupere, com este novo nível de disponibilidade de produtos. Este cenário econômico é conhecido como um ciclo petroquímico.

As vendas de petroquímicos e produtos químicos estão ligadas à demanda global e aos níveis de produção (oferta x demanda), que podem ser afetados por fatores macroeconômicos, tais como taxas de juros, preços do petróleo, mudanças para produtos alternativos, inovação, tendências de consumo, requisitos de supervisão regulatória e legislativa, acordos comerciais, assim como disrupções, pandemias ou outros eventos globais. Portanto, os resultados da Companhia são influenciados não apenas por nossas atividades, mas também pela indústria e cenários macroeconômicos, sobre os quais a Companhia não tem controle e que podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Entretanto, às vezes novas oportunidades surgem de externalidades, tais como a mudança no comportamento do consumidor como exemplo derivado do COVID-19: de 2020-2022, uma grande parte da população passou a trabalhar em casa e, como consequência, aumentou a demanda por vários segmentos, como embalagem, saúde, construção. A Companhia acredita que este resultado resultou em um movimento de queda menos pronunciado na indústria petroquímica.

As tendências cíclicas dos preços de venda internacionais e das margens operacionais relativas à escassez e aumento da oferta global poderão persistir, principalmente em razão do impacto contínuo de quatro fatores genéricos:



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



(i) as tendências cíclicas dos negócios em geral e das atividades macroeconômicas produzem oscilações na demanda por petroquímicos;

(ii) durante períodos de demanda reduzida, a alta estrutura de custos fixos da indústria petroquímica geralmente leva os produtores mais competitivos a competir agressivamente no preço a fim de maximizar a utilização da capacidade;

(iii) aumentos significativos de capacidade, por meio da expansão ou construção de fábricas, podem levar de três a quatro anos para se tornarem operacionais e, portanto, são necessariamente baseadas em estimativas de demanda futura; e

(iv) uma vez que na maioria dos casos a concorrência com relação a produtos petroquímicos tem seu foco no preço, ser um produtor de baixo custo é fundamental para melhorar a lucratividade. Isso favorece os produtores com plantas maiores que maximizam economias de escala, mas a construção de plantas com alta capacidade pode acarretar aumentos significativos de capacidade que podem suplantar o crescimento corrente da demanda.

Em relação ao cenário petroquímico, três mudanças estruturais ou choques na oferta tem impactado a dinâmica de mercado global, sendo elas: (i) a competitividade do gás natural/etano nos EUA e Oriente Médio, que impulsionou a produção de PE base-etano e reduziu a participação da nafta no mercado; (ii) a busca da China pela auto suficiência, visando liderar as cadeias de suprimentos globais e integrar refinarias, gerando uma sobreoferta na indústria; e (iii) a reconfiguração de refinarias, especialmente na Europa, que pode impactar o custo da nafta. Esses choques, somados a uma demanda global que cresce em um ritmo menor, resultaram em um excedente de produtos, especialmente na China, nos EUA e Oriente Médio, que impactaram e continuam impactando de maneira significativa as margens da indústria petroquímica.

Estas mudanças estruturais impactaram a dinâmica usual dos ciclos petroquímicos para o curto e médio prazo, resultando em ciclos de baixa de maior duração. Neste contexto, é importante destacar que potenciais restrições de oferta, influenciadas por racionalizações das capacidades de produção com eficiência marginal na curva de custos global, ou tendências de alta na demanda, como a solução de conflitos geopolíticos e reconstrução de países afetados, poderiam impactar positivamente as taxas de operações globais, e por consequência a rentabilidade da indústria no curto e médio prazo.

A longo prazo, a expectativa da indústria é de que os ciclos petroquímicos retornem aos fundamentos usuais de oferta e demanda do setor, onde o crescimento da demanda global absorve a entrada de novas capacidades, enquanto a indústria aguarda para tomar decisões sobre novos investimentos. Adicionalmente, os fundamentos da indústria, como a competitividade das diferentes matérias primas e as curvas de custo globais, podem mudar no longo prazo, impactando anúncios de novos projetos e a dinâmica dos ciclos petroquímicos.

Durante 2024, a alta volatilidade das commodities continuou, pois além do conflito entre Ucrânia e Rússia, o conflito no Mar Vermelho entre Israel e Hamas se intensificou e, envolvendo também a participação do Irã, país representa 4% da produção global de petróleo bruto (mesmo percentual que o Brasil), aumentando o risco no fornecimento global de petróleo.

Em relação à oferta, o excesso de construção continuou pressionando os petroquímicos, uma vez que a China continua avançando para a sua autossuficiência sem adiamentos nos projetos atuais que



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



podem entrar nos próximos anos. Observando os preços de PE, PP e PVC, o conflito acabou impactando no aumento das taxas de frete marítimos no mercado. Produtores marginais buscaram alguma recuperação de suas perdas acumuladas nos últimos anos, entretanto, em setembro e outubro de 2024 as expectativas sobre a demanda global sofreram foram impactadas pelos anúncios os estímulos na economia pelo governo chinês, que foram aquém da perspectiva do mercado e aumentou a percepção negativa sobre o cenário, pressionando também os preços do petróleo.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais das principais matérias-primas (nafta, etano, propano e propeno)

As flutuações no preço de mercado internacional da nafta têm efeitos significativos nos custos de produtos vendidos da Companhia e nos preços que pode cobrar de seus clientes por seus produtos de primeira e segunda geração. A instabilidade política no Oriente Médio ou eventos similares que possam ocorrer, incluindo o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, e mais recentemente o conflito Israel, Hamas, Hezbollah e conflitos relacionados no Oriente Médio, pode levar a efeitos imprevisíveis sobre a economia global ou sobre as economias das regiões afetadas. Esses eventos tiveram e podem continuar a ter efeitos negativos sobre a produção de petróleo e a volatilidade de preços, consequentemente levando a nafta e os preços petroquímicos a preços mais altos em todo o mundo.

O preço do etano e propano na região de Mont Belvieu no Texas e Henry Hub nos Estados Unidos é usado como referência para parte dos custos de matéria-prima da Companhia. Qualquer desenvolvimento futuro que afete o equilíbrio entre oferta e demanda de gás natural nos Estados Unidos pode afetar negativamente o preço do gás natural no Mont Belvieu e Henry Hub (incluindo, portanto, o etano, propano e butano) e aumentar os custos de produção da Companhia ou diminuir o preço dos produtos petroquímicos. Fatores externos e desastres naturais, como furacões, invernos rigorosos ou desenvolvimentos industriais, como a exploração de gás de xisto, podem perturbar o fornecimento de gás natural, aumentando assim o custo, o que pode afetar materialmente de forma adversa o custo dos produtos vendidos e os resultados das operações da Companhia.

O preço do propeno é baseado na referência americana, e é (i) produzido por três processos diferentes: produção em refinarias (*FCC - Fluidized Catalytic Cracking*), *steam cracking*, e produção para uso próprio (*PDH - Propane Dehydrogenation*), sendo as refinarias a principal fonte de propeno nos Estados Unidos; entretanto, (ii) as refinarias podem utilizar o propileno para fazer alguns produtos diferentes. Seu desejo de vender o propeno no mercado aberto depende da demanda e do preço da gasolina junto com alguns outros produtos químicos. Para o processo de *steam cracker*, o propeno é um coproduto derivado dos processos de rachadura do etano, propano e butano, cuja dinâmica de preço se correlaciona com a do petróleo bruto; e/ou (iii) gás natural, explicado acima. A escolha da matéria-prima do cracker a vapor tem um efeito dramático no fornecimento de propeno ao mercado, uma vez que seu volume de produção é diferente para cada matéria-prima. Durante os últimos anos, o etano tem sido a principal matéria-prima, devido a seu preço mais baixo e à alta demanda de polietileno. Para o processo PDH, os preços do propano desempenham um papel importante no preço do propeno, mas ele define principalmente o preço mínimo, não o teto. Isto porque os PDHs são os produtores marginais de propeno. O teto de preço é determinado pela capacidade de vender produtos de propeno, nacional e internacionalmente.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais no custo dos produtos vendidos

A nafta é a principal matéria-prima utilizada das operações químicas que fazem parte do Segmento Brasil. A nafta e o condensado representaram 36,3% do custo consolidado direto e indireto dos produtos vendidos durante 2024 da Companhia.

O custo da nafta varia de acordo com os preços do mercado internacional, que flutuam dependendo da oferta e demanda de petróleo e outros produtos petrolíferos refinados. A Companhia compra nafta sob um contrato de fornecimento de longo prazo com a Petrobras e com a Acelen, e importa nafta de outros fornecedores através de terminal em Aratú, no Estado da Bahia e do terminal da Petrobras em Osório, no Estado do Rio Grande do Sul. Os preços que a Companhia paga pela nafta sob estes acordos, além de contrato de fornecimento com a Petrobras, são baseados no preço de mercado da nafta no mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia (ARA). Como resultado, as flutuações no preço de mercado ARA para a nafta tiveram um impacto direto sobre o custo de dos produtos de primeira geração da Companhia.

Os contratos da Companhia com a Petrobras e a Acelen preveem preços de nafta baseados em cotações ARA. A volatilidade da cotação deste produto no mercado internacional, a taxa de câmbio real/dólar americano e o nível de dissulfeto de carbono, um contaminante da nafta que é entregue, também influenciam o preço da nafta que a Companhia compra da Petrobras. A Companhia acredita que estes contratos reduziram a exposição do custo de produtos de primeira geração da Companhia às flutuações no preço de mercado ARA da nafta.

O preço internacional da nafta flutuou significativamente no passado, e a Companhia espera que continue a flutuar no futuro. Aumentos significativos no preço da nafta e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos da Companhia, geralmente reduzem suas margens brutas e seus resultados operacionais na medida em que não é capa de repassar todos esses custos aumentados para seus clientes, e podem resultar na redução do volume de vendas de seus produtos. Por outro lado, reduções significativas no preço da nafta e, conseqüentemente, no custo de produção de produtos da Companhia, geralmente aumentam suas margens brutas e seus resultados de operações e podem resultar em maiores volumes de vendas se este custo mais baixo levar a Companhia a baixar os preços. Em períodos de alta volatilidade do preço em dólares americanos da nafta, geralmente há uma defasagem entre o tempo em que o preço em dólares americanos aumenta ou diminui e o tempo em que somos capazes de repassar custos aumentados, ou necessários para repassar custos reduzidos aos clientes no Brasil da Companhia. Estas discrepâncias de preços diminuem quando o preço em dólares americanos da nafta é menos volátil.

Atualmente, a Companhia não cobre a exposição a mudanças nos preços da nafta porque uma parte de suas vendas são exportações a pagar em moedas estrangeiras e ligadas aos preços de mercado internacional da nafta e também porque os preços de polietileno, polipropileno e PVC vendidos no Brasil geralmente refletem as mudanças nos preços de mercado internacional desses produtos.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais nos preços dos produtos vendidos

No Brasil, os preços cobrados pela Companhia por muitos de seus produtos químicos e de resinas termoplásticas em geral são baseados nos preços nos mercados internacionais. Os preços dos produtos de segunda geração exportados do Brasil são geralmente baseados nos preços do mercado à vista internacional. Definimos os preços dos produtos vendidos nos Estados Unidos e na Europa com base nos preços de mercado nessas regiões. O preço do PE no México é baseado nos preços da região da Costa do Golfo dos EUA.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



A Companhia negocia mensalmente os preços em reais de seus produtos, principalmente polietileno, polipropileno e PVC, com seus clientes domésticos. A Companhia tenta revisar seus preços para refletir (i) mudanças nos preços do mercado internacional desses produtos, que tendem a flutuar em conjunto com os preços da nafta, especialmente para polietileno, e (ii) a valorização ou desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano. No entanto, durante períodos de alta volatilidade nos preços do mercado internacional ou nas taxas de câmbio, às vezes a Companhia não consegue refletir integralmente essas mudanças em seus preços de maneira imediata.

Os preços de mercado internacional dos produtos petroquímicos da Companhia têm flutuado significativamente, e é esperado que este movimento continue. A volatilidade do preço da nafta e o preço do petróleo têm efeitos sobre a competitividade dos preços dos crackers baseados em nafta e das resinas da Companhia. Como as tendências de preços da nafta e do etano têm divergido nos últimos anos em maior grau do que tem sido historicamente, os produtores de produtos de eteno e resinas derivadas do etano geralmente têm experimentado custos unitários de matéria-prima mais baixos do que os produtores desses produtos com base na nafta. Como consequência, aumentos significativos no diferencial de preços entre a nafta e o gás, como consequência do aumento dos preços do petróleo, aumenta a competitividade dos produtos derivados do etano e pode resultar em um efeito sobre os resultados operacionais dos ativos base nafta da Companhia na medida em que esta é capaz de manter suas margens operacionais e o aumento dos preços não reduz a pressão nos mercados internacionais.

Aumentos significativos dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que a Companhia poderia cobrar, geralmente aumentam a receita líquida de vendas e resultados operacionais à medida que a Companhia possa manter as margens operacionais, e o aumento de preços não reduza os volumes de vendas de seus produtos. Inversamente, quedas significativas dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que a Companhia poderia praticar, geralmente reduzem a receita líquida de vendas e serviços e resultados operacionais, se a Companhia não puder aumentar suas margens operacionais ou se a redução dos preços não acarretar aumento dos volumes de vendas de seus produtos.

Utilização da capacidade

As operações da Companhia são intensivas em capital. Em vista disso, a fim de obter custos de produção unitários mais baixos e de manter margens operacionais adequadas, a Companhia procura manter altas taxas de utilização de capacidade em todas as suas unidades industriais.

A tabela a seguir demonstra as taxas de utilização de capacidade relativas às plantas de alguns dos principais produtos da Companhia nos períodos apresentados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024
Eteno Brasil (Centrais Petroquímicas)	72%
PE Brasil	73%
PP Brasil	75%



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



FTSE4Good



PVC Brasil	65%
PP EUA e Europa	74%
PE Mexico	78%

Em 2024, a taxa de utilização média das centrais petroquímicas no Brasil permaneceu em linha em relação à 2023 em função, principalmente, da normalização das operações após parada programada de manutenção na central petroquímica da Bahia no 4T23, compensada parcialmente pela parada das operações no Polo Petroquímico de Trinfo, no Rio Grande do Sul, em função do evento climático extremo que atingiu o estado no 2º trimestre de 2024.

Nos Estados Unidos e Europa, a taxa de utilização foi menor (-7 p.p.) em relação à 2023 em função, principalmente, (i) das paradas de manutenção programadas nas plantas da Europa e em uma planta nos Estados Unidos; e (ii) da parada de manutenção não programada em uma planta nos Estados Unidos, durante o 1º trimestre de 2024 com duração de cerca de um mês, e das paradas de manutenção não programadas nas plantas da Europa durante o 4º trimestre de 2024.

No México, a taxa de utilização das plantas de PE no México foi maior (+1%) em relação à 2023, atingindo a maior taxa de utilização anual desde 2017 em função da maior disponibilidade de etano. Em 2024, o fornecimento médio de etano foi de aproximadamente 50 mil barris por dia, superior ao volume fornecido em 2023 (49,5 mil barris por dia). O fornecimento médio de etano pela Pemex foi de cerca de 29 mil barris por dia, abaixo do volume mínimo contratual. A Braskem Idesa importou através da solução Fast Track uma média de aproximadamente 21,1 mil barris de etano dos Estados Unidos.

Efeitos da Política Industrial Brasileira

O governo brasileiro possui influência significativa em alguns setores da indústria interna, inclusive no setor petroquímico no qual a Companhia opera. O governo brasileiro adotou, ou considera a adoção, de medidas que aumentem a competitividade de empresas brasileiras, conforme descreve-se a seguir.

SUDENE – Redução do imposto de renda

Desde 2015, a Braskem obteve benefício fiscal de redução de 75% do IRC sobre o rendimento das seguintes unidades industriais: (i) unidades de PVC e cloro-soda, estabelecidas no estado de Alagoas; e (ii) unidades de químicos, PE e PVC estabelecidas na cidade de Camaçari (BA). Este benefício é válido para as pessoas jurídicas com projetos de implementação, modernização ou expansão de empreendimentos industriais. O benefício pode ser utilizado por um período de dez anos. O benefício fiscal para as unidades em Camaçari (BA) foi renovado com sucesso por um período adicional de dez anos, estendendo os benefícios até 2035. As outras unidades estão em processo de renovação do benefício fiscal. Em 2024, as operações no Brasil registraram prejuízos fiscais, portanto, o benefício não estava disponível para uso.

PRODESIN – Incentivo de ICMS

A Braskem possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Alagoas, através do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas, ou PRODESIN, que visava implementar e expandir uma planta naquele estado. Este incentivo é considerado uma entrada compensatória ao imposto sobre vendas. Em 2024, o valor foi de R\$ 28,3 milhões (R\$ 58,2 milhões em 2023). Como o PRODESIN é



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



considerado um subsídio para investimento, foi alocado à nossa reserva de incentivos fiscais, conforme a Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

Regime Especial da Indústria Química (REIQ) – Incentivo Fiscal de PIS/COFINS

Em 2013, o Governo Brasileiro aprovou a redução das alíquotas de PIS e COFINS sobre as compras de matérias-primas por produtores de primeira e segunda geração da indústria química e petroquímica. A medida visou restabelecer parcialmente a competitividade da indústria nacional, enfraquecida por fatores relacionados à infraestrutura, produtividade, custos de matéria-prima e energia, e taxa de câmbio, que exerceram pressão sobre o déficit na balança comercial de produtos químicos, que encerrou 2024 em um déficit de aproximadamente US\$ 49 bilhões, segundo a ABIQUIM.

Entre 2013 e 2015, a alíquota de crédito fiscal do REIQ foi fixada em 8,25%, e após algumas reduções, permaneceria em 3,65% por um período indefinido. No entanto, desde 2021, o Governo Federal revogou abruptamente o REIQ, sem qualquer planejamento empresarial prévio.

Em 2022, demonstrando a importância da indústria química para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, o setor e o Congresso garantiram que o REIQ voltasse a vigorar com alíquotas decrescentes até o final de 2027. Em 2023, a alíquota de crédito foi fixada em 1,46%, para 2024 a alíquota de crédito é de 0,73% e deve permanecer assim até o final do regime. Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, a empresa cumpriu todas as condições do referido decreto, reconhecendo nos resultados o montante de R\$ 277 milhões desse crédito tributário.

A Braskem também obteve aprovação para projetos no âmbito do REIQ para obter um crédito fiscal adicional à taxa de 1,5%, vinculado a investimentos na expansão da capacidade de produção. A empresa começou a reportar esses incentivos por meio de uma obrigação acessória chamada DIRBI. Com base nos dados submetidos à Receita Federal do Brasil em 2024, o total do incentivo do REIQ alcançou R\$ 37 milhões.

Reintegra

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro implantou o programa “Reintegra”, que visa ao aumento da competitividade de fabricantes brasileiros em mercados internacionais, através do retorno de forma integral ou parcial de impostos federais sobre exportações. Atualmente, o programa Reintegra permanece com uma taxa de reembolso de 0,1%. Espera-se que essa taxa persista, pois o Supremo Tribunal Federal do Brasil decidiu que o Reintegra constitui um subsídio fiscal para exportadores. Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 8,6 milhões deste crédito tributário.

Tarifas de Importação em Portos Locais

Historicamente, as tarifas sobre importações são estabelecidas pelo governo federal. No entanto, nos últimos anos, alguns estados brasileiros estabeleceram incentivos fiscais a fim de atrair importações para portos locais visando aumentar a receita e desenvolver a infraestrutura local de tais portos, principalmente através da concessão de descontos sobre o ICMS que seria devido a tais estados. Líderes do setor e de associações trabalhistas alegam que tais leis criam subsídios para produtos importados, o que prejudicaria a indústria brasileira.

Em 1º de janeiro de 2013, entrou em vigor a legislação que reduz a alíquota máxima de ICMS a ser cobrado pelos estados de 12,0% para 4,0% nas vendas interestaduais de matéria-prima e outros bens

importados ou que possuam Conteúdo de Importação superior a 40,0%. Salvo limitadas exceções, a alíquota de 4,0% não é aplicável a bens importados sem similar nacional, aos bens produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos e às operações que destinem gás importado do exterior a outros Estados. Como resultado, os atuais incentivos fiscais oferecidos por alguns estados brasileiros para atrair importações de produtos na forma de desconto sobre o ICMS que seria devido tornaram-se menos atraentes.

Preços e taxas

A Companhia define os preços de venda do eteno tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transportes, tributos e tarifas. A Companhia define os preços de subprodutos do eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte, tributos e tarifas.

Ajustes de tarifas poderiam levar ao aumento da concorrência das importações e fazer com que a Braskem reduzisse seus preços internos e impactassem a demanda por seus produtos, o que provavelmente resultaria em menor receita líquida e poderia afetar negativamente o desempenho financeiro geral da Companhia. Além disso, os produtos que exportamos para os Estados Unidos e Europa estão sujeitos a tarifas de 6,5% em cada jurisdição, sujeitas a certas preferências. Essas tarifas geralmente equilibram o nível de concorrência dos produtos produzidos localmente pela Companhia e quaisquer ajustes futuros nessas estruturas tarifárias poderão impactar negativamente nossas vendas nessas jurisdições. Futuros acordos comerciais celebrados pelo Brasil, pelo Mercosul, pelos Estados Unidos ou pela União Europeia também poderão levar a um aumento da concorrência das importações e à redução dos preços internos.

As importações e exportações dentro da área de livre comércio da América do Sul (Mercado Comum do Sul), ou Mercosul, que é composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, não estão sujeitas a tarifas desde dezembro de 2001. As importações de PVC em suspensão da Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Israel, Peru e Venezuela não estão sujeitos a tarifas, devido a uma série de acordos comerciais. Importações de PVC suspenso do México com tarifas reduzidas de 80% do NMF, devido a acordos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2023, o imposto de importação aplicado às resinas da Braskem (PE, PP e PVC) era de 12,6% conforme os níveis da TEC.

Medidas aplicadas em 2024

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou o aumento temporário do imposto de importação de 12,6% para 20%, incluindo os seguintes produtos na Lista Camex de Elevações Temporárias de Tarifas devido a Desequilíbrios Conjunturais de Comércio:

- (i) Resinas de PE:
 - Polietileno com densidade inferior a 0,94, sem cargas (NCM 3901.10.10)
 - Outros polietilenos sem cargas, densidade \geq 0,94, em formas primárias (NCM 3901.20.10)
 - Outros copolímeros de etileno e acetato de vinila, em formas primárias (NCM 3901.30.10)
 - Copolímeros de etileno e alfa-olefina, com densidade inferior a 0,94 (NCM 3901.40.10)

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKM5
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

FTSE4Good



(ii) Resinas de PP:

- Polipropileno sem cargas, em forma primária (NCM 3902.10.20)
- Copolímeros de propileno, em formas primárias (NCM 3902.30.00)

(iii) Resina de PVC:

- Poli (cloreto de vinila), não misturado com outras substâncias, obtido por processo de suspensão (NCM 3904.10.10)

Essa medida é válida de 15 de outubro de 2024 a 14 de outubro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, o imposto de importação aplicado às resinas da Braskem (PE, PP e PVC) era de 20% após a aplicação das medidas mencionadas acima.

Além disso, desde os anos 90, as importações de PVC em suspensão dos Estados Unidos e do México estão sujeitas a direitos *antidumping* de 16,0% e 18,0%, respectivamente, que foram impostos pela Câmara de Comércio Exterior Brasileira (Câmara de Comércio Exterior), ou CAMEX. Desde 2008, as importações de PVC em suspensões provenientes da China também estão sujeitas a direitos *antidumping* de 21,6%. Tais direitos haviam sido temporariamente suspensos em agosto de 2020, mas foram reforçados em setembro de 2021. As importações de PVC em suspensão da Coreia do Sul estavam sujeitas a direitos *antidumping* que variavam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, entre 2008 e agosto de 2020, quando foram encerradas. Os direitos impostos às importações provenientes dos Estados Unidos e do México estão agora sob revisão em 2022 pelo governo federal brasileiro, que decidiu estender até 2027 a aplicação de direitos *antidumping* às importações provenientes dos Estados Unidos com uma taxa ad valorem reduzida para 8,2%, e do México a taxa de 13,6%, mas com uma suspensão imediata da aplicação de direitos *antidumping* às importações provenientes do México, enquanto que os direitos impostos às importações provenientes da China expirarão em 2025.

Além disso, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um direito *antidumping* de 10,6% sobre as importações de polipropileno dos Estados Unidos, que foi prorrogado em novembro de 2016. Em agosto de 2014, o governo brasileiro impôs direitos *antidumping* sobre as importações de polipropileno da África do Sul, Índia e Coreia do Sul de 16,0%, 6,4% a 9,9%, e 2,4% a 6,3%, respectivamente. Os direitos impostos às importações de polipropileno dos Estados Unidos estavam sendo revistos pelo governo federal brasileiro, que decidiu prorrogar até 2027 a aplicação de direitos *antidumping* dos EUA com uma taxa ad valorem de 10,6%, mas com uma suspensão imediata da aplicação dos direitos *antidumping*. Em dezembro de 2020, o governo brasileiro prorrogou os direitos *antidumping* impostos às importações de polipropileno da Índia, reduziu os direitos *antidumping* da África do Sul para uma faixa de 4,6% a 16% e encerrou os direitos aplicados contra a Coreia do Sul. Os atuais direitos *antidumping* aplicados às importações da África do Sul e da Índia expiram em dezembro de 2025.

Em novembro de 2024, o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) do Brasil iniciou uma investigação original para determinar a existência de *dumping* nas exportações de resinas de polietileno dos EUA e Canadá para o Brasil, classificadas nas subposições 3901.10.30, 3901.20.29 e 3901.40.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), e o consequente dano à indústria nacional devido a essas práticas. O processo de investigação pode durar até 18 meses.

Impacto do nível de endividamento e taxas de juros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o endividamento consolidado da Companhia, líquido de custos de transação, era de R\$ 68.366 milhões (US\$ 11.040 milhões), incluindo

R\$ 15.134 milhões (US\$ 2.444 milhões), referente a Braskem Idesa e suas controladas. Este nível de endividamento da Companhia resulta em despesas financeiras relevantes, refletidas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Estas despesas consistem em despesas com juros, com variação cambial de dívidas em relação ao dólar e outras moedas, ganhos ou perdas cambiais, entre outros itens. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou uma despesa no total de R\$ 15.946 milhões, em que (i) R\$ 4.910 milhões corresponderam a despesas com juros; (ii) R\$ 257 milhões referem-se a custos de transação de empréstimos – amortização; (iii) 957 milhões referem-se ao ajuste a valor presente – apropriação; e (iv) R\$ 331 milhões referem-se a despesas com juros sobre aluguéis.

Também foi registrada um resultado negativo de R\$ 11.510 milhões relacionados à derivativos e variações cambiais, líquido em conexão com a variação cambial sobre nossos ativos e passivos financeiros e resultados com derivativos. As taxas de juros que pagamos dependem de uma variedade de fatores, incluindo as taxas de juros prevalentes no Brasil e no exterior e nossas avaliações de risco, nossa indústria e a economia brasileira feitas por nossos potenciais credores, potenciais compradores de nossos títulos de dívida e as agências de classificação que nos avaliam e nossos títulos de dívida.

Efeito dos impostos sobre o resultado

A Companhia está sujeita a diversos tributos federais e estaduais em diversas jurisdições e incidentes sobre suas operações e resultados. A Companhia está sujeita ao imposto de renda federal brasileiro de 25% (incluindo sobretaxa) que combinado com a Contribuições Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 9% totaliza uma alíquota nominal de 34%, que é a alíquota padrão do imposto de pessoa jurídica no Brasil. Foram concedidas à Companhia certas isenções e reduções de impostos federais baseadas na legislação federal que oferece incentivos fiscais a empresas que instalem suas unidades nos estados da Bahia e Alagoas.

Essas isenções representam uma redução de 75% de nossa carga tributária e, como resultado, a Companhia tem o direito de pagar 25% da alíquota legal do imposto de renda sobre os lucros decorrentes da venda: (i) do PE fabricado em uma das plantas de PE do Complexo Petroquímico de Camaçari cuja isenção está vigente até 2026; e (ii) do PE fabricado em uma das plantas do Polo de Camaçari e soda cáustica, cloro, dicloroetano (EDC) e PVC produzidos nas plantas no Polo de Camaçari e Alagoas cuja isenção tem duração até o ano de 2024.

A isenção de 75% do imposto de renda combinado com a CSLL a 9%, nos dá o direito de pagar apenas 44,9% da alíquota padrão de 34% do imposto corporativo sobre os lucros decorrentes dos produtos fabricados nessas fábricas.

No que se refere a prejuízos, cumpre mencionar que os prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda a compensar no Brasil não prescrevem, porém de acordo legislação atual, a compensação anual dele está limitada a 30% do lucro líquido ajustado (Lucro fiscal). Este mesmo limite também afeta a Base de Cálculo Negativa de CSLL.

O montante consolidado, inclui o impacto de diferentes alíquotas de impostos em países em que as subsidiárias estão localizadas, conforme segue:

- Braskem Europa (Alemanha) – 32,00% (incluindo sobretaxas);
- Braskem America e Braskem America Finance (Estados Unidos) – 21,00% + alíquotas de vendas;

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKMS
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



- Braskem Argentina (Argentina) – 35,00%
- Braskem Petroquímica Chile (Chile) – 27,00%
- Braskem Netherlands, Braskem Netherlands Finance, Braskem Netherlands Inc, B&TC e ER Plastics – 25,80%
- Braskem Idesa, Braskem Idesa Serviços, Braskem México, Braskem México Serviços e Braskem México Proyectos Sofom, e Terminal Química Puerto México (México) – 30,00%
- Braskem India Private (India) – 26,00%

O montante consolidado também inclui o impacto da Tributação em Bases Universais, que foi introduzido pelo artigo 76 e 77 da Lei 12.973 de 2014. Esta legislação determina que as parcelas positivas de resultados auferidos pelas controladas no exterior serão computados na base de cálculo do IRPJ e CSLL no Brasil de forma individualizada. No caso de a controlada possuir prejuízos anteriores, os mesmos poderão ser abatidos até o montante do lucro apurado, ficando, portanto, o contribuinte obrigado a informar a RFB os estoques de prejuízos acumulados na declaração anual de imposto de renda de pessoa jurídica.

Em suma, todo o lucro auferido pelas subsidiárias relatadas acima devem ser oferecidos a tributação do IRPJ e CSLL no Brasil com exceção dos lucros auferido pelas controladas sediadas em países com os quais o Brasil mantém tratado para evitar a Dupla Tributação. O lucro auferido pelas empresas sediadas nestes países só serão tributados no momento que forem distribuídos aos seus respectivos controladores.

Ademais, o mecanismo de Tributação em Bases Universais também permite utilizar como crédito fiscal, o imposto comprovadamente pago pelas empresas controladas no exterior limitado ao imposto devido pela tributação a alíquota de 34% do lucro da controlada no Brasil. Além disso, a legislação também permite que até 2024, a controladora no Brasil possa aplicar um crédito fiscal presumido à alíquota de 9,0% sobre o lucro auferido pelas controladas no exterior que possuem atividade Industrial. A Braskem aplica esse mecanismo para as controladas Braskem Europe GmbH, Braskem América Inc e Braskem Idesa SAPI.

As vendas de exportação da Companhia estão atualmente isentas de: (i) Programa de Integração Social – PIS; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto federal sobre o valor agregado; (iii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, imposto federal de valor agregado sobre produtos industrializados; e (iv) ICMS.

2.2.b – Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

RESULTADO OPERACIONAL

Os Diretores apresentam abaixo a análise do último exercício por região onde a Companhia atua:

BRASIL

O spread dos principais químicos produzidos pela Braskem apresentou aumento de 2% em 2024 frente ao ano de 2023, devido ao aumento dos preços dos principais químicos em função do maior preço do

propeno, em função da menor oferta devido a paradas programadas e não programadas em PDHs nos Estados Unidos; (ii) aumento do preço do butadieno e benzeno, pela redução da oferta destes produtos, em função de problemas operacionais de produtores na região.

Em relação ao spread de PE, em 2024, foi observado aumento de 20% ante a 2023, explicado pelo (i) aumento da demanda global, em função, principalmente, pela formação de estoques em antecipação à temporada de furacões, e (ii) aumento dos preços, em função dos conflitos no Mar Vermelho, aumentando os custos de frete marítimo internacional.

O spread de PP em 2024 apresentou queda de 1% frente 2023, em função da menor taxa de utilização de refinarias, pelos impactos da tempestade de inverno Heather e pela menor demanda global do setor petroquímico por seus derivados.

O spread par de PVC em 2024 apresentou queda de 22% ante 2023, explicado principalmente pela(o) (i) redução da demanda, em função da desaceleração do setor de construção civil na China; e (ii) maior preço da soda cáustica, em função do aumento dos custos de fretes internacionais, em função dos desdobramentos dos conflitos no Mar Vermelho.

A demanda de resinas no mercado brasileiro (PE+PP+PVC) em 2024 foi de 6,8 milhões de toneladas, apresentando aumento de 16% frente a 2023, em função, principalmente, da maior demanda de (i) PE, principalmente pelo setor de bens de consumos não duráveis; (ii) PP, principalmente pela formação de estoques na cadeia de transformação associada a maior oferta da resina no mercado internacional; e (iii) PVC, principalmente pelo setor de materiais de construção e alimentos.

A taxa de utilização média das centrais petroquímicas no Brasil foi de 72% em 2024, em linha com 2023, principalmente pela normalização das operações após parada programada de manutenção na central petroquímica da Bahia no 4T23, compensada parcialmente pela parada das operações no Polo Petroquímico de Trinfo, no Rio Grande do Sul, em função do evento climático extremo que atingiu o estado no 2T24.

As vendas de resinas no mercado brasileiro totalizaram 3,3 milhões de toneladas em 2024, em linha com o ano de 2023, em função principalmente da (i) disponibilidade de produto para venda em linha com 2023, impactada principalmente pela parada das operações em Triunfo, no Rio Grande do Sul; (ii) priorização de vendas de produtos com maior valor agregado; e (iii) maior oferta de produtos no mercado petroquímico global. Com relação aos principais químicos, em 2023 as vendas no mercado brasileiro totalizaram 2,7 milhões de toneladas, o aumento em relação a 2023 é explicado pelo maior volume de vendas de gasolina, eteno, benzeno e paraxileno devido a maior disponibilidade de produto para venda.

As exportações de resinas em 2024 foram de 0,8 milhão de toneladas, em linha com o ano de 2023, explicada principalmente pela priorização de atendimento do mercado brasileiro, compensado parcialmente por maiores oportunidades de exportações para países da América de Sul. As exportações dos principais químicos foram de 0,27 milhão, uma redução em relação a 2023, em função principalmente da menor disponibilidade de produto para a venda combinado com a priorização do atendimento ao mercado brasileiro.

A receita líquida de vendas e serviços do segmento Brasil em 2024 foi de R\$ 54.844 milhões, 11% superior a 2023 (R\$ 49.512 milhões), explicada principalmente pelo(a) (i) aumento de 5% na referência internacional média de preço de resinas; (ii) aumento de 2% na referência internacional média de preço de principais químicos; (iii) aumento de 11%, ou 268 mil toneladas no volume de vendas de principais

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKM5
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

químicos no mercado brasileiro; e (iv) depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% no período.

O custo dos produtos vendidos do segmento Brasil em 2024 totalizou R\$ 50.600 milhões, 5% superior a 2023 (R\$ 48.159 milhões), explicado, principalmente, pelo(a) (i) aumento de 11%, ou 268 mil toneladas no volume de vendas de principais químicos no mercado brasileiro; (ii) redução de 23% na referência internacional de etano; e (iii) pela depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% no período.

Nesse sentido, o lucro operacional do segmento Brasil/América do Sul aumentou em R\$ 1.991 milhões em relação a 2023, para R\$ 119 milhões em 2024, de R\$ -1.872 milhões em 2023.

ESTADOS UNIDOS E EUROPA

O spread de PP nos Estados Unidos permaneceu em linha na comparação com 2023, em função principalmente (i) do aumento do preço do PP, explicado pela menor oferta da resina na região, em função do aumento de paradas programadas e não programadas de produtores locais devido à condições climáticas, e pelos impactos das restrições logísticas; (ii) compensado pelo maior preço de propeno em função da menor oferta devido a paradas programadas e não programadas em PDHs nos Estados Unidos.

O spread de PP na Europa em 2024 aumentou 7% frente 2023 em função do maior preço de PP, explicado pela redução do nível de oferta, explicado por paradas de manutenção de produtores da região e menor entrada do PP importado na Europa.

A demanda de PP na América do Norte foi maior em 6% quando comparada a 2023, explicada, principalmente, pela (i) melhora no cenário econômico na região; e (ii) maior demanda dos setores industriais, embalagens, têxtil e bens de consumo.

A demanda de PP na Europa foi maior em 2024 em 2% comparada a 2023 em função, principalmente, (i) dos cortes nas taxas de juros implementados na zona do euro a partir do quarto trimestre de 2024; e (ii) pela recuperação gradual de alguns setores, como o de embalagens.

A taxa de utilização média do segmento Estados Unidos e Europa foi de 74%, inferior a 2023, em função, principalmente, (i) das paradas de manutenção programadas nas plantas da Europa e em uma planta nos Estados Unidos; e (ii) da parada de manutenção não programada em uma planta nos Estados Unidos, durante o 1T24 com duração de cerca de um mês, e das paradas de manutenção não programadas nas plantas da Europa durante o 4T24.

Neste sentido, o volume de vendas de PP dos Estados Unidos e Europa foi 7% inferior a 2023, totalizando 2,0 milhões de toneladas em 2024.

A receita líquida do segmento EUA e Europa aumentou R\$ 1.937 milhões, ou 11%, para R\$ 19.444 milhões em 2024, ante R\$ 17.507 milhões em 2023, principalmente como resultado do aumento de 9% e 2% nas referências internacionais de preço de PP nos Estados Unidos e na Europa, respectivamente.

O custo dos produtos vendidos do segmento Estados Unidos e Europa aumentou R\$ 1.899 milhões, ou 12%, para R\$ 18.026 milhões em 2024, de R\$ 16.127 milhões em 2024, principalmente como resultado

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKM5
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

FTSE4Good



do aumento de 14% e 9% nas referências internacionais de preço de propeno nos Estados Unidos e na Europa, respectivamente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o lucro operacional do segmento Estados Unidos e Europa diminuiu R\$ 346 milhões, ou 39%, para R\$ 541 milhões em 2024, de R\$ 887 milhões em 2023.

MÉXICO

O spread de PE na América do Norte em 2024 apresentou aumento de 17% em relação a 2023. O preço de PE aumentou 10% em comparação com 2023, explicado pelo (i) aumento da demanda global, em função, principalmente, pela formação de estoques em antecipação à temporada de furacões, e (ii) aumento dos preços, em função dos conflitos no Mar Vermelho, aumentando os custos de frete marítimo internacional. O preço do etano foi 23% menor em relação a 2024 em função da(o) (i) menor demanda em consequência de paradas em centrais petroquímicas da região; e (ii) aumento da oferta do gás, impactado pelas limitações logísticas para exportação, durante construção de terminais logísticos.

A demanda de PE no México em 2024 foi de 2,6 milhões de toneladas, em linha com a demanda apresentada no ano anterior.

A taxa de utilização das plantas de PE em 2024 foi de 78%, 1 p.p. superior em relação ao ano de 2023, explicada, principalmente, pelo maior fornecimento de etano pela Pemex durante o ano, de cerca de 50 mil barris por dia, superior à média de cerca de 49,5 mil barris por dia fornecidos em 2023.

As vendas de PE em 2024 foram 5% superiores a 2023, totalizando 846 mil toneladas, explicada principalmente por maiores oportunidades para exportação durante o ano.

A receita líquida do segmento México aumentou R\$ 699 milhões, ou 16%, para R\$ 5.148 milhões em 2024, de R\$ 4.449 milhões em 2023, em função principalmente do (i) aumento de 42 mil toneladas, ou 5%, no volume de vendas de PE no ano; e (ii) aumento na referência internacional de preço de PE no mercado internacional.

O custo dos produtos vendidos do segmento no México aumentou em R\$ 135 milhões, ou 3%, para R\$ 4.501 milhões em 2024, de R\$ 4.366 milhões em 2024, principalmente em função da depreciação do real médio frente ao dólar médio de 8% no período

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o lucro operacional do segmento Estados Unidos e Europa aumentou R\$ 468 milhões, para R\$ 131 milhões em 2024, de R\$ -337 milhões em 2023, em função principalmente das iniciativas de redução de custos fixos e variáveis implementadas durante o ano de 2024.

CONSOLIDADO

EBITDA Consolidado Ajustado

No ano, o EBITDA recorrente foi de R\$ 5.759 milhões. O aumento em relação a 2023 é explicado principalmente pelo aumento do lucro bruto em R\$ 2.975 milhões (+98%), em função (i) dos maiores spread de resinas (+8%) e de principais químicos (+2%) no Segmento Brasil/América do Sul, e de PE (+17%) no Segmento México; e (ii) do maior volume anual de vendas de principais químicos (+11%) no mercado brasileiro no Segmento Brasil/América do Sul, e de PE (+5%) no Segmento México.



BRASIL
BOLSA
BALÇÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



2.2.c – Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

As informações relacionadas a este item 2.2(c) encontram-se descritas no item 2.2(a) (ii) deste Formulário de Referência.



BRASIL
BOLSA
BALÇÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



2.3 – Comentários dos diretores sobre mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases:

2.3.a - Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há eventos significativos de alterações em práticas contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2.3.b - Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Comentário sobre o relatório dos auditores externos independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não conteve ressalvas assim como não conteve parágrafos de ênfase.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



Bloomberg
Gender Equality
Index
2023

2.4 – Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

2.4.a - Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.4.b - Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia concluiu a alienação do controle da Cetrel S.A. (“Cetrel”) para a GRI – Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. (“GRI”), entidade controlada pela Solví Essencis Ambiental S.A. (“Solví”). A negociação tem como propósito viabilizar o crescimento da Cetrel, mantendo as condições de segurança operacionais do Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia.

A transação teve como objetivo também fortalecer a Cetrel, líder em soluções ambientais industriais (para tratamento de águas e efluentes, além de consultoria ambiental), e transformar a GRI em uma plataforma para crescimento nacional no setor, buscando excelência operacional e sustentabilidade ambiental. A transação compreendeu a (i) venda, de 498.436 ações ordinárias de emissão da Cetrel detidas pela Braskem à GRI pelo valor de R\$ 293 milhões; e a (ii) subscrição, pela Braskem, de 237.150.906 novas ações ordinárias emitidas pela GRI no valor de R\$ 425 milhões, por meio de aumento do capital social, as quais foram integralizadas pela Braskem, por meio do aporte de 771.592 ações ordinárias de emissão da Cetrel detidas pela Braskem.

O ganho na alienação do controle da Cetrel foi incluído na demonstração de resultados do exercício na rubrica de outras receitas. Os montantes apurados estão sujeitos a determinados ajustes de preço pós fechamento, conforme mecanismos usuais em transações desta natureza.

Em novembro de 2024, Solví e Braskem aprovaram uma reestruturação societária da GRI, por meio de cisão parcial do seu patrimônio, sendo que o patrimônio cindido foi incorporado pela Plaind investimentos S.A. (“Plaind”). A transação foi feita pelos valores contábeis e busca uma melhor organização societária, com a segregação das atividades operacionais da GRI dos demais itens do acervo cindido para que possam ter estrutura de capital próprio, com esperada otimização de seus recursos materiais e financeiros, para que os objetivos sociais sejam alcançados com maior eficiência. Como resultado da reestruturação, não houve qualquer mudança nos valores já reconhecidos, a Companhia manteve participação de 49,9% na GRI e passou a ter uma participação de 49,9% na Plaind.

Em dezembro de 2024, Solví e Braskem aprovaram a venda de 100% de suas ações na GRI para a Cetrel. A participação da Companhia na GRI foi vendida por R\$ 80 milhões, dos quais R\$ 5 milhões foi recebido em caixa na data da transação e R\$ 75 milhões será recebido em até um ano.

2.4.c - Eventos ou operações não usuais

Evento Geológico - Alagoas

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (“CPRM”) divulgou um relatório indicando que o fenômeno geológico, identificado em determinados bairros do município de Maceió, Alagoas, estaria relacionado com as atividades de exploração de poços de sal-gema desenvolvidas pela Braskem. A operação de extração de sal gema, a partir deste momento, foi totalmente encerrada pela Companhia.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



Desde então, a Companhia tem empreendido seus melhores esforços na compreensão do fenômeno geológico, seus possíveis efeitos em superfície, na estabilidade das cavidades de sal-gema e na condução de medidas de precaução e proteção à segurança das pessoas. Os resultados advindos da compreensão do fenômeno geológico vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração (“ANM”) e demais autoridades pertinentes.

Como desdobramento do fenômeno geológico verificado, foram conduzidas tratativas com as autoridades públicas e regulatórias que resultaram em Termos de Acordo firmados, sendo os principais acordos em execução:

- (i) Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Riscos (“Acordo para Compensação dos Moradores”), firmado com o Ministério Público Estadual (“MPE”), Defensoria Pública Estadual (“DPE”), Ministério Público Federal (“MPF”) e Defensoria Pública da União (“DPU”), homologado judicialmente em 3 de janeiro de 2020, ajustado pelas suas resoluções e aditivos posteriores, que dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco, definidas no Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias da Defesa Civil de Maceió (“Mapa da Defesa Civil”), atualizado em dezembro de 2020 (versão 4), e garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento, pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (“PCF”) implantado pela Braskem, da população situada nas áreas do Mapa da Defesa Civil. Com a homologação judicial do Acordo para Compensação dos Moradores, a Ação Civil Pública para Reparação dos Moradores, foi extinta;
- (ii) Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental (“ACP Reparação Socioambiental”) e o Termo de Acordo para definição de medidas a serem adotadas quanto aos pedidos liminares da Ação Civil Pública Socioambiental, conjuntamente “Acordo para Reparação Socioambiental”, firmado com MPF e interveniência do MPE em 30 de dezembro de 2020, no qual a Companhia se comprometeu, principalmente, a: (i) adotar as medidas para estabilização e monitoramento do fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema; (ii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió; e (iii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió. Adicionalmente, o acordo prevê a destinação do montante de R\$ 300 milhões para indenização por danos sociais e danos morais coletivos e para eventuais contingências relacionadas às ações nas áreas desocupadas e ações de mobilidade urbana. Com a homologação judicial deste acordo, a Ação Civil Pública para Reparação Socioambiental foi extinta;
- (iii) Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal (“Acordo Flexal”), firmado com MPF, MPE, DPU e Município de Maceió e homologado em 26 de outubro de 2022 pela 3ª Vara Federal de Maceió, que estabelece adoção de ações de requalificação na região do Flexal, pagamento de compensação ao Município de Maceió e indenizações aos moradores desta localidade; e
- (iv) Termo de Acordo Global com o Município de Maceió (“Termo de Acordo Global”) homologado em 21 de julho de 2023 pela 3ª Vara Federal de Maceió, que estabelece, dentre outros: (a) o pagamento de R\$ 1,7 bilhão a título de indenização, compensação e ressarcimento integral em relação a todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial ao Município de Maceió; (b) adesão do Município de Maceió aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociais (PAS).

A Administração da Companhia, baseada em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração os efeitos de curto e longo prazo dos estudos técnicos elaborados, as informações existentes e a melhor estimativa dos gastos para implementação das diversas medidas referentes ao evento geológico em Alagoas, apresenta as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	5.240	6.627
Complemento de provisão (*)	2.237	2.307
Pagamentos e reclassificações (**)	(2.052)	(3.826)
Realização do ajuste a valor presente	145	132
Total	5.570	5.240
Passivo circulante	2.436	2.759
Passivo não circulante	3.134	2.481
Total	5.570	5.240

(*) i) O complemento da provisão do exercício de 2024 é explicado, principalmente, pela atualização das estimativas de custos referentes à atualizações no plano de fechamento das frentes de lavra, implementação e avanço na maturidade de projetos, iniciativas e programas presentes nas frentes de atuação em Alagoas e no exercício de 2023 refere-se principalmente ao complemento de provisão do Termo de Acordo Global com a Prefeitura de Maceió e pela atualização das estimativas de custos referentes à atualizações no plano de fechamento das frentes de lavra e ; ii) Inclui atualização monetária no total de R\$ 114 milhões (2023: R\$ 114 milhões) reportada na rubrica despesa financeira.

(**) Deste montante, R\$ 1.819 (2023: R\$ 2.686) referem-se a pagamentos efetuados e R\$ 233 milhões (2023: R\$ 1.140 milhões) reclassificados para o grupo de Outras obrigações, que totaliza um saldo de R\$ 478 milhões (2023: R\$ 1.158 milhões) referente a contas a pagar do Evento geológico em Alagoas. No exercício foram desembolsados um total de R\$2.569 milhões (2023: R\$2.686 milhões), sendo R\$1.819 milhões originados da movimentação de provisão do exercício e R\$750 milhões originados da rubrica outras obrigações relacionadas a parcela paga referente ao Termo de Acordo com a Prefeitura de Maceió.

Os valores incluídos na provisão podem ser segregados entre as seguintes frentes de atuação:

a. Apoio na realocação e compensação: Refere-se às ações de apoio na realocação e compensação dos moradores, comerciantes e proprietários de imóveis localizados no Mapa da Defesa Civil (versão 4) atualizado em dezembro de 2020, inclusive de estabelecimentos que pressupõem providências especiais para sua realocação, tais como hospitais, escolas e equipamentos públicos.

Esta frente de atuação possui saldo de provisão no montante de R\$ 997 milhões (2023: R\$ 1.353 milhões) compreendendo gastos relacionados a ações como desocupação, auxílio aluguel, transporte de mudanças, negociação de acordos individuais para compensação financeira e indenizações relativas aos estabelecimentos que pressupõe providencias especiais para sua realocação.

b. Ações para fechamento, monitoramento das cavidades de sal, ações ambientais e outros temas técnicos: Com base no resultado de sonares e estudos técnicos, foram definidas ações de estabilização e monitoramento para todas as 35 frentes de lavras existentes.

Em dezembro de 2024, com base em nova recomendação da consultoria técnica especializada contratada pela Companhia para a realização de estudos sobre o fechamento definitivo das cavidades

de sal, foi considerado o aumento da provisão relativo ao preenchimento com material sólido das 11 cavidades pressurizadas, indicadas no item (iii) abaixo, pertencentes atualmente ao grupo de Tamponamento e Pressurização, cujas ações, caso necessárias, estão previstas a partir de 2027, com execução ao longo de vários anos ou décadas. Estas ações surgiram da evolução do conhecimento sobre a estabilização das cavidades no longo prazo, a partir do conjunto de dados de monitoramento coletados até o momento, bem como da ocorrência do colapso da cavidade 18 e da necessidade de definição do fechamento definitivo da Mina, conforme previsto na legislação minerária.

O plano de fechamento das 35 frentes de lavras considera, atualmente:

i) 18 cavidades possuem a previsão para preenchimento prioritário com material sólido, incluindo 6 cavidades anteriormente planejadas para serem monitoradas e 5 anteriormente planejadas para serem fechadas por tamponamento e que durante o ano de 2024, com base nas definições do Plano de Fechamento de Mina e na recomendação das consultorias especializadas, o fechamento por preenchimento com material sólido (areia) se mostrou o método de fechamento mais adequado. Até a presente data, 6 cavidades já tiveram o preenchimento concluído, 4 cavidades estão com o processo de preenchimento em andamento e para as 8 cavidades restantes, as atividades estão na fase de preparação e planejamento;

(ii) 6 cavidades foram naturalmente preenchidas e, por isso, não indicam, neste momento, a necessidade de medidas adicionais. A cavidade 18, que colapsou em 10 de dezembro de 2023, está em fase de realização de estudos técnicos para a confirmação do seu preenchimento natural, com indicação de que não será necessário seu preenchimento com material sólido;

(iii) 11 cavidades permanecem dentro da camada de sal e aptas à pressurização. No final do ano de 2024, a Companhia, baseada na nota técnica emitida pela consultoria especializada, considerou a recomendação do preenchimento destas cavidades pressurizadas com material sólido, a longo prazo, isto é, no decorrer de vários anos a décadas, e após a conclusão do plano de preenchimento atual, com a finalidade de atingir um estado livre de manutenção para as 35 cavidades, adequado para o fechamento definitivo do campo.

Reitera-se que qualquer necessidade de ações adicionais é avaliada de forma contínua pela Companhia e são baseadas em estudos técnicos preparados por especialistas externos, cujas recomendações podem ser atualizadas periodicamente de acordo com a evolução do evento geológico e do conhecimento adquirido, sendo submetidas às autoridades competentes e seguindo os prazos pactuados no âmbito do plano de fechamento de mina, que é público e regularmente reavaliado com a ANM. A subsidência é um processo dinâmico presente na área do mapa de linhas de ações prioritárias e deve continuar a ser monitorada durante e após as ações previstas no plano de fechamento. Os resultados das atividades de monitoramento serão importantes para avaliar a necessidade de potenciais ações futuras, com foco na segurança e no acompanhamento da estabilidade da região. Quaisquer potenciais ações futuras podem resultar em custos e despesas adicionais relevantes que podem diferir das estimativas e provisões atuais.

O saldo provisionado de R\$ 2.607 milhões (2023: R\$1.583 milhões) para implementação das ações para fechamento, monitoramento das cavidades de sal, ações ambientais e outros temas técnicos foi calculado com base nas técnicas conhecidas até o momento e soluções previstas para as condições atuais das cavidades, incluindo gastos com estudos técnicos e monitoramento, bem como com as ações ambientais já identificadas. O valor da provisão poderá ser alterado com base em novas

informações, tais como: resultado do monitoramento das cavidades, avanço da implementação dos planos de fechamento das frentes de lavras, eventuais alterações que possam ser necessárias no plano ambiental, acompanhamento dos resultados das medidas em andamento e outras possíveis alterações naturais.

Em relação às ações ambientais, atendendo ao estabelecido no Acordo para Reparação Socioambiental, a Braskem segue implementando as ações do plano ambiental aprovado junto ao MPF, assim como compartilhando os resultados de suas ações com as autoridades, conforme previsto no acordo. Como um dos desdobramentos do colapso da cavidade 18, conforme prevê o Acordo de Reparação Socioambiental, segue em execução, pela empresa especializada contratada, o Diagnóstico Ambiental específico para avaliação de potenciais impactos causados pelo colapso da referida cavidade. A entrega do referido diagnóstico está prevista para o primeiro semestre de 2025.

c. Medidas sociourbanísticas: Refere-se às ações em atendimento às medidas sociourbanísticas nos termos do Acordo para Reparação Socioambiental assinado em 30 de dezembro de 2020 para adoção de ações e medidas nas áreas desocupadas, ações de mobilidade urbana e de compensação social, indenização por danos sociais e danos morais coletivos e eventuais contingências relacionadas às ações nas áreas desocupadas e de mobilidade urbana. Até o momento, dos 11 projetos definidos para mobilidade urbana, 6 já foram concluídos, 2 estão em andamento e os demais seguem em planejamento. Em relação ao Plano das Ações Sociourbanísticas (“PAS”), 48 ações já foram validadas com as autoridades signatárias do acordo, definidas com base no diagnóstico sociourbanístico realizado por empresa especializada e independente, e destas, 3 estão em execução. O saldo atual da provisão é de R\$ 1.141 milhões (2023: R\$ 1.369 milhões).

d. Medidas adicionais: Refere-se às ações relacionadas a: (i) ações referentes aos Instrumentos de Cooperação Técnica firmados pela Companhia; (ii) gastos relacionados a comunicação, conformidade, jurídico, dentre outros; (iii) medidas adicionais de apoio à região e manutenção das áreas, incluindo as ações de requalificação e indenização destinadas para região dos Flexais; e (iv) outros assuntos classificados como obrigação presente para a Companhia, ainda que não formalizada. O saldo atual das medidas adicionais descritas neste item totaliza R\$ 825 milhões (2023: R\$935 milhões).

As provisões da Companhia são baseadas nas estimativas e premissas atuais e podem sofrer atualizações futuras decorrentes de novos fatos e circunstâncias, incluindo, mas não se limitando a: mudanças no prazo, escopo, método e efetividade dos planos de ação; novas repercussões ou desdobramentos do fenômeno geológico, incluindo eventual revisão do Mapa da Defesa Civil; eventuais estudos que indiquem recomendações de especialistas, inclusive do Comitê de Acompanhamento Técnico, conforme Acordo para Compensação dos Moradores e outros novos desenvolvimentos do tema.

As ações para reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais, conforme previsão do Acordo para Reparação Socioambiental, foram definidas com base no diagnóstico ambiental realizado por empresa especializada e independente. Ao final de todas as discussões com as autoridades e agências regulatórias, conforme o rito previsto no acordo, foi consensado um plano de ação, que será parte das medidas de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (“PRAD”).

Em 21 de maio de 2024, foi aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (“CPI”), instaurada pelo Senado Federal, em 13 de dezembro de 2023, com propósito de investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da Companhia relacionada ao evento geológico em Alagoas.

Nesta data, foi declarada encerrada a referida CPI, com posterior encaminhamento do relatório final às instituições pertinentes.

Há, também, procedimentos administrativos relacionados ao evento geológico em Alagoas em andamento perante o Tribunal de Contas da União (“TCU”) e a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia informa que vem acompanhando os temas e seus desdobramentos.

Em outubro de 2024, a Companhia tomou conhecimento da conclusão do inquérito da Polícia Federal em Alagoas que tramitava desde 2019. Os autos do inquérito foram remetidos ao Ministério Público para avaliação, que solicitou diligências complementares. A Companhia reitera que está e sempre esteve à disposição das autoridades e que vem prestando todas as informações relacionadas à exploração de sal-gema no transcorrer das apurações.

A Companhia tem avançado nas tratativas com entes públicos a respeito de outros pleitos indenizatórios, aprofundando o seu conhecimento quanto aos mesmos. Embora possam ocorrer desembolsos futuros como resultado de tais tratativas, até o momento, a Companhia não consegue prever os resultados e o prazo para sua conclusão, assim como seu eventual escopo e gastos totais associados, além daqueles já provisionados.

Não é possível antecipar todos os novos pleitos, de natureza indenizatória ou naturezas diversas, que poderão ser apresentados por indivíduos ou grupos, inclusive entes públicos ou privados, que entendam ter sofrido impactos e/ou danos de alguma forma relacionados ao fenômeno geológico e à desocupação das áreas de risco, bem como novos autos de infração ou sanções administrativas de naturezas diversas. A Braskem ainda enfrenta e pode enfrentar procedimentos administrativos e diversas ações judiciais, inclusive ações individuais movidas por pessoas físicas ou jurídicas não atendidas pelo PCF ou que discordem da compensação financeira oferecida para liquidação individual, novas demandas coletivas e ações movidas por concessionárias de serviço público, entes da administração direta ou indireta do Estado, dos Municípios ou União, não sendo possível estimar, neste momento, a quantidade de eventuais ações, sua natureza ou valores envolvidos.

Consequentemente, a Companhia não pode descartar futuros desdobramentos relacionados a todos os aspectos do evento geológico de Alagoas, ao processo de realocação e ações nas áreas desocupadas e adjacentes, de modo que os custos a serem incorridos pela Braskem poderão ser materialmente diferentes de suas estimativas e provisões.

Em fevereiro de 2023, a Companhia firmou termo de quitação com as seguradoras encerrando a regulação do sinistro do evento geológico em Alagoas.

Ações judiciais em curso

Os passivos contingentes com prognóstico de perda avaliado como possível pela administração da Companhia, baseada em sua avaliação e dos seus assessores jurídicos externos, relacionadas ao evento geológico em Alagoas, são divulgados conforme segue:



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



	2024	2023
Processos de natureza cível - Alagoas (*)	9.241	8.821
Processos de natureza ambiental - Alagoas	85	73
Total (**)	9.326	8.894

(*) Valores apresentados líquidos da parcela de provisão de compensação e realocação dos equipamentos públicos localizados no Mapa da Defesa Civil (versão 4) abarcados por pleitos judiciais relacionadas ao tema. O valor total das provisões relacionadas a estas ações é de R\$ 276 milhões.

(**) Abrange as ações com prognóstico de perda possível detalhadas abaixo e outras de menor valor envolvido, incluindo Ações Cíveis Públicas relacionadas à realocação de certos equipamentos públicos contidos na região.

No contexto deste evento, as principais ações propostas contra a Companhia são:

(i) Ação Civil Pública Reparação aos Moradores – Mapa Versão 5 - Autores: Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e Ministério Público do Estado de Alagoas

Em 30 de novembro de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP proposta pelos autores contra o Município de Maceió e a Braskem, tendo como pedido liminar, em sede de tutela evidência, contra a Braskem, requerem liminarmente: (i) inclusão no PCF da nova área de criticidade 00 (área definida pela Defesa Civil de Maceió com recomendação de realocação) da Versão 5 do Mapa da Defesa Civil e viabilizar a inclusão facultativa de todos os atingidos cujos imóveis estão localizados na área de criticidade 01 (área definida pela Defesa Civil de Maceió com recomendação de monitoramento) da Versão 5 do Mapa, com a atualização monetária correspondente aos valores praticados pelo PCF; (ii) instituição, sob a faculdade do atingido da área de criticidade 01, de Programa de Reparação do Dano Material provocado pela alegada desvalorização do imóvel, bem como o alegado dano moral sofrido em decorrência da inclusão do imóvel no Mapa; (iii) contratação de empresa independente e especializada para a identificação do alegado dano material dos imóveis na hipótese de decisão do atingido de permanência na área de criticidade 01 da Versão 5 do Mapa da Defesa Civil; e (iv) contratação de assessoria técnica independente e especializada, a fim de dar suporte ao atingido na avaliação dos cenários e tomada de decisão acerca de sua realocação ou permanência na área. No mérito, pedem a confirmação dos pedidos liminares.

Para os pedidos liminares dos autores, inicialmente deferidos pelo juízo de primeiro grau, foi proferida decisão em sede de recurso de agravo de instrumento determinando "a imediata suspensão da execução provisória determinada pelo juízo de origem", decisão mantida por deliberação colegiada até o julgamento final do agravo de instrumento. Estimativa em 2024: R\$ 1.113 milhões (2023: R\$ 1.010 milhões).

(ii) Ação Civil Pública Pedido de Danos Morais Coletivos Complementares - Autor: Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública Estadual de Alagoas

Em março de 2024, a Companhia tomou conhecimento da ACP buscando, dentre outros pedidos, questionar a cláusula 69 do Acordo Socioambiental (pagamento de R\$ 150 por danos morais coletivos) sob a alegação de haver fatos posteriores à celebração do acordo que ensejariam danos adicionais.

A DPE requereu, liminarmente: (i) a suspensão da cláusula 58, parágrafo segundo, do Acordo Socioambiental, a fim de se afastar a possibilidade de reversão da área em benefício da Braskem; (ii) a

decretação de inalienabilidade da área do PCF até o trânsito em julgado de decisão de mérito da demanda, considerando a necessidade de que os bens adquiridos pelo Programa de Compensação Financeira não sejam objeto de qualquer alienação, tampouco objeto de penhora.

Em 12 de abril de 2024, estes pedidos liminares foram indeferidos pelo juízo. No mérito, requer, dentre outros: (i) a perda de todos os imóveis objeto do PCF, com a possibilidade de reversão da área para as vítimas ou para domínio público, além da condenação da Braskem ao pagamento, a título de dano moral coletivo e social, da mesma quantia despendida pela Braskem a título de danos materiais; (ii) a condenação da Braskem, a título de danos existenciais, à perda de todos os imóveis objeto do PCF; (iii) a condenação da Braskem pelo “lucro ilícito”, com a perda dos imóveis do PCF, além do pagamento dos valores obtidos pela Companhia em razão da sua alegada conduta ilícita (a ser apurado em liquidação de sentença); (iv) a intimação do Diretor de Relação com Investidores, para os fins das obrigações regulatórias, com publicação de fato relevante. Estimativa em 2024: R\$ 162 milhões.

(iii) Ação Civil Pública - Negativa de contratação de seguro no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (“SFH”) - Autor: Defensoria Pública da União

Em novembro de 2021, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada diante da negativa, por parte das seguradoras dos contratos de financiamento imobiliário vinculados ao SFH, de contratação de seguro habitacional para contratos de aquisição de imóveis localizados em um raio de 1km fora da área de risco definida pela versão 4 do mapa da Defesa Civil, objeto do acordo da ACP dos Moradores – Vide item (i).

Seguradoras vinculadas ao SFH, agentes financeiros, órgão regulador e Braskem figuram como rés. O pedido principal é dirigido apenas às seguradoras, agentes financeiros e órgão regulador, sob o fundamento de que a negativa de cobertura é abusiva, não possui fundamento técnico ou jurídico. Há pedido subsidiário (eventual) de condenação da Braskem ao pagamento de indenização, em valor a ser liquidado futuramente, caso o juízo entenda que a negativa de cobertura tem fundamento em razão do fenômeno da subsidiância.

Em 10 de janeiro de 2024, foi proferida sentença condenando parcialmente as seguradoras a: (i) se absterem de aplicar a margem de segurança para além da área de risco definida pela Defesa Civil e praticar preços e aumentos abusivos para evitar a contratação de cobertura securitária para imóveis fora e próximos da área de risco, declarando a nulidade das negativas/declínio de cobertura securitária com base exclusivamente na referida margem de segurança, (ii) convocarem todos os interessados para reavaliação do pleito de seguro habitacional. Não houve condenação da Braskem e as seguradoras recorreram da decisão, que estão pendentes de julgamento.

Não é possível estimar o valor de eventual indenização, que dependerá da demonstração dos danos suportados por parte de pessoas que tiveram a contratação do seguro negada.

(iv) Ação Civil Pública - Revisão de termos do Acordo Flexal - Autor: Defensoria Pública Estadual de Alagoas

Em março de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada contra a Companhia, União, Estado de Alagoas e Município de Maceió buscando, dentre outros pedidos, a revisão de termos do Acordo Flexal celebrado entre a Companhia, MPF, MPE, DPU e Município de Maceió, cuja homologação judicial ocorreu em 26 de outubro de 2022, perante o Juízo da 3ª Vara Federal de Alagoas.

Por meio desta ação, a DPE busca, dentre outros pleitos, a inclusão dos moradores dos Flexais que assim optarem no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) criado no âmbito do acordo na ACP (Reparação aos Moradores), com a consequente realocação destes moradores e sua compensação por danos morais e materiais em parâmetros especificados na ação.

Em caráter liminar, foi requerido pela DPE que o Município de Maceió e a Braskem iniciassem o cadastro de todos os moradores que optassem ser realocados e sua concomitante inclusão no PCF, ou, subsidiariamente, que fosse determinado o bloqueio, em desfavor da Braskem, do valor de R\$ 1,7 bilhão, para garantir indenização pelos danos morais e materiais aos moradores dos Flexais. Estes pedidos liminares foram indeferidos pelos juízos de primeira e segunda instâncias. Em 19 de janeiro de 2024, foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos da DPE.

A Companhia, a DPE/AL, o Estado de Alagoas e a União apresentaram recursos contra essa decisão. Os efeitos da decisão de primeiro grau estão suspensos até o julgamento dos recursos. Estimativa em 2024: R\$ 2.137 milhões (2023: R\$ 1.952 milhões).

(v) Ação Civil Pública - Reparação aos Pescadores - Autores: Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas (“FEPEAL”) e pela Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (“CNPA”)

Em agosto de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada pela FEPEAL e pela CNPA (em conjunto “Associações”) contra a Companhia, buscando reparação por danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes) e morais individuais homogêneos e coletivos para as Associações e cada um dos alegados 8.493 pescadores supostamente afetados e representados pelas Associações.

Em caráter liminar, foi requerido, dentre outros pleitos, que a Companhia provisione valores suficientes a garantir a indenização dos pescadores abarcados pela ACP, e também emita comunicado de fato relevante aos acionistas, pedidos que foram indeferidos pelo Juízo.

Dentre outros pedidos, as Associações pleiteiam o pagamento de: (i) indenização pelos (a) danos morais individuais e homogêneos suportados no montante de R\$ 50 mil, e (b) danos materiais na modalidade de lucros cessantes individuais e homogêneos no valor de R\$ 132 mil, em ambos os casos para cada um dos alegados pescadores supostamente afetados; (ii) indenização pelos danos morais coletivos para as Associações no montante de R\$ 100 mil; (iii) indenização pelos danos materiais coletivos para as Associações no valor de R\$ 750 mil; e (iv) honorários de sucumbência no valor de 20% do valor da condenação. Estimativa em 2024: R\$ 1.767 milhões (2023: 1.607 milhões).

(vi) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (“ADPF”) - Autor: Governador do Estado de Alagoas

Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ADPF apresentada perante o Supremo Tribunal Federal, em face de algumas cláusulas dos acordos celebrados extrajudicialmente e homologados nos autos dos processos nº 0803836-61.2019.4.05.8000 (ACP Reparação dos Moradores), 0806577-74.2019.4.05.8000 (ACP Reparação Socioambiental) e 0812904-30.2022.4.05.8000 (Acordo Flexal), que tratam de quitação à Companhia, bem como aquisição e exploração das propriedades desocupadas.

Em 24 de junho de 2024, a Ministra Relatora proferiu decisão negando seguimento à ADPF, tendo sido apresentado recurso pelo autor da ação.

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKMS
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

FTSE4Good



Não é possível atribuir valor de contingência a esta ação, que possui pedidos ilíquidos, visando à declaração de nulidade de cláusulas contratuais específicas dos Acordos.

(vii) Ação Indenizatória - Autor: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (“CBTU”)

Em 2 de fevereiro de 2021, a Companhia teve ciência do ajuizamento de ação, formulando, inicialmente, apenas pedido liminar para manutenção dos termos de cooperação anteriormente firmados pelas partes. O pedido foi indeferido em primeira e segunda instância, diante do adimplemento das obrigações assumidas pela Braskem. Em 24 de fevereiro de 2021, a CBTU apresentou aditamento à petição inicial, requerendo o pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 222 e morais no valor de R\$ 0,5, bem como a imposição de obrigações de fazer, inclusive a construção de uma nova linha férrea para substituir o trecho que passava pela área de risco.

A Braskem celebrou memorando de entendimentos com a CBTU para buscar uma solução consensual e a suspensão da ação judicial durante o período de negociação, e tem avançado no entendimento do tema. Foi apresentado um negócio jurídico processual, homologado pelo juízo, que prevê a continuidade das tratativas para uma possível conciliação entre as partes até março de 2025. Estimativa em 2024: R\$ 1.492 milhões (2023: 1.465 milhões).

(viii) Ação Indenizatória - Imóvel Bairro Pinheiro - Autor: Construtora Humberto Lobo

Em julho de 2019, a Companhia tomou conhecimento da ação indenizatória alegando haver suportado danos e lucros cessantes em razão de compromisso de compra e venda de um terreno da Braskem no Bairro do Pinheiro. Referido contrato foi rescindido pela Braskem por falta de pagamento pela contraparte. Apesar disso, a contraparte alega que a Braskem teria ocultado a informação da existência de problemas estruturais em poços de extração de sal-gema desativados, localizados no terreno em questão. Em 05 de julho de 2023, foi proferida sentença favorável à Braskem, que não reconheceu a existência dos alegados lucros cessantes pleiteados nem os alegados danos à imagem da construtora, determinando tão somente a devolução do valor de R\$ 3, pela Braskem à autora, acrescido de correção monetária, que deverão ser abatidos dos valores já recebidos pela Humberto Lobo ao longo do processo. Estimativa em 2024: R\$ 1 milhão (2023: R\$ 1 milhão).

(ix) Ação Indenizatória - Autor: Estado de Alagoas

Em março de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ação pleiteando a reparação por alegados danos sofridos decorrentes, dentre outros, de perda de imóveis dentro da área de risco definida pela Defesa Civil, supostos investimentos iniciados pelo Estado de Alagoas e que teriam sido inutilizados em decorrência da desocupação da área de risco e suposta perda de receita tributária, com pedido para que tais danos sejam apurados por perícia judicial.

Em 10 de outubro de 2023, foi proferida sentença pelo juízo de 1º grau, em julgamento antecipado do mérito, condenando a Braskem ao ressarcimento dos investimentos realizados, equipamentos públicos e perdas de arrecadação tributária na forma requerida pelo Estado de Alagoas. Os valores de indenização deverão ser calculados em fase de liquidação de sentença. A Companhia apresentou recurso contra esta decisão. Estimativa em 2024: R\$ 1.493 milhões (2023: R\$ 1.259 milhões).

(x) Outras Ações Cíveis - Indenizações relacionadas aos impactos da subsidência e a desocupação das áreas afetadas - Autores: Diversos

A Companhia é ré em diversas outras ações, movidas no Brasil e no exterior, que buscam o pagamento de indenizações direta ou indiretamente relacionadas ao evento geológico em Maceió. Estimativa em 2024: R\$ 1.076 milhões (2023: R\$ 1.489 milhões).

(xi) Processos diversos de natureza civil

Estimativa em 2024: 0 (2023: R\$ 38 milhões).

Total de processos de natureza cível em 2024: 9.241 milhões (2023: R\$ 8.821 milhões).

Descrição dos processos de natureza ambiental

(i) Auto de infração - Autor: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (“IMA”)

Em 4 de dezembro de 2023, a Companhia foi autuada pelo IMA por alegada degradação ambiental decorrente do deslocamento do solo na região de fechamento da frente de lavra no município de Maceió. Considerando que no ano de 2019 a Companhia já havia sido penalizada pelo mesmo fato e fundamento jurídico, foi apresentada defesa ao auto de infração por bis in idem. O auto de infração original, de 2019, foi encerrado com assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”), em 23 de dezembro de 2023.

Em 28 de junho de 2024, a Braskem foi intimada da decisão, ainda passível de recurso administrativo, mantendo o auto de infração. Estimativa em 2024: R\$ 79 milhões (2023: R\$ 70 milhões).

(ii) Processos diversos de natureza ambiental

Estimativa em 2024: R\$ 6 milhões (2023: R\$ 3 milhões)

Total de processos de natureza ambiental em 2024: R\$ 85 milhões (2023: R\$ 73 milhões)

Total de contingências possíveis em 2024: R\$ 9.236 milhões (2023: R\$ 8.894)

Outras ações judiciais relevantes com probabilidade de perda remota:

Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas: Pedido de anulação parcial dos acordos firmados no âmbito do PCF e revisão da compensação paga por danos morais individuais. Em setembro de 2024, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada pela DPE, buscando, entre outros pedidos, a revisão da compensação paga no PCF por danos morais individuais, com a anulação parcial dos acordos firmados no âmbito do PCF e ratificados em juízo.

A DPE também solicita a anulação das cláusulas dos acordos individuais do PCF que preveem a transferência da propriedade/posse dos imóveis desocupados para a Companhia, e busca o cancelamento dos respectivos registros de títulos feitos nos Cartórios de Registro de Imóveis, restaurando a propriedade e posse desses imóveis aos proprietários/vítimas anteriores, assim como, os valores de danos morais já pagos às partes assistidas no âmbito do PCF sejam considerados como um adiantamento da compensação supostamente devida. O valor atualizado da causa atribuído pela DPE é de R\$ 5,1 bilhões. A administração, apoiada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a probabilidade de perda nesta ação como remota.

Acordo de Leniência

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou especialistas em investigação interna para conduzirem uma investigação independente de tais alegações (“Investigação”) e reportarem os seus resultados.

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (“Acordo MPF”) e com as autoridades dos Estados Unidos e Suíça (“Acordo Global”), no valor de US\$ 957 milhões (R\$3,1 bilhões à época), os quais foram devidamente homologados. Ainda, a Companhia se engajou em processo de cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União (“CGU”) e a Advocacia Geral da União (“AGU”), que culminou com a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades em 31 de maio de 2019 (“Acordo CGU/AGU”) e, em conjunto com o Acordo Global, simplesmente “Acordos”), que trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global e prevê um desembolso adicional de R\$ 410 milhões, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Adicionalmente, em 2019, o Ministério Público da Bahia e o Ministério Público do Rio Grande do Sul aderiram ao Acordo MPF, sem previsão de pagamentos adicionais por parte da Companhia. Desde 2016, a Companhia já pagou R\$ 3.405 milhões, distribuídos conforme quadro abaixo.

Acordos firmados com:	AGU		DoJ (i)	OAG (i)	MPF	SEC (i)	Total
	CGU e MPF						
Pagamentos efetuados	1.213		297	407	1.282	206	3.405

(i) U.S. Department of Justice (“DoJ”); Swiss Office of the Attorney General (“OAG”) e U.S. Securities Exchange Commission (“SEC”).

Em agosto de 2023, a Companhia foi notificada pela CGU sobre o encerramento do período de monitoramento do programa de integridade, a qual também apresentou o Termo de Encerramento.

Em fevereiro de 2024, foi proferida decisão pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (“ADPF”) nº 1051, determinando a renegociação de acordos de leniência. Em dezembro de 2024 a Companhia assinou Termo Aditivo ao Acordo de Leniência para ajuste no cronograma de pagamentos e outras obrigações e condições, conforme abaixo:

- (i) 2025: R\$ 35 milhões
- (ii) 2026: R\$ 35 milhões
- (iii) 2027: R\$ 55 milhões
- (iv) 2028 a 2030: parcelas de cerca de R\$ 158 milhões cada.

O Aditivo CGU/AGU será submetido à homologação pelo Supremo Tribunal Federal – STF, nos autos da ADPF.

Em decorrência do aditivo, a Companhia reconheceu um estorno de R\$ 112 milhões no valor da provisão do acordo de leniência.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar corrigido pela SELIC é de R\$ 636 milhões e registrados no passivo circulante R\$ 85 milhões e R\$ 551 milhões no passivo não circulante.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



2.5 – Medições não contábeis

Consistente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”). A Administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem melhor entendimento da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

As informações incluídas neste item 2.5 foram preparadas com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site de Relação com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

2.5.a - Informar o valor das medições não contábeis

Valores Consolidados em R\$ milhões	Informações Financeiras Consolidadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
EBITDA Consolidado	3.871
EBITDA Consolidado Ajustado	5.759
Margem EBITDA Consolidada (%)	5%
Margem EBITDA Consolidada Ajustada (%)	7%
EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas	4.478
Dívida Bruta Consolidada	68.317
Dívida Braskem Idesa e suas controladas	15.134
Dívida Bruta Ajustada (excluindo Braskem Idesa e suas controladas)	53.183
Caixa e Aplicações Financeiras Consolidado	16.818
Caixa Braskem Idesa e suas controladas	1.720
Caixa Exclusivo de Alagoas	120



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



Caixa e Aplicações Financeiras (excluindo Braskem Idesa e suas controladas, e o Caixa Exclusivo de Alagoas)	14.978
Dívida Líquida Ajustada	38.205
Acordo Global	636
Alavancagem Financeira em R\$	8,68x

Valores Consolidados em US\$ milhões	Informações Financeiras Consolidadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
EBITDA Consolidado	762
EBITDA Consolidado Ajustado	1.083
Margem EBITDA Consolidada (%)	5%
Margem EBITDA Consolidada Ajustada (%)	8%
EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas	845
Dívida Bruta Consolidada	11.033
Dívida Braskem Idesa e suas controladas	2.444
Dívida Bruta Ajustada (excluindo Braskem Idesa e suas controladas)	8.589
Caixa e Aplicações Financeiras Consolidado	2.716
Caixa Braskem Idesa e suas controladas	278
Caixa Exclusivo de Alagoas	19
Caixa e Aplicações Financeiras (excluindo Braskem Idesa e suas controladas, e o Caixa Exclusivo de Alagoas)	2.419
Dívida Líquida Ajustada	6.170
Acordo Global	106



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index



FTSE4Good



Alavancagem Financeira em US\$

7,42x

EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada, Margem EBITDA Consolidada Ajustada

O EBITDA Consolidado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e corresponde ao lucro (prejuízo) líquido do período acrescido (i) do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos; (ii) do resultado financeiro líquido; e (iii) da depreciação e amortização. A partir do EBITDA Consolidado, a Companhia divulga as medições não contábeis consolidadas EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada. A Companhia define EBITDA Consolidado Ajustado como EBITDA Consolidado acrescido (i) da Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração; (ii) do Resultado de participações societárias; (iii) da (Reversão) provisão do evento geológico em Alagoas; (iv) de Provisões diversas; (v) de Ajuste de inventário; e (vi) de programa de regularização tributária (“Acordo Paulista”); e (vii) de Recuperação de crédito tributário federal sobre PIS/COFINS referente ao programa de Essencialidade e Relevância; e (viii) de alteração de valores do acordo de leniência.

O EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, corresponde ao EBITDA Consolidado Ajustado, mencionado acima, subtraído do EBITDA da Braskem Idesa e de suas controladas bem como os efeitos de consolidação das empresas.

A Margem EBITDA Consolidada corresponde ao percentual do EBITDA Consolidado dividido pela receita líquida de vendas e serviços consolidada, e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada corresponde ao percentual do EBITDA Consolidado Ajustado dividido pela receita líquida de vendas e serviços consolidada.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa, Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada para medir seu desempenho operacional consolidado, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores utilizados para avaliar os resultados financeiros de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

O EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, o EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, a Margem EBITDA Consolidada e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada não são medidas estabelecidas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis e não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicadores de desempenho operacional, de forma isolada com relação a outros indicadores contábeis; ou (iv) indicadores de liquidez, de forma separada a outros indicadores contábeis.

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado)



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



A Dívida Bruta Consolidada da Companhia corresponde a somatória dos financiamentos e debêntures (circulante e não circulante). A Dívida Bruta Consolidada menos o caixa e equivalentes de caixa, e menos as aplicações financeiras (circulante e não circulante) resulta na Dívida Líquida Consolidada da Companhia. A partir da Dívida Líquida Consolidada e do EBITDA Consolidado Ajustado, a Companhia divulga a medição não contábil Alavancagem Financeira, que é calculada como Dívida Líquida Consolidada dividida pelo EBITDA Consolidado Ajustado dos últimos doze meses.

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira não são medidas estabelecidas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira de maneira diferente da Companhia. A Companhia entende que as medições da Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira são úteis na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

2.5.b - Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada

Valores Consolidados em R\$ milhões	Informações Financeiras Consolidadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Lucro (prejuízo) Líquido do período	(12.053)
(+) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos	(5.681)
(+) Resultado financeiro	16.654
(+) Depreciação e amortização	4.950
EBITDA Consolidado ⁽¹⁾	3.871
(+) Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração ⁽²⁾	(326)
(+) Resultado de participações societárias ⁽³⁾	21
(+) (Reversão) provisão de evento geológico em Alagoas ⁽⁴⁾	2.122
(+) Provisões não recorrentes	130
(+) Ajuste de inventário	87
(+) Programa de regularização tributária de ICMS em São Paulo (“Acordo Paulista”)	(99)

EBITDA	
Consolidado Ajustado ⁽¹⁾	5.759
Receita Líquida de Vendas e Serviços Consolidada	77.411
Margem EBITDA Consolidada (%)	5%
Margem EBITDA Consolidada Ajustada (%)	7%
<p>(1) O EBITDA Consolidado e o EBITDA Consolidado Ajustado correspondem, respectivamente, ao EBITDA Básico e ao EBITDA Recorrente em outros documentos divulgados pela Companhia, incluindo release de resultados trimestrais, apresentações para investidores, relatório anual da Administração e de Sustentabilidade.</p> <p>(2) Representa as constituições ou estornos de provisões para perdas na recuperação dos ativos de longa duração que foram ajustados para formação do EBITDA Consolidado Ajustado pelo fato de não haver expectativa de realização financeira e, se houver, será capturada nas devidas contas da demonstração do resultado.</p> <p>(3) Corresponde à equivalência patrimonial dos investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto.</p> <p>(4) Corresponde a provisão (reversão) referente ao evento geológico em Alagoas registrada em cada período que impacta resultado em “Outras Receitas (Despesas) Líquidas”.</p> <p>(5) Corresponde a provisão para remediação ambiental contabilizada em “Outras Receitas (Despesas)”.</p>	

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado)

Valores Consolidados (em R\$ milhões)	Informações Financeiras Consolidadas no exercício social encerrado em 31 de 2024
Financiamentos e debêntures consolidado (circulante) ⁽¹⁾	3.135
Financiamentos e debêntures consolidado (não circulante) ⁽¹⁾	65.231
Derivativo Swap CRA (ativo)/passivo líquido	(49)
Dívida Bruta Consolidada	68.317
Financiamentos Braskem Idesa e suas controladas (circulante)	857
Financiamentos Braskem Idesa e suas controladas (não circulante)	14.277
Dívida Bruta Ajustada (excluindo Braskem Idesa e suas controladas)	53.183
Caixa e Equivalentes de Caixa (circulante) ⁽²⁾	14.986
Aplicações Financeiras (circulante) ⁽²⁾	1.786

Aplicações Financeiras (não circulante)	46
Caixa e Equivalentes de Caixa Braskem Idesa e suas controladas (circulante)	1.720
Caixa Exclusivo de Alagoas	120
Caixa e Aplicações Financeiras (excluindo Braskem Idesa e suas controladas, e o Caixa Exclusivo de Alagoas)	14.978
Dívida Líquida Ajustada	38.205
Acordo Global	636
EBITDA Consolidado Ajustado	5.759
EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas	4.478
Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Consolidado Ajustado) ⁽³⁾	8,68x

(1) Considera Financiamentos da Braskem Idesa e suas controladas(circulante e não circulante)

(2) Considera Caixa e Equivalentes de Caixa da Braskem Idesa e suas controladas (circulante)

(3) A Dívida Líquida Consolidada acima apresentada considera: (i) Dívida Líquida da Braskem Idesa calculada pelos financiamentos da Braskem Idesa e suas controladas no montante de R\$ 15.134 milhões em 2024, menos caixa e equivalentes de caixa da Braskem Idesa e suas controladas no montante de R\$ 1.720 milhões em 2024; e (ii) Aplicações em fundos restritos (“Caixa exclusivo de Alagoas”) no montante de R\$ 120 milhões em 2024. Esse montante não considera (i) Acordo de Leniência no montante de R\$ 636 milhões em 2024, mais Derivativo Swap CDI – Dólar no valor de R\$ 49 milhões em 2024.

No curso normal dos negócios, a Companhia relatou historicamente o índice de alavancagem financeira calculado da seguinte forma:

- (i) a Dívida Líquida da Braskem Idesa e de suas controladas é deduzida da Dívida Líquida Consolidada, por ter a característica de ter sido financiada na modalidade de Project Finance, em que a dívida deve ser paga exclusivamente com a geração de caixa da própria empresa e é garantida pelos recebíveis, geração de caixa e demais direitos da Braskem Idesa. Dessa forma, também não é considerado o EBITDA Ajustado gerado pela Braskem Idesa e por suas controladas;
- (ii) as aplicações de caixa e equivalentes de caixa em fundos restritos (caixa exclusivo de Alagoas) relacionados ao evento geológico de Alagoas são deduzidos do Caixa e Equivalentes de Caixa, uma vez que tais valores são dedicados exclusivamente ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação no âmbito do evento geológico de Alagoas;

- (iii) o saldo a pagar relacionado ao Acordo de Leniência é adicionado a Dívida Líquida Consolidada, por ser considerado uma obrigação corporativa de pagamento financeiro da Companhia; e em linha com metodologia específica considerada por algumas agências de rating. O bond híbrido no montante de US\$ 600 milhões emitido pela Companhia em julho de 2020 era classificado como instrumento de capital híbrido, onde 50% do saldo desta dívida não incorporava os índices de endividamento calculados com base nesta metodologia. Após pré-pagamento parcial do bond híbrido realizado em outubro de 2024 pela Companhia, não há mais esta classificação e o saldo integral da dívida incorporou os índices de endividamento calculados pela Companhia a partir desta data.

2.5.c - Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada

A Companhia utiliza o EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada como indicadores financeiros, pois acredita que estes indicadores são medidos de cálculo do resultado consolidado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

Vale ressaltar que o EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada e a Margem EBITDA Consolidada Ajustadas são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados pois não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas normas contábeis internacionais (IFRS).

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado)

A Companhia entende que as medições da Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado) refletem melhor o seu endividamento e sua alavancagem financeira.

Vale ressaltar que a Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado) são informações adicionais às demonstrações financeiras e podem ser medidas suplementares para investidores e analistas financeiros em sua análise da condição financeira e desempenho operacional da Companhia, além de serem usados pela própria Companhia na tomada de certas decisões de gestão.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



2.6 – Eventos subsequentes as demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e emitidas em 26 de fevereiro de 2024.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução CVM nº105/2022:

1. Em janeiro de 2025, a Companhia decidiu reavaliar e descontinuar novos investimentos na Oxygea. A decisão está alinhada ao direcionamento estratégico da Companhia de priorização de seus ativos e investimentos, tanto operacionais como estratégicos, na busca da otimização da alocação de capital e na sua geração de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do investimento na Oxygea era de R\$ 134 milhões, os quais serão transferidos para a Braskem S.A., não existindo expectativas de perdas relevantes neste processo.

2.7 – Destinação de resultados

Exercício social encerrado em 31.12.2024	
(a) regras sobre retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma reserva estatutária, conforme faculta o artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).</p> <p>Contudo, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar sobre a constituição de outras reservas, bem como retenção de lucros, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.</p>
(a.i) valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou prejuízo.
(a.ii) percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
(b) regras sobre distribuição de dividendos	<p>Dividendo obrigatório: De acordo com Estatuto Social da Companhia, 25,0% do lucro líquido do exercício será destinado para o pagamento de dividendos obrigatórios, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais Classe “A” e “B”.</p> <p>Dividendo prioritário: As ações preferenciais classes “A” e “B” possuem igual prioridade na distribuição em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre seu valor unitário (obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação), de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais.</p> <p>Depois de cumprido o disposto no parágrafo anterior e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, as ações preferenciais classe “A” concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe “B” não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido anteriormente.</p> <p>Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; e se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe “A”, em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial classe “A” receba o mesmo dividendo.</p>
(c) periodicidade das distribuições de dividendos	Em linha com a Lei das Sociedades por Ações e com a Política de Dividendos da Companhia, a desoneração sobre a destinação do lucro líquido da Companhia, apurando anualmente com base nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, compete à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social. Sem prejuízo, é facultado à Companhia o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais e, havendo lucro, o Conselho de Administração pode aprovar a distribuição de dividendos distribuição de dividendos antecipados, vedada a distribuição “ad-referendum” da Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 4º do artigo 46 do Estatuto Social e observadas as disposições legais. Adicionalmente, o Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da Lei e do Estatuto Social.

<p>(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>
<p>(d.i) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado</p>	<p>A Companhia possui uma Política de Dividendos, aprovada em 20/06/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual encontra-se disponível nos websites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), estabelecendo as atribuições e responsabilidades relacionadas às distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em conformidade ou em complemento ao previsto na legislação e regulamentação aplicável.</p>

Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Dividendos, aprovada em 20/06/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual encontra-se disponível nos websites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), estabelecendo as atribuições e responsabilidades relacionadas às distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em conformidade ou em complemento ao previsto na legislação e regulamentação aplicável.



BRASIL
BOLSA
BALÇÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

2.8.a - Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Conforme descrito na nota 32 (Obrigações Contratuais) das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 da companhia, a Companhia possui obrigações contratuais de longo prazo decorrentes de contratos firmados para a compra de insumos energéticos. Em 31 de dezembro de 2024, estes compromissos totalizavam R\$ 8.355 milhões (2023: R\$ 8.616 milhões) e deverão ser liquidados até 2044.

2.8.b - Outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



2.9 – Comentários sobre Itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

2.9.a - como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

2.9.b - natureza e o propósito da operação

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

2.9.c - natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



2.10 – Plano de Negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

2.10.a – Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O plano de negócios da Companhia é construído com base nos seguintes objetivos estratégicos: (i) crescer os negócios atuais através de investimentos de alto retorno, com melhorias de produtividade e de competitividade, e também continuar implementando a descarbonização dos ativos atuais, medidas que em conjunto irão viabilizar a entrega da meta de atingir a neutralidade de carbono em 2050 e reduzir em 15% as emissões de escopo 1 e 2 até 2030; (ii) crescer em resinas e produtos químicos bio-based, além de ampliar o uso de matéria-prima renovável, com o objetivo de atingir a meta de expansão da capacidade de produção de produtos verdes para 1 milhão de toneladas até 2030; e (iii) crescer em produtos circulares (reciclagem mecânica) e ampliar o uso da matéria-prima circular (reciclagem avançada), com o compromisso de atingir 1 milhão de toneladas de resinas e produtos químicos com conteúdo reciclado até 2030.

Alinhado com estes objetivos e com a manutenção da sua operação, a Companhia desembolsou R\$ 3.760 milhões em adições ao imobilizado e intangível durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Investimentos 2024

Ao final de 2024, foram realizados investimentos na ordem de R\$ 2,3 bilhões, que consistiram principalmente em: (i) paradas programadas de manutenção em plantas no Brasil, Estados Unidos e Europa; (ii) os investimentos para melhoria na integridade mecânica de ativos no Brasil; (iii) os investimentos relacionados ao aumento da confiabilidade e segurança operacional dos ativos industriais; (iv) a conclusão dos pagamentos do projeto de aumento de capacidade da planta de eteno verde no Brasil; (v) projetos associados à eficiência energética dos ativos industriais e redução de emissão de CO₂; e (vi) iniciativas em inovação e tecnologia.

Investimentos 2025

O investimento total previsto para ser realizado em 2025 pela Braskem (ex-Braskem Idesa) é de R\$ 2,9 bilhões, que serão utilizados principalmente em: (i) paradas programadas de manutenção do Cracker do Rio de Janeiro e de outras plantas de resinas no Brasil; (ii) investimentos regulatórios e relacionados à segurança operacional e de processo; (iii) programa de integridade mecânica dos ativos e aquisição de sobressalentes para continuidade; (iv) investimentos em desenvolvimentos tecnológicos; e (v) aquisição de terreno industrial no polo industrial de Duque de Caxias (RJ) visando a mitigação de riscos socioambientais.

Além disso, em janeiro de 2025, foi anunciado o REIQ Investimentos, que oferece um crédito presumido de 1,5% de PIS/COFINS para investimentos na indústria química brasileira, totalizando R\$ 753 milhões. A Braskem, dentro deste contexto, anunciou sete projetos avaliados em R\$ 614 milhões para aumentar sua capacidade de produção em 139 mil toneladas, distribuídas entre PE, PVC e outros produtos químicos, em três estados: Bahia, Rio Grande do Sul e Alagoas. Para 2025, o investimento estimado é de R\$ 477 milhões.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



Com relação a Braskem Idesa, o investimento total previsto para ser realizado em 2025 é de R\$ 623 milhões, dos quais R\$ 139 milhões estão relacionados ao terminal de importação de etano que será financiado por meio do Syndicated Project Finance Loan emitido pelo Terminal Química Puerto México. Os R\$ 484 milhões restantes serão destinados principalmente para a parada programada de manutenção do polo petroquímico, projetos relacionados a eficiência operacional, como manutenção, produtividade e SSMA.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca financiar o seu plano de investimentos, preferencialmente, com linhas de financiamento contratadas junto a agentes governamentais (inclusive instituições de fomento), brasileiros e internacionais, quando estes apresentarem condições competitivas à Companhia. A decisão do financiamento depende da estratégia financeira da Companhia e da elegibilidade dos investimentos às linhas disponíveis.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há processo de desinvestimento total de ativos em andamento ou previstos. Em linha com os seus pilares estratégicos, a Braskem mantém seu foco no retorno ao capital investido, no fortalecimento da sua liderança e no crescimento em biopolímeros. Nesse contexto, a Companhia avalia, de forma constante, o seu portfólio de ativos de forma a direcionar as suas decisões estratégicas de potenciais desinvestimentos futuros.

2.10.b - desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há processo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

2.10.c - novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Braskem dispõe de uma estrutura global composta por 370 membros. Ainda, a Companhia possui laboratórios e plantas piloto de última geração para viabilizar a pesquisa que dá suporte aos seus clientes e suas necessidades, sendo:

- (a) 2 centros de tecnologia e inovação (Triunfo-BR e Pittsburgh-EUA)
- (b) 2 núcleos técnicos de polímeros (Wesseling-Alemanha e Coatzacoalcos-MX)
- (c) 1 núcleo de desenvolvimento de tecnologias de processo (Mauá-BR)
- (d) 2 núcleos de pesquisa em químicos renováveis (Campinas-BR e Boston-EUA)

Com base nessa estrutura, foram desenvolvidos diversos projetos que se conectam com cada uma das avenidas de crescimento da Companhia:

- a. Negócio tradicional
 - Evolução do portfólio: desenvolvimento de produtos por meio de melhorias e pesquisas avançadas de materiais.

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKM5
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

FTSE4Good



- Redução de vulnerabilidades: redução de vulnerabilidades no fornecimento de aditivos e catalisadores.
- Suporte tecnológico para ativos: melhorias em tecnologia de processo e equipe de catálise em ativos atuais.
- Iniciativas de descarbonização: desenvolvimento de processos para abordar a descarbonização de ativos correntes.

b. *Bio-based*

- Tecnologia de bioeteno: melhorias tecnológicas em parceria colaborativa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) com a Lummus.
- Expansão do portfólio bio-based: expansão do portfólio bio-based (MEG [monoetilenoglicol], PP verde, EVA [etileno acetato de vinila], cera de polietileno [PE], solventes, butadieno).
- Monitoramento de matérias-primas verdes: análise técnica de matérias-primas alternativas para ativos circulantes.

c. *Reciclagem*

- Portfólio de resinas recicladas: desenvolvimento de produtos para criar e aprimorar o portfólio de resinas pós-consumo.
- Plataforma de reciclagem química: desenvolvimento de tecnologias para reciclagem química, em sinergia com as refinarias.

No segmento tradicional, a Companhia seguiu na evolução de seu portfólio por meio de pesquisas avançadas e melhorias tecnológicas que otimizam os ativos atuais e promovem a descarbonização. Além disso, a expansão do portfólio bio-based e o monitoramento de matérias-primas renováveis são essenciais para a estratégia de remoção de CO₂ e alcance da neutralidade. No campo da reciclagem, a Braskem segue desenvolvendo novos grades de resinas recicladas e buscando alternativas inovadoras na reciclagem química. Essas iniciativas não apenas fortalecem a posição no mercado, mas também reafirmam o compromisso com um futuro mais sustentável e resiliente.

Com relação à descarbonização, a Companhia desenvolveu projetos em parceria com universidades, como a Università Ca'Foscari Venezia (Itália), para desenvolver rotas tecnológicas catalíticas com objetivo de converter CO₂ em produtos de mais alto valor agregado, e a University of British Columbia (UBC, Canadá) com o objetivo de desenvolver tecnologia para a aplicação de um reator eletroquímico para a produção de metanol a partir de CO, um importante intermediário que pode ser obtido pela captura e conversão do CO₂.

Em 2024, entre os projetos dedicados à avenida bio-based, demos continuidade à parceria com o consórcio Countless na Europa, liderado pela Vito NV, para avaliar o primeiro processo de hidrogenólise catalítica contínua de lignina em escala de demonstração, além da parceria com a Lallemand Biofuels & Distilled Spirits (LBDS), que visa desenvolver químicos renováveis, buscando alternativas sustentáveis em relação aos produtos fósseis. Também firmamos parceria com a Petrobras, após a conclusão com sucesso de uma série de testes em escala industrial para produzir HLR com conteúdo renovável, utilizando etanol derivado da cana-de-açúcar.

O principal marco para a Braskem em 2024 na avenida de crescimento bio-based foi a conclusão, no segundo semestre, do centro de inovação renovável em Lexington, Massachusetts, nos Estados Unidos, com um investimento de aproximadamente US\$ 20 milhões. O centro ocupa 3.252 m², e o trabalho será concentrado em desenvolvimento de pesquisas em estágio inicial, relacionadas à conversão de

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKM5
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

matérias-primas à base de biomassa, como açúcares, etanol, óleos vegetais, lignina e celulose, em produtos químicos e materiais sustentáveis.

Já na avenida de reciclados, a Braskem lançou novos grades que contribuíram para a expansão do portfólio de resinas pós-consumo da Companhia. Os desenvolvimentos no setor de flexíveis em proporcionaram a recuperação de mais de 13 milhões de embalagens plásticas. Ainda, a parceria firmada com a Organização Holandesa de Pesquisa Científica Aplicada (TNO) visa desenvolver tecnologia de reciclagem por dissolução, que se aproxima da reciclagem mecânica. Essa colaboração busca desenvolver a tecnologia de reciclagem baseada na dissolução Möbius, um processo que purifica os resíduos plásticos, remove as impurezas e produz resina polimérica de alta qualidade. O resultado é um produto 100% segregado, ideal em diversas aplicações, incluindo embalagens para alimentos.

Ao final de 2024, o portfólio da Braskem contava com 152 projetos em inovação e tecnologia, 108 projetos avaliados com relação com Índice de Sustentabilidade, sendo 72 projetos classificados com impacto positivo, o que representa um Índice de Sustentabilidade de 67%. Os impactos positivos dessas iniciativas estão relacionados com: economia de água e/ou energia, segurança química (processo/produto), emissões de gases de efeito estufa e circularidade. Em 2024, mais de 480 clientes da Companhia foram apoiados pela equipe de inovação e tecnologia, e 41 novos pedidos de patente e 51 extensões foram realizados.

A Companhia registrou um total de R\$ 518 milhões em Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10.d - oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

A revisão da estratégia corporativa da Braskem, realizada em 2022, integrou os seus objetivos de longo-prazo para o desenvolvimento sustentável, definindo o foco de crescimento da companhia para os próximos anos em três avenidas: negócio tradicional, bio-based e reciclagem. A estratégia está ancorada em pilares e fundações, e tem como foco a criação de valor por meio do equilíbrio da alocação de capital, para retornar valor aos acionistas ao longo do ciclo, enquanto se investe nas avenidas de crescimento. Assim, gerando impacto positivo para todos os stakeholders.

As avenidas de crescimento são:

- **Negócio Tradicional:** alavancar o negócio petroquímico tradicional, composto por produtos de origem fóssil, buscando a ampliação de sua rentabilidade, por meio de investimentos seletivos de alto valor agregado, incluindo projetos de melhorias de produtividade e de competitividade, além de continuar implementando a descarbonização dos ativos atuais da Companhia. Essas medidas em conjunto irão viabilizar a entrega do objetivo de redução em 15% das emissões de escopo 1 e 2 até 2030² e o atingimento da neutralidade de carbono em 2050.
- **Bio-based:** crescer em resinas e produtos químicos bio-based, além de ampliar o uso de matéria prima renovável, em linha com o objetivo de atingir o compromisso de expansão da capacidade de produção de produtos verdes para 1 milhão de toneladas até 2030³.

² Ano-base é a média de 2018, 2019 e 2020, mensuração em média móvel (3 anos).

³ Ano-base de 2020, mensuração anual.

BRASIL
BOLSA
BALCÃOBRKMS
NÍVEL 1BAK
LISTED
NYSE

IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



- **Reciclagem:** crescer o portfólio de produtos circulares, através da reciclagem mecânica, e ampliar o uso da matéria-prima circular, através da reciclagem avançada, em linha com o compromisso de atingir 1 milhão de toneladas de resinas e produtos químicos com conteúdo reciclado até 2030⁴.

Em relação à avenida de crescimento de negócio tradicional, a Braskem vê a descarbonização de seus ativos como uma oportunidade relacionada a ASG. Neste sentido, foi criado o plano de descarbonização industrial com o objetivo de estruturar o plano de negócio e avançar em iniciativas que promovam a redução de 15% em nossas emissões absolutas de CO₂ equivalente (escopos 1 e 2) até 2030. Em 2023, o Roadmap⁵ 2030 de descarbonização global totalizou mais de 80 iniciativas em diferentes graus de maturidade, com o potencial de reduzir quase 2,5 milhões de tCO₂e/ano até 2030 – o que representa um potencial de redução de cerca de 24% de emissões em relação ao período base. As iniciativas focam nos ativos atualmente em operação da Braskem e têm como instrumento metodológico a MACC – Curva Marginal de Abatimento de Carbono e o Roadmap de Descarbonização Industrial – Portfolio de Iniciativas de descarbonização priorizadas.

A Braskem tem compromisso de longa data com o desenvolvimento sustentável e um histórico comprovado na implementação de iniciativas bem-sucedidas que reforçam a sustentabilidade e a mitigação das mudanças climáticas. Em 2023, concluímos a expansão de 30% da capacidade produtiva de bioeteno no Polo petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul passando de 200 mil para 260 mil toneladas por ano. Além da expansão da capacidade de produção de PE verde (I'm green™ biobased), a Braskem avançou na parceria com a SCG Chemicals, a partir de um acordo para a formação de uma Joint Venture, a Braskem Siam Company Ltda, para viabilizar a produção de bioeteno na Tailândia, com capacidade de 200 mil toneladas, a partir da tecnologia EtE Evergreen™ – tecnologia própria, oriunda da parceria entre Braskem e Lummus Technology. Essa iniciativa representa o primeiro parque industrial da Companhia na Ásia e contribuirá para o atingimento de seus objetivos de longo prazo. Adicionalmente, em parceria com a Sojitz (empresa sediada no Japão), foi criada a Sustainea, joint venture voltada para a produção e comercialização de bioMEG (monoetilenoglicol), matéria prima usada na produção de PET (politereftalato de etila), e de bioMPG (monopropileno glicol), que pode ser utilizado em aplicações para construção civil, uso industrial e cosméticos. A partir de tecnologia desenvolvida em parceria com a Topsoe, em 2023, a Sustainea produziu a primeira garrafa feita de bioPET, aprovada em testes regulatórios para contato com alimentos.

Em relação a reciclagem, a Companhia pretende trabalhar por meio de parcerias com outras empresas em sua cadeia de valor para fortalecer a reciclagem mecânica e química globalmente. Como exemplo de seu compromisso, em 2023, a Companhia concluiu o processo de aquisição da Wise Plásticos S.A. (“Wise”), empresa brasileira do setor de reciclagem mecânica, passando a ter uma participação societária de 61,1% do capital social da Wise. Nesse contexto, a Braskem desembolsou o valor de cerca de R\$ 121 milhões, considerando os ajustes usuais deste tipo de transação, dos quais parte relevante será aportada diretamente na Wise com o objetivo de duplicar sua capacidade produtiva atual para cerca de 50 mil toneladas até 2026. Adicionalmente, foi lançada a Upsyde, joint venture entre Braskem e Terra Circular na Holanda, que detém tecnologia patenteada e proprietária para a reciclagem de resíduos plásticos difíceis de reciclar em produtos finais, que é utilizada para produção de bens de consumo duráveis, como pallets, placas para uso em construção e estradas, mantas asfálticas e

⁴ Ano-base de 2020, mensuração anual.

⁵ O Roadmap é dinâmico e pode alterar conforme o tempo, na medida em que as iniciativas em fase de estudo podem ser descartadas e novas iniciativas podem ser incluídas.



BRASIL
BOLSA
BALÇÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



tapetes para serviço pesado. Com relação à reciclagem química, a parceria com a Vitol SA estabeleceu um acordo para fornecimento de matéria-prima circular, derivada de resíduos plásticos. Por essa ação a Vitol iniciará o fornecimento do óleo de pirólise para a Braskem Netherlands B.V., produzido a partir do processo de reciclagem química nas instalações da WPU - Waste Plastic Upcycling A/S, na Dinamarca. Por fim, nos Estados Unidos, foi assinado um acordo comercial definitivo de 10 anos para o fornecimento de matéria-prima circular, provenientes de uma nova unidade de reciclagem química da Nexus Circular, empresa que converte plásticos, de difícil reciclagem, como filmes plásticos descartados em aterros, em matéria-prima.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index

IGCT



FTSE4Good



2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT



BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO II

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025**

Indicação de candidatos indicados pela Novonor e pela Petrobras para ocupar cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81

7.3/7.4 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

Nome		Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse	
Ana Patrícia Soares Nogueira		Conselho Fiscal		Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)		28/04/2025	28/04/2025	
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte		
Brasileira	535.222.575-53	Até AGO 2026		28/04/2025	Sim	N/A		
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT



FTSE4Good



10/12/1969	Advogada	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
<p>A Sra. Ana Patrícia Soares Nogueira é candidata ao Conselho Fiscal da Companhia, por indicação da acionista Novonor. A Sra. Ana Patrícia Soares Nogueira é advogada, sendo Sócia Gerente desde setembro de 2012 do escritório Ana Patrícia Soares Nogueira – Sociedade Individual de Advocacia, consultoria jurídica voltada para área empresarial, com foco nas áreas do Direito Societário, Comercial, Contratual e Governança Corporativa. Entre junho de 2017 e janeiro de 2021 atuou como Gerente Jurídica responsável pelas áreas Societária e Governança Corporativa da OEC S.A. - Em Recuperação Judicial. Foi membro titular e Presidente do Conselho Fiscal da Cetrel de março de 2009 a julho de 2017 e membro suplente do Conselho Fiscal da Braskem entre abril de 2009 e abril de 2016. Também na Braskem, atuou como Gerente Jurídica da área Societária de agosto de 2002 a dezembro de 2008. Em sua trajetória profissional, atuou também como membro suplente do Conselho de Administração da Politeño Indústria e Comércio S.A. e da Polialden Petroquímica S.A. A Sra. Ana Patrícia Soares Nogueira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.</p>								
Condenações:								
<p>A candidata declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>								

Nome		Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse	
Gilberto Braga		Conselho Fiscal		Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)		28/04/2025	28/04/2025	
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte		
Brasileira	595.468.247-04	Até AGO 2026		25/08/2017	Sim	N/A		
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
08/10/1960	Economista, Contador e Administrador	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								

O Sr. Gilberto Braga é candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Novonor. O Sr. Gilberto é consultor empresarial nas áreas financeiras, mercado de capitais, societária, tributária, perícia e assistência de perícia judicial, além de atuar como membro fiscal, administração e de comitê de auditoria de companhias abertas e associações profissionais. Foi membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis dos Fundos de Investimentos da CVM, é professor universitário e de pós-graduação de governança corporativa da Fundação Dom Cabral, IBMEC, PUC e FGV, comentarista da Rádio CBN, Rádio Roquette Pinto e articulista do jornal O Dia. Formado em Economia pela UCAM Ipanema e em Contabilidade pela UGF, pós-graduado pelo IAG-PUC Rio, em Administração Financeira, e mestre em Administração (Finanças e Mercado de Capitais) pelo IBMEC-Rio. É membro do IBGC.

O Sr. Gilberto Braga declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome		Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse	
Mauricio Nogueira		Conselho Fiscal		Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)		28/04/2025	28/04/2025	
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte		
Brasileira	991.894.537-00	Até AGO 2026		28/04/2025	Sim	N/A		
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
10/08/1970	Assessor Financeiro	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Experiência Profissional:

O Sr. Mauricio Nogueira é candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Petrobras. O Sr. Mauricio é assessor da Presidência da Petrobras desde 06/08/2024, atuando em assessoramento ao Diretor de Finanças e Relações com Investidores.

Foi, ainda, funcionário do Banco do Brasil de 1986 a 2021 (35 anos), tendo atuado em diversas áreas, tais como Diretoria Internacional, mesa de operações

financeiras, Gestão de Riscos, Captações Internacionais, dentre outras. Entre 2019 e 2021 foi Diretor Estatutário de Finanças no Banco do Brasil. O Sr. Mauricio Nogueira declara que é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome		Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse	
Paulo Cicero Silva Neto		Conselho Fiscal		Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)		28/04/2025	28/04/2025	
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte		
Brasileira	180.006.098-00	Até AGO 2026		28/04/2025	Sim	N/A		
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
11/12/1977	Contador	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Experiência Profissional:

O Sr. Paulo Cicero Silva Neto é candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Petrobras. O Sr. Paulo possui 30 anos de experiência em processos contábeis e tributários, dos quais exerceu funções de gestão e liderança por 19 anos. É bacharel em Ciências Contábeis, com MBA em Gestão Contábil. É colaborador da Petrobras desde 2005, onde atuou em diversos cargos, dentre os quais: Coordenador de Segmentação de Negócios e de Relatórios Societários no país, Gerente Contábil da Regional SP, Gerente Contábil de Patrimônio, Gerente de Normas e Planejamento Contábil e Gerente de Otimização de Digitalização de Processos Contábeis e Tributários. Atualmente exerce a função de Gerente Contábil e Tributário de Parcerias de E&P. Atuou como membro do Conselho Fiscal em diversas companhias, sendo conselheiro fiscal titular da Braskem entre 2023 e 2024.

O Sr. Paulo Cicero declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome		Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse	
Heider Josué de Aquino Nascimento		Conselho Fiscal		Membro do Conselho Fiscal (Suplente)		28/04/2025	28/04/2025	
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte		
Brasileira	481.226.705-63	Até AGO 2026		28/04/2025	Sim	N/A		
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
23/02/1969	Contador	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Experiência Profissional:

O Sr. Heider Josué de Aquino Nascimento é candidato a membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Novonor. O Sr. Heider é mestre em Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui MBA em Finanças na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e MBA em IFRS na FIPECAFI. O Sr. Heider possui experiência profissional em empresas de auditoria independente e atua nas empresas do Grupo Novonor há mais de 30 anos nas áreas de Controladoria e Finanças, sendo atualmente o *Controller* da Nova Participações e Investimentos S.A.

Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Contador da Construtora Norberto Odebrecht S.A. e outras empresas do segmento de construção do Grupo Novonor (1994 – 2005); (ii) Gerente de Planejamento da OEC S.A. (2006 – 2008); (iii) Gerente Financeiro da subsidiária da OEC S.A. na Venezuela (2009 – 2011); (iv) Controller da divisão da América Latina da OEC (2012 – 2017); (v) Contador e Controller da Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (2019 – 2024).

O Sr. Heider declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome		Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse	
Tatiana Macedo Costa Rêgo		Conselho Fiscal		Membro do Conselho Fiscal (Suplente)		28/04/2025	28/04/2025	
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte		
Brasileira	951.929.135-00	Até AGO 2026		30/04/2018	Sim	N/A		
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
28/04/1978	Administradora	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
<p>A Sra. Tatiana Macedo Costa Rêgo é candidata a membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Novonor. A Sra. Tatiana atualmente é responsável pela controladoria da OEC (Odebrecht Engenharia e Construção). Anteriormente, a Sra. Tatiana Macedo atuou como Responsável pelo Planejamento Tributário da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”). No período de 2000 a abril de 2007, a Sra. Tatiana atuou na área fiscal da VIVO S/A do setor de telefonia, tendo ocupado a função de Gerente de Divisão do Planejamento Tributário. Anteriormente, trabalhou por 2 anos na Arthur Andersen. A Sra. Tatiana é graduada em Administração de Empresas Públicas e Privadas, pela Universidade Federal da Bahia, e possui MBA em Gestão, pela IBMEC.</p> <p>A Sra. Tatiana Macedo declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.</p>								
Condenações:								
<p>A candidata declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>								

Nome		Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Fernanda Bianchini Egert		Conselho Fiscal		Membro do Conselho Fiscal (Suplente)		28/04/2025	28/04/2025

Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileira	108.986.577-50		Até AGO 2026		28/04/2025	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
16/10/1984	Economista	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Experiência Profissional:

A Sra. Fernanda Bianchini Egert é candidata a membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Petrobras. A Sra. Fernanda possui 16 anos de experiência na Petrobras, sendo especializada em atendimento a investidores e nos processos de divulgação e elaboração de materiais para o mercado de capitais e o público em geral. Atuou como gerente no escritório da Petrobras em Nova York, entre 2015 e 2016, onde atendeu investidores e *stakeholders* institucionais nos Estados Unidos. De 2017 a 2021, foi gerente de Divulgação ao Mercado de Relações com Investidores, e de 2022 a março de 2023, ocupou o cargo de Gerente Executiva de Comunicação e Marcas. Atualmente, é gerente de Divulgação ao Mercado e Regulação na área de Relações com Investidores na Petrobras. A Sra. Fernanda é formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui MBA em Finanças pela COPPEAD UFRJ. A Sra. Fernanda declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

A candidata declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome		Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse	
Caio Cesar Ribeiro		Conselho Fiscal		Membro do Conselho Fiscal (Suplente)		28/04/2025	28/04/2025	
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte		
Brasileira	069.942.347-38	Até AGO 2026		29/04/2024	Sim	N/A		
Data de nascimento	Profissão	Faz parte	Nome	Cargo no	Data de Eleição no	Data de Posse	Prazo do Mandato	Data de Início 1º

		de Comitê?	do Comitê	Comitê	Comitê	no Comitê	do Comitê	Mandato (Comitê)
02/02/1977	Economista	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
<p>O Sr. Caio Ribeiro é candidato a membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Petrobras. É bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com MBA em Finanças e Controladoria pela UFF, MBA em Business Analytics e Big Data pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestrado em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Possui cursos de extensão em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Finanças Corporativas pela London Business School (LBS) e em Gestão de Portifólio pela Chicago Booth School of Business. Possui 20 anos de experiência na área financeira e atua, desde 2006, na Petrobras em atividades de avaliação econômico-financeira e gestão de riscos financeiros em projetos de investimentos (E&P, Refino e Gás & Energia), e desde 2015 atua na supervisão de planos de previdência, acompanhando os temas de gestão de portfólio e cálculo atuarial. Também teve atuação como Conselheiro Fiscal nas empresas Logigás S.A., PBLOG S.A., BR Distribuidora S.A., Transpetro Bel 09 S.A. e Braskem S.A.</p> <p>O Sr. Caio Ribeiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor</p>								
Condenações:								
<p>O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>								

7.5 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o 2º Grau relacionadas a Administradores do Emissor, Controladas e Controladores

Não há relações familiares a serem divulgadas.

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

2024:

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Ana Patrícia Soares Nogueira	Brasileira	535.222.575-53	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em recuperação judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada				
Prestadora de serviços de consultoria na área do direito societário				
Tipo de Relação com a Pessoa				
Prestação de Serviços				
Tipo de pessoa relacionada				
Controladora				

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Heider Josué de Aquino Nascimento	Brasileira	481.226.705-63	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em recuperação judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Contador	Subordinação	Controladora		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Heider Josué de Aquino Nascimento	Brasileira	481.226.705-63	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				

Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em recuperação judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Controller	Subordinação	Controladora		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Mauricio Nogueira	Brasileira	991.894.537-00	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Titular do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Assessor da Presidência	Subordinação	Fornecedora		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Paulo Cicero Silva Neto	Brasileira	180.006.098-00	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia
Membro Titular do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Contábil e Tributário de Parcerias de E&P da Petrobras	Subordinação	Fornecedora		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Fernanda Bianchini Egert	Brasileira	108.986.577-50	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia									
Membro Suplente do Conselho Fiscal									
Pessoa Relacionada									
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS									
Tipo da Pessoa	Jurídica	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	33.000.167/0001-01	Nacionalidade	Brasil	No. do Passaporte	N/A		
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Gerente de Relações com Investidores / Divulgação ao Mercado e Regulação	Tipo de Relação com a Pessoa	Subordinação	Tipo de pessoa relacionada	Fornecedora				
Nome do Administrador	Caio Cesar Ribeiro	Tipo de Pessoa	Brasileira	CPF	069.942.347-38	Nacionalidade	Brasil	No. do Passaporte	N/A
Cargo/Função na Companhia									
Membro Suplente do Conselho Fiscal									



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT



FTSE4Good



Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Supervisor de Planos de Previdência	Subordinação	Fornecedora		

2023:

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Ana Patrícia Soares Nogueira	Brasileira	535.222.575-53	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em recuperação judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Prestadora de serviços de consultoria na área do direito societário	Prestação de Serviços	Controladora		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Heider Josué de Aquino Nascimento	Brasileira	481.226.705-63	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em recuperação judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Contador e Controller	Subordinação	Controladora		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Paulo Cicero Silva Neto	Brasileira	180.006.098-00	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Titular do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Contábil e Tributário de Parcerias de E&P da Petrobras	Subordinação	Fornecedora		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Fernanda Bianchini Egert	Brasileira	108.986.577-50	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Executiva de Comunicação e Marcas (até março/2023) Gerente de Relações com Investidores / ESG (a partir de março/2023)	Subordinação	Fornecedora		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Caio Cesar Ribeiro	Brasileira	069.942.347-38	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT



FTSE4Good



Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Supervisor de Planos de Previdência	Subordinação	Fornecedora		

2022:

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Ana Patrícia Soares Nogueira	Brasileira	535.222.575-53	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em recuperação judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT



FTSE4Good



Prestadora de serviços de consultoria na área do direito societário	Prestação de Serviços	Controladora
---	-----------------------	--------------

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Heider Josué de Aquino Nascimento	Brasileira	481.226.705-63	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em recuperação judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada				
Contador e Controller				
Tipo de Relação com a Pessoa		Tipo de pessoa relacionada		
Subordinação		Controladora		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte

Paulo Cicero Silva Neto	Brasileira	180.006.098-00	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Titular do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Contábil e Tributário de Parcerias de E&P da Petrobras	Subordinação	Fornecedora		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Fernanda Bianchini Egert	Brasileira	108.986.577-50	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Executiva de Comunicação e Marcas	Subordinação	Fornecedora		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF	Nacionalidade	No. do Passaporte
Caio Cesar Ribeiro	Brasileira	069.942.347-38	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT



FTSE4Good



Supervisor de Planos de
Previdência

Subordinação

Fornecedora



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKMS
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT



FTSE4Good



BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO III

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025**

Proposta de remuneração dos administradores, nos termos do artigo 13, inciso I da Resolução CVM 81

1. Proposta de Remuneração dos Administradores para 2025

De acordo com a estratégia de remuneração definida pelo Conselho de Administração, com recomendação favorável do Comitê de Pessoas e Organização, a proposta de remuneração global para os administradores da Companhia tem como base o indicado abaixo, sendo que os itens (ii) e (iii) são aplicáveis somente à Diretoria Estatutária:

- (i) Os resultados do estudo de remuneração executiva para o posicionamento dos honorários mensais e demais curvas de remuneração;
- (ii) Os indicadores econômico-financeiros pactuados para o exercício de 2025 para a definição da partilha de resultados referentes à remuneração variável de curto prazo; e
- (iii) O planejamento para a outorga de ações no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia vigente.

O montante anual proposto para o exercício social de 2025 de honorários globais (Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração da Companhia), acrescido dos benefícios, totaliza R\$78.000.000,00, líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador, valor inferior ao aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, conforme detalhado ao longo do presente Anexo. A remuneração global anual proposta também contempla a remuneração dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração pela sua participação em Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

A proposta anual global está baseada no alinhamento da estratégia de remuneração para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária com as referências de mercado.

Adicionalmente, a Administração propõe o montante de R\$ 1.115.100,00 referente à remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, observado o disposto no artigo 162, §3º, da Lei das S.A., valor equivalente ao aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024.

Resumo das principais variações dos valores das propostas submetidas à Assembleia Geral Ordinária em 2025 e em 2024

Diretores 7 diretores estatutários	Conselho de Administração 11 membros efetivos e 11 suplentes ¹	
(R\$ em mil)		
Discriminação	2025	2024
Honorários Mensais e de Curto Prazo (ICP)	63.460	59.126
Honorários de Longo Prazo (ILP)	12.750	13.080
Benefícios	1.790	1.809
Outros²	0	10.380
Total (líquido de encargos)	78.000	84.395
<p>O montante relativo à remuneração global dos administradores proposto para o exercício social de 2025 é inferior ao aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, principalmente considerando que:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) O Programa de Retenção dos antigos Diretores Estatutários, substituídos nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25 de novembro de 2024 e em 13 de dezembro de 2024 (“Diretores Estatutários 2024”) foi liquidado em 2024, deixando tais valores de integrar a proposta para 2025; e (ii) A soma dos honorários mensais dos Novos Diretores previstos para 2025 é inferior à soma dos honorários mensais dos Diretores Estatutários 2024 prevista quando da proposta para 2024. 		
Observações:		
¹ Os membros suplentes do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração, salvo se ocuparem cargos em comitês de assessoramento do Conselho de Administração e exclusivamente em razão da função exercida.		
² Valor referente ao Programa de Retenção (2021), conforme referido acima.		
Conselho Fiscal 5 membros efetivos e 5 suplentes ¹		
(R\$ em mil)		
Discriminação	2025	2024
Honorários	1.115	1.115
Outros	0	0
Total (líquido)	1.115	1.115
Observações:		
¹ Os membros suplentes do Conselho Fiscal não recebem remuneração.		

2. Valores efetivamente realizados em 2024 versus valores propostos em 2024

Diretores 6 diretores estatutários ¹	Conselho de Administração 11 membros efetivos e 5 suplentes	
(R\$ em mil)		
Discriminação	2024 Proposto	2024 Realizado



BRASIL
BOLSA
BALCÃO

BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT



FTSE4Good



Bloomberg
Gender Equality
Index
2023

Total	84.395	74.602
-------	--------	--------

O valor efetivamente realizado em 2024 foi inferior ao valor proposto no exercício social de 2024 e já inclui as verbas reconhecidas no exercício de 2024 relacionadas à rescisão contratual de 5 Diretores Estatutários nos meses de novembro e dezembro de 2024 (i.e., verbas rescisórias, incentivo de curto prazo, liquidação do Programa de Retenção e o adiantamento em valor equivalente às Ações Restritas as quais faziam jus conforme Programas de Incentivo de Longo Prazo aprovados).

Observações:

¹ O valor da proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social de 2024 considerou 7 cargos na Diretoria Estatutária, enquanto o valor efetivo para a remuneração global anual da administração no exercício social de 2024 reflete os 6 membros da Diretoria Estatutária em exercício durante o exercício de 2024.

Conselho Fiscal		
5 membros efetivos e 5 suplentes		
(R\$ em mil)		
Discriminação	2024 Proposto	2024 Realizado
Total	1.115	1.064

O valor realizado apresenta-se ligeiramente abaixo do valor proposto devido ao não uso da verba contingencial.

BRASKEM S.A.

**C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
N.I.R.E. 29300006939**

Companhia Aberta

ANEXO IV

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025**

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Política ou prática de remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adota práticas pautadas em uma estratégia de remuneração competitiva e transparente, que busca atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais e remunerar seus administradores com base nas práticas do mercado, de acordo com seus deveres e responsabilidades na efetiva condução dos negócios. A prática da remuneração variável permite fortalecer o alinhamento de interesses dos acionistas com os dos Diretores Estatutários na obtenção e superação de resultados a curto e longo prazo.

A Política de Remuneração é formalmente aprovada pelo Conselho de Administração.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As propostas de Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal são baseadas em estudos de mercado e são submetidas à análise do Comitê de Pessoas e Organização (“CPO”) e do Conselho de Administração, previamente à submissão para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (“AGO”). Após a aprovação em AGO, o CPO recomenda ao Conselho de Administração a proposta de individualização da

Remuneração dos Administradores, que tem como base um comparativo de mercado (*peer group* de empresas, as quais possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e governança) e o posicionamento estratégico dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários. A frequência dos estudos para atualização e comparação com o mercado é anual.

c. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais sua metodologia de cálculo e de reajuste principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados questões ASG

Os objetivos dos elementos da remuneração, a metodologia de cálculo e de reajuste, bem como os principais indicadores de desempenho (quando aplicável) são apresentados abaixo:

Conselho de Administração

Com o objetivo de recompensá-los pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado, os membros efetivos do Conselho de Administração são remunerados de maneira competitiva, com honorários fixos (mensais a título de pró-labore) baseados em pesquisas anuais de mercado (por meio de comparação a um *peer group* de empresas, as quais possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e governança). Os membros suplentes do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração do Conselho de Administração, observada eventual remuneração que os membros efetivos e suplentes poderão receber por participação em Comitês, que também é fixa (mensal). Adicionalmente, os membros efetivos e suplentes e não são fazem jus à remuneração variável (curto e longo prazo), tampouco de benefícios para o exercício do cargo. Esta prática é avaliada anualmente pelo CPO, pelo Conselho de Administração e o montante global proposto para o Conselho de Administração, inclusive pela participação de seus membros em Comitês, constitui parte do montante global que é aprovado em AGO.

A estratégia de remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração é posicionar os honorários fixos mensais de maneira competitiva frente às práticas do mercado de referência. Essa estratégia sempre buscará o alinhamento com a evolução da Governança da Braskem.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

Para maior clareza sobre os objetivos dos elementos da remuneração e da metodologia de cálculo e de reajuste, são apresentados abaixo os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e como estão organizados:

Atualmente a Companhia possui 1 (um) comitê estatutário, o Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário (“CCAÉ”), nos termos da Resolução CVM nº 23/21, da Sarbanes– Oxley Act e das regras emitidas pela Securities and Exchange Commission - SEC. O CCAÉ é um órgão de assessoramento do Conselho de Administração, de caráter permanente composto por 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, dos quais 3 (três) são membros independentes do Conselho de Administração, de acordo com a regulamentação da CVM e as políticas da Companhia; e 2 (dois) são membros externos à Companhia. Os 2 (dois) membros não participantes do Conselho de Administração são escolhidos pelo Conselho de Administração dentre os indicados em lista submetida pelo Presidente

do Conselho de Administração, elaborada por empresa especializada e com experiência comprovada, não sendo permitida a indicação de nomes pelos acionistas.

A Companhia possui, ainda, 3 (três) outros comitês de assessoramento permanentes ao Conselho de Administração (não estatutários), quais sejam:

- Comitê de Finanças e Investimentos;
- Comitê de Pessoas e Organização; e
- Comitê de Estratégia, Comunicação e ESG.

Tais comitês não estatutários são compostos pelos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração a indicação dos Conselheiros para compor cada um dos Comitês e a designação do Conselheiro Coordenador, levando em conta a experiência e as competências de cada Conselheiro, vis a vis as atribuições de cada Comitê. Cada Comitê terá no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros titulares, sendo um membro designado como Coordenador. Os mandatos dos Conselheiros nos Comitês coincidem com seus mandatos no Conselho de Administração, sendo permitida a recondução, desde que os membros sejam reeleitos para os seus cargos no Conselho de Administração.

Com o objetivo de recompensá-los pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado, os membros dos Comitês são remunerados de maneira competitiva, com honorários fixos (mensais a título de pró-labore) baseados em pesquisas anuais de mercado (por meio de comparação a um *peer group* de empresas, as quais possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e governança). A Companhia diferencia os honorários mensais dos membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê, reconhecendo e refletindo a demanda de tempo, responsabilidades e complexidade inerentes ao cargo ocupado. Membros de Comitês que não sejam membros do Conselho de Administração receberão uma remuneração fixa mensal por atuar e/ou coordenar um Comitê. A diferenciação dos honorários obedece a mesma regra citada acima. Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração que fazem parte de Comitês da Companhia recebem uma remuneração adicional mensal e fixa por atuar e/ou coordenar um Comitê. Não são adotados remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para membros dos Comitês. Esta prática é avaliada anualmente pelo CPO, pelo Conselho de Administração e está prevista no montante global aprovado em AGO.

A estratégia de remuneração dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração é posicionar os honorários fixos mensais de maneira competitiva frente às práticas do mercado de referência. Essa estratégia sempre buscará o alinhamento com a evolução da Governança da Braskem.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária possuem uma estratégia de remuneração competitiva, sendo composta por remuneração mensal, incentivos de curto e longo prazo e por benefícios. Todo posicionamento da remuneração leva em consideração o mercado anual de referência em todas as localidades onde a Braskem tem presença e comparada a um *peer group* de empresas, as quais possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e governança:

Com relação à remuneração fixa, anualmente se avalia a contribuição e desempenho individual de cada membro da Diretoria, seu posicionamento na faixa de remuneração e avalia-se a necessidade de algum ajuste na remuneração mensal.

Com relação à remuneração variável, o incentivo de curto prazo é proposto conforme o desafio de cada membro e avaliam-se o desempenho individual (através do cumprimento das metas individuais) e o desempenho operacional e econômico da Braskem (EBITDA). Compõem as metas individuais indicadores ASG como, por exemplo, investimento em economia circular, comercialização de resinas recicladas, redução da emissão de CO₂, planos de ação relativos à gestão de riscos socioambientais e implementação de planos de ação e demais ações pactuadas com a área de Conformidade. Nos termos dos Planos de ILP aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 21 de março de 2018 e 28 de julho de 2023, o Conselho de Administração tem como atribuição aprovar anualmente seus programas, a lista de elegíveis e a quantidade de ações a serem entregues (*matching*) nesses programas, conforme critérios específicos previstos no Plano de ILP. Nesse sentido, os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia são beneficiários de programas de incentivo de longo prazo, aprovados no âmbito dos Planos de ILP da Companhia, recebendo a quantidade de ações (*matching*) definida pelo Conselho de Administração para cada um desses programas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia a todos os Diretores Estatutários e Não Estatutários são os mesmos, tais como: assistência médica e odontológica, vale refeição, seguro de vida e previdência complementar.

A Companhia almeja remunerar seus Diretores no 3º quartil de mercado, reconhecendo e incentivando-os para a obtenção e superação dos resultados a serem obtidos.

A remuneração da Diretoria Estatutária é analisada anualmente pelo CPO, pelo Conselho de Administração e o montante global proposto para a Diretoria constitui parte do montante global que é aprovado em AGO.

Com relação à Diretoria Não Estatutária, a aprovação de sua remuneração e eventuais reajustes é de competência do LN-Braskem, sendo o tema submetido ao Conselho de Administração para informação.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal são remunerados por meio de honorários fixos mensais, conforme pesquisa de mercado, atendendo o limite mínimo previsto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A., com o objetivo de recompensar os conselheiros pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado e previsão legal. Os membros suplentes do Conselho Fiscal não recebem remuneração pelo exercício de suas funções.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios.

Dessa forma, apresentados os detalhamentos acima, o alinhamento dos elementos da remuneração aos interesses dos acionistas ocorre na medida em que são (i) equitativos (remunerar proporcionalmente de acordo com as habilidades, capacitação profissional e impacto nos resultados); (ii) competitivos (adequada aos padrões do mercado); (iii) eficazes (quanto a custos para a Companhia); e (iv) seguros (comprometida com a continuidade e crescimento do negócio). O cumprimento das metas de curto, médio e longo prazo, geram resultados para a Companhia, valorizando-a. Em contrapartida, esta distribui esses resultados em forma de remuneração variável de curto e longo prazo. Este ciclo faz com que a Companhia cresça e se desenvolva em busca de sua perpetuidade.

A proporção de cada elemento na remuneração total apresentou-se da seguinte forma nos 3 últimos exercícios sociais:

% em relação à remuneração total – 2024

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	27,72%	70,55%	1,72%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%
Comitês	100%	0%	0%	100%

% em relação à remuneração total – 2023

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	45,6%	50,3%	4,1%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%
Comitês	100%	0%	0%	100%

% em relação à remuneração total – 2022

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	37,0%	60,1%	2,9%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%
Comitês	100%	0%	0%	100%

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração

Entende-se que os membros do Conselho de Administração devem fazer jus apenas à remuneração fixa para que se reflita o reconhecimento dado a sua função supervisora e orientadora dos negócios da Companhia, sem, no entanto, haver envolvimento com a sua execução.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

Na mesma medida, entende-se que os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração devem fazer jus apenas à remuneração fixa em reconhecimento à sua função, sem, no entanto, haver envolvimento com a sua execução.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária está alinhada às práticas de mercado do *peer group* (empresas que possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e governança). A Companhia tem uma prática competitiva em relação à remuneração variável, pois entende que, dessa forma, alinha os interesses dos diretores com os da Companhia e de seus acionistas, compartilhando o risco e o resultado da Companhia com seus principais executivos, visando a obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

Conselho Fiscal

A composição da remuneração do Conselho Fiscal está alinhada às práticas de mercado e ao disposto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A., que estabelece a remuneração mínima legal.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Membros suplentes do Conselho de Administração e suplentes do Conselho Fiscal não recebem honorários fixos mensais, uma vez que não se engajam nas atividades da Companhia. Porém, os membros suplentes do Conselho de Administração que são membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração são remunerados por isso.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe nenhuma remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Como instrumento de retenção de pessoas-chave, determinados Diretores Não Estatutários fazem jus a um “Bônus de Retenção”, cujo direito está sujeito a determinadas condições e requisitos, atrelado à ocorrência de eventos societários específicos, incluindo a mudança no controle da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. Com relação aos Diretores Estatutários que saíram da Companhia no final de 2024 e que faziam jus a tal Bônus, o instrumento de retenção foi liquidado no ano de 2024.

No caso de uma transação acionária envolvendo o controle da Companhia durante o ano de 2025, os novos Diretores Estatutários empossados em dezembro de 2024 farão jus ao pagamento do valor anual integral pactuado para o incentivo de curto prazo referente ao ano de 2025, bem como a outorga



antecipada do Programa de ILP 2025, no *matching* base do Programa, em valor correspondente a 40% do valor total do incentivo de curto prazo definido para o ano de 2024.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	7	5	23
Nº de membros remunerados	11	7	5	23
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.847.200,00	13.290.004,96	1.062.000,00	24.199.204,96
Benefícios direto e indireto	0,00	626.859,27	0,00	626.859,27
Participações em comitês	3.684.000,00	0,00	0,00	3.684.000,00
Outros	1.828.023,77	7.000.000,01	53.000,00	8.881.023,78
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: Verba contingencial	Outros: Verba contingencial	Outros: Verba contingencial	Outros: Verba contingencial
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	26.562.500,00	0,00	26.562.500,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável	N/A	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável	
Pós-emprego	0,00	1.163.411,99	0,00	1.163.411,99
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	12.750.000,00	0,00	12.750.000,00
Observação				
Total da remuneração	15.359.223,77	61.392.776,23	1.115.000,00	77.867.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	6	5	22

Nº de membros remunerados	11	6	5	22
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.804.510,00	16.761.683,98	1.064.360,00	27.630.553,98
Benefícios direto e indireto	0,00	394.737,05	0,00	394.737,05
Participações em comitês	3.115.049,33	0,00	0,00	3.115.049,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	20.334.658,33	0,00	20.334.658,33
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5.155.000,00	0,00	5.155.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Outros: Valores referentes a liquidação do Programa de Retenção dos Diretores Estatutários de 2024	N/A	Outros: Valores referentes a liquidação do Programa de Retenção dos Diretores Estatutários de 2024
Pós-emprego	0,00	647.060,88	0,00	647.060,88
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	17.165.663,95	0,00	17.165.663,95
Observação				
Total da remuneração	12.919.559,33	60.458.804,20	1.064.360,00	74.442.723,53

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	6	5	22
Nº de membros remunerados	11	6	5	22
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.799.284,00	13.202.149,08	1.063.770,00	24.065.203,08
Benefícios direto e indireto	0,00	342.204,69	0,00	342.204,69

Participações em comitês	3.168.000,00	0,00	0,00	3.168.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.949.980,67	0,00	10.949.980,67
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	717.204,04	0,00	717.204,04
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.003.826,01	0,00	4.003.826,01
Observação				
Total da remuneração	12.967.284,00	29.215.364,49	1.063.770,00	43.246.418,49

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	6	5	22
Nº de membros remunerados	10	6	5	21
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.116.200,00	16.555.641,65	1.032.000,00	26.703.841,65
Benefícios direto e indireto	0,00	909.397,73	0,00	909.397,73
Participações em comitês	2.942.433,33	0,00	0,00	2.942.433,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação de resultados	0,00	14.325.773,35	0,00	14.325.773,35
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	453.714,56	0,00	453.714,56
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	15.191.262,36	0,00	15.191.262,36
Observação				
Total da remuneração	12.058.633,33	47.435.789,65	1.032.000,00	60.526.422,98

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	7	5	23,00
Nº de membros remunerados	0	7	0	7,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	26.562.500,00	0,00	26.562.500,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	7	5	23
Nº de membros remunerados	0	7	0	7
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	27.250.000,00	0,00	27.250.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	20.334.658,33	0,00	20.334.658,33

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	6	5	22
Nº de membros remunerados	0	6	0	6
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	26.750.000,00	0,00	26.750.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		10.949.981,00		10.949.981,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	6	5	22
Nº de membros remunerados	0	6	0	6
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	27.937.500,00	0,00	27.937.500,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		14.325.773,35		14.325.773,35

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A companhia possui 2 (dois) planos com outorgas vigentes, conforme detalhado abaixo:

- Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“Plano 2018”) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2018, contemplando, dentre outros integrantes, os Diretores Estatutários. A vigência deste Plano teve início na data de sua aprovação pela Assembleia e encerrou-se 5 (cinco) anos após essa data, em 2022. No âmbito do Plano, no entanto, o programa de 2022 aprovado ao longo de sua vigência ainda está em andamento, havendo ações a serem entregues aos Participantes, conforme detalhamento nos itens 8.9 e 8.10 abaixo.
- O Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“Plano 2023”) foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2023, contemplando, dentre outros integrantes, os Diretores Estatutários. A vigência do Plano teve início na data de sua aprovação pela Assembleia e se encerrar 5 (cinco) anos após essa data, em 2028.

Os Planos podem ser encontrados no site da CVM (www.cvm.gov.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração.

Plano 2018 – Vigência das Outorgas até 2022

a. termos e condições gerais

Podem ser indicados para participar do Plano as pessoas naturais que trabalham e que integram a Companhia ou as sociedades por ela controladas, incluindo, mas não se limitando, aos Diretores. O Conselho de Administração define, dentre tais integrantes, os participantes de cada programa anual de outorga de ações restritas (respectivamente “Pessoas Elegíveis” e “Programa”).

As Pessoas Elegíveis manifestam a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa, mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, passando a ser designadas como “Participantes”.

A outorga das Ações Restritas (“Contrapartida”) é condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de ações próprias (“Ações Próprias”), sendo que as Pessoas Elegíveis podem investir voluntariamente, com recursos financeiros próprios, o valor mínimo de 10% e máximo de 20% do valor bruto do seu incentivo de curto prazo planejado.

A meta do Plano é a outorga, para cada 01 (uma) Ação Própria, 02 (duas) Ações Restritas. No entanto, o Conselho de Administração pode definir, de forma excepcional e justificada, a cada Programa, múltiplo diverso de Ações Restritas a ser transferida para cada Ação Própria nos termos e condições do Contrato de Outorga aplicável, observado o mínimo de 01 (uma) Ação Restrita e o máximo de 03 (três) Ações Restritas para cada Ação Própria. O número é definido a exclusivo critério do Conselho de Administração a partir da análise dos seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social

imediatamente anterior à celebração do Contrato de Outorga; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos 03 (três) exercícios seguintes à aprovação de cada programa; e (c) valor das Ações Restritas negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na data de aprovação de cada Programa.

Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga (“Período de Carência”), e, cumulativamente; (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia foi aprovado na Assembleia Gerais Extraordinária realizada em 21 de março de 2018.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas pelo Plano é de 1,5% do Capital Social da Companhia, que correspondia, na data de aprovação do Plano de 2018, a 11.958.865 (onze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco) ações de um total de 797.257.834 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e cinquenta e sete mil, oitocentas e quatro) ações.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do modelo do Plano.

e. condições de aquisição de ações

A Contrapartida é condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de Ações Próprias.

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita na localidade de cada Participante no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva transferência das Ações Restritas, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Período de Carência será de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga. Durante o Período de Carência, o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia ou às sociedades por ela controladas mantendo a propriedade ininterrupta de suas Ações Próprias para que tenha direito à transferência das Ações Restritas pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Outorga, observadas as regras relativas às hipóteses de desligamento da Companhia, conforme previstas no Plano e respectivos Contratos de Outorga.

h. forma de liquidação

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato de Outorga aplicável, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia ou as sociedades por ela controladas transferirão, por meio de operação privada, para o nome dos

Participantes, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias, a quantidade de Ações Restritas a que os Participantes façam jus. Exceto no que se refere aos tributos que serão abatidos, a Companhia ou as sociedades por ela controladas, conforme o caso, arcarão com os eventuais custos incidentes para a realização da transferência das Ações Restritas para os Participantes. Na hipótese de não ser possível entregar as referidas Ações Restritas aos Participantes, a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas poderão pagar aos Participantes, com recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente da respectiva localidade de atuação do Participante, o montante equivalente às Ações Restritas outorgadas considerando Preço de Referência das Ações Restritas, líquido dos tributos eventualmente incidentes. i. restrições à transferência das ações

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de: (i) Alteração de Controle da Companhia (conforme definido no Plano); (ii) realização de oferta pública de fechamento de capital da Companhia; (iii) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária, os Participantes farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência do evento estabelecido nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos Participantes, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelos Participantes, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados.

O Plano também prevê que, nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e

Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações restritas em qualquer das jurisdições onde este será implementado, poderá levar à revisão integral do Plano, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Por fim, o direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Outorga aplicáveis extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento de um Participante (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, (ii) por solicitação do Participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador), ou (iii) qualquer evento de aposentadoria que não seja uma Aposentadoria Acordada (conforme definido no Plano), o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas sob o Plano, qualquer Programa e Contrato de Outorga, o qual restará automaticamente extinto na data de Desligamento (conforme definido no Plano), de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante, exceto pelas Ações Restritas já obtidas até a data efetiva do Desligamento, ainda que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) demissão pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas sem justa causa; (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades; ou (iii) transferência do Participante para ocupar cargo em sociedade do mesmo grupo da Companhia que não seja participante do Plano, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) de uma quantidade pro rata das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, levando-se em conta para o referido cálculo pro rata a quantidade de meses completos em que tal Participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Período de Carência, sendo que as Ações Restritas remanescentes restarão automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante. Para a outorga do Plano 2018 ocorrida em 2022 a entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, excepcionalmente e a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição não

tenham sido plenamente adquiridos pelo Participante na data de Desligamento. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) falecimento; ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga.

Ainda, o Conselho de Administração possui a prerrogativa de estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais da Companhia serão mais bem atendidos pelas medidas acima ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis ou arcar com tributos incidentes.

Plano 2023 – Vigência a partir de 2023

a. termos e condições gerais

Podem ser indicados para participar do Plano as pessoas naturais que trabalham e que integram a Companhia ou as sociedades por ela controladas, incluindo, mas não se limitando, aos Diretores. O Conselho de Administração define, dentre tais integrantes, os participantes de cada programa anual de outorga de ações restritas (respectivamente “Pessoas Elegíveis” e “Programa”).

As Pessoas Elegíveis manifestam a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa, mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, passando a ser designadas como “Participantes”.

A outorga das Ações Restritas (“Contrapartida”) é condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de ações próprias (“Ações Próprias”), sendo que as Pessoas Elegíveis podem investir voluntariamente, com recursos financeiros próprios, o valor mínimo de 10% e máximo de 20% do valor bruto do seu incentivo de curto prazo planejado.

A meta do Plano é a outorga, para cada 01 (uma) Ação Própria, 02 (duas) Ações Restritas. No entanto, o Conselho de Administração pode definir, de forma excepcional e justificada, a cada Programa, múltiplo diverso de Ações Restritas a ser transferida para cada Ação Própria nos termos e condições do Contrato de Outorga aplicável, observado o mínimo de 01 (uma) Ação Restrita e o máximo de 03 (três) Ações Restritas para cada Ação Própria. O número é definido a exclusivo critério do Conselho de Administração a partir da análise dos seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Outorga; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos 03 (três) exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das Ações Restritas negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na data de aprovação de cada Programa.

Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem

continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga (“Período de Carência”), e, cumulativamente; (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia foi aprovado na Assembleia Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de julho de 2023.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas pelo Plano é de 1,5% do Capital Social da Companhia, que correspondia, na data de aprovação do Plano de 2023 a 11.958.117 (onze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, cento e dezessete) ações de um total de 797.207.834 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e sete mil, seiscentas e quatro) ações.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do modelo do Plano.

e. condições de aquisição de ações

A Contrapartida é condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de Ações Próprias.

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita na localidade de cada Participante no 1º (primeiro) dia útil (a.i) imediatamente posterior ao fim do Período de Carência ou (a.ii) do 15º (décimo quinto) dia útil imediatamente anterior à data do respectivo Desligamento, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3, nas mesmas datas previstas acima, conforme o caso, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante;

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Período de Carência será de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga.

Durante o Período de Carência, o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia ou às sociedades por ela controladas mantendo a propriedade ininterrupta de suas Ações Próprias para que tenha direito à transferência das Ações Restritas pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de

Outorga, observadas as regras relativas às hipóteses de desligamento da Companhia, conforme previstas no Plano e respectivos Contratos de Outorga.

h. forma de liquidação

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato de Outorga aplicável, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia ou as sociedades por ela controladas transferirão, por meio de operação privada, para o nome dos Participantes, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, a quantidade de Ações Restritas a que os Participantes façam jus. Exceto no que se refere aos tributos que serão abatidos, a Companhia ou as sociedades por ela controladas, conforme o caso, arcarão com os eventuais custos incidentes para a realização da transferência das Ações Restritas para os Participantes. Na hipótese de não ser possível entregar as referidas Ações Restritas aos Participantes, a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas poderão pagar aos Participantes, com recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente da respectiva localidade de atuação do Participante, o montante equivalente às Ações Restritas outorgadas considerando Preço de Referência das Ações Restritas, líquido dos tributos eventualmente incidentes.

i. restrições à transferência das ações

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de: (i) Alteração de Controle da Companhia (conforme definido no Plano); (ii) realização de oferta pública de fechamento de capital da Companhia; (iii) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária, os Participantes farão jus ao recebimento, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento estabelecido nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos Participantes, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelos Participantes, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados.

O Plano também prevê que, nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações restritas em qualquer das jurisdições onde este será implementado, poderá levar à revisão integral do Plano, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Por fim, o direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Outorga aplicáveis extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento de um Participante (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, (ii) por solicitação do Participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador), ou (iii) qualquer evento de aposentadoria que não seja uma Aposentadoria Acordada (conforme definido no Plano), o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas sob o Plano, qualquer Programa e Contrato de Outorga, o qual restará automaticamente extinto na data de Desligamento (conforme definido no Plano), de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante, exceto pelas Ações Restritas já obtidas até a data efetiva do Desligamento, ainda que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) demissão pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas sem justa causa; (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades; ou (iii) transferência do Participante para ocupar cargo em sociedade do mesmo grupo da Companhia que não seja participante do Plano, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) de uma quantidade pro rata das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, levando-se em conta para o referido cálculo pro rata a quantidade de meses completos em que tal Participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Período de Carência, sendo que as Ações Restritas remanescentes restarão automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante. Para outorgas do Plano 2023 a entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada em até 30 (trinta) dias da data do Desligamento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição não tenham sido plenamente adquiridos pelo Participante na data de Desligamento. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) falecimento; ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 30 (trinta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente

transferidas pela Companhia ou sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga.

Na hipótese de Desligamento de um Participante que seja o Diretor Presidente ou um Vice-Presidente, por decisão da Companhia, salvo se por demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, tal Participante fará jus ao recebimento da totalidade das Ações Restritas independentemente dos requisitos para vesting terem sido observados. Nesse caso, a entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada em até 30 (trinta) dias da data do Desligamento.

Ainda, o Conselho de Administração possui a prerrogativa de estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais da Companhia serão mais bem atendidos pelas medidas acima ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis ou arcar com tributos incidentes.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ação (mas sim de ações restritas).

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações (mas sim de ações restritas).

8.7 Opções em aberto

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações (mas sim de ações restritas).

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações (mas sim de ações restritas).



BRKM5
NÍVEL 1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA

Corporate
Governance Trade
Index IGCT



FTSE4Good



8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Vide quadro abaixo que endereça as questões 8.9 e 8.10.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Quadros abaixo que endereçam as questões 8.9 e 8.10.

Exercício	2025
Órgão	Diretores Estatutários
Nº total de membros	7,00
Nº total de membros remunerados	7,00
Programas	Programa 2025
Quantidade total de ações outorgadas	986.842
Quantidade Total de Ações ainda não exercíveis	986.842
Data da outorga	Aguardando aprovação da Outorga 2025 pelo Conselho de Administração
Data em que se tornarão exercíveis (término da carência)	Aguardando aprovação da Outorga 2025 pelo Conselho de Administração
Prazo máximo para entrega das ações	30 dias após o término do período de carência (3 anos)
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há Lockup.
Quantidade total de ações transferidas	0
Quantidade total de ações prescritas	0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	< 1,5%
Valor justo das ações na data da outorga	R\$12,92

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 12.750,000,00
---	-------------------

Observação: Outorga do Programa de ILP 2025 ainda não foi aprovada pelo Conselho de Administração. Valores de 2025 consideram como premissa a contribuição individual de 20% do Pacto de PLR de 2024 e contrapartida máxima de 3,00 ações para cada ação investida. Valor da ação de R\$12,92 é a média de fechamento da ação BRKM5 do período de 2 de janeiro de 2025 a 4 de fevereiro de 2025.

Exercício	2024
Órgão	Diretores Estatutários
Nº total de membros	6,00
Nº total de membros remunerados	6,00
Programas	Programa 2024
Quantidade total de ações outorgadas	473.417
Quantidade Total de Ações ainda não exercíveis	0
Data da outorga	05/06/2024
Data em que se tornarão exercíveis (término da carência)	05/06/2027
Prazo máximo para entrega das ações	30 dias após o término do período de carência (3 anos)
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há Lockup.
Quantidade total de ações transferidas	473.417

Quantidade total de ações prescritas	0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	< 1,5%
Valor justo das ações na data da outorga	R\$18,19
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 8.611.455,23

Exercício	2023
Órgão	Diretores Estatutários
Nº total de membros	6,00
Nº total de membros remunerados	6,00
Programas	Programa 2023
Quantidade total de ações outorgadas	293.110
Quantidade Total de ações ainda não exercíveis	0
Data da outorga	06/09/2023
Data em que se tornarão exercíveis (término da carência)	06/09/2026
Prazo máximo para entrega das ações	30 dias após o término do período de carência (3 anos)
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há Lockup.
Quantidade total de ações transferidas	293.110

Quantidade total de ações prescritas	0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	< 1,5%
Valor justo das ações na data da outorga	R\$23,02
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 6.747.392,20

Exercício	2022
Órgão	Diretores Estatutários
Nº total de membros	6,00
Nº total de membros remunerados	6,00
Programas	Programa 2022
Quantidade total de ações outorgadas	184.820
Quantidade Total de Ações ainda não exercíveis	0
Data da outorga	17/05/2022
Data em que se tornarão exercíveis (término da carência)	17/05/2025
Prazo máximo para entrega das ações	60 dias após o término do período de carência (3 anos)
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há Lockup.
Quantidade Total de Ações transferidas	184.820

Quantidade total de ações prescritas	0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	< 1,5%
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 44,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 8.159.803,00

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	11	6	
Nº de membros remunerados	0	6	
Nº de ações	0	960.812	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	16,17	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-15.533.319,24	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	11	6	
Nº de membros remunerados	0	6	
Nº de ações	0	216.721	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	23,40	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-5.071.271,40	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	11	6	
Nº de membros remunerados	0	6	
Nº de ações	0	51.729	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	42,53	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-2.200.034,37	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Plano 2018 (Vigência de 2018 a 2022)

Conforme indicado no item 8.4 (f), o preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita (conforme definido no Plano) na localidade de cada Participante no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva transferência das Ações Restritas, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante.

Plano 2013 (Vigência de 2023 a 2027)

Conforme indicado no item 8.4 (f), o preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita (conforme definido no Plano) na localidade de cada Participante no 1º (primeiro) dia útil (a.i) imediatamente posterior ao fim do Período de Carência ou (a.ii) do 15º (décimo quinto) dia útil imediatamente anterior à data do respectivo Desligamento, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3, nas mesmas datas previstas acima, conforme o caso, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

31/12/2024						
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Órgãos Técnicos ou Consultivos	Total
	Emissor					
Braskem S.A.	Ações Ordinárias	898	0	0	0	898
	Ações Preferenciais – Classe A	500	600	100	5.300	6.500
	Ações Preferenciais – Classe B	0	0	0	0	0

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal
Nº de membros	11,00	6,00	5,00
Nº total de membros remunerados	11,00	6,00	5,00
Nome do plano	N/A	Plano Vexty	N/A
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	6,00	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Após a rescisão do vínculo empregatício, de direção ou de mandato com a Patrocinadora é facultado ao Participante, em função do seu plano de vida e carreira, antecipar a solicitação do seu benefício com qualquer idade inferior a 70 (setenta) anos.	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 10.443.484,37	N/A
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 647.060,88	N/A
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	Não há. O resgate é possível somente após rescisão do vínculo empregatício, de direção ou de mandato com a Patrocinadora	N/A

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	6	6	6	11	11	11	5	5	5
Nº de membros remunerados	6	6	6	11	11	10	5	5	5
Valor da maior remuneração Real	18.437.691,37	8.845.000,00	22.831.950,37	2.554.800,00	2.554.800,00	2.504.533,33	212.400,00	212.400,00	206.400,00
Valor da menor remuneração Real	6.964.063,78	3.908.357,00	2.899.454,63	894.000,00	894.000,00	894.000,00	212.400,00	212.400,00	206.400,00
Valor médio da remuneração Real	10.831.864,43	5.439.533,00	7.905.964,94	1.257.005,56	1.206.120,00	1.205.863,33	212.400,00	212.400,00	206.400,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária
	Observação
31/12/2024	O valor da maior remuneração individual da Diretoria Estatutária em 2024 contempla evento não recorrente referente ao reconhecimento dos valores relacionados à rescisão contratual do Diretor Presidente, que exerceu o cargo até 29.11.2024.
31/12/2022	O valor da maior remuneração individual da Diretoria Estatutária em 2022 contempla evento não recorrente referente ao reconhecimento dos valores relacionados à rescisão contratual do Diretor Presidente, que exerceu o cargo até 31.12.2022.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, com exceção dos direitos relativos ao Programa de Incentivo de Longo Prazo, aplicáveis aos diretores e demais integrantes que sejam elegíveis, conforme regras do Plano vigente.

Os administradores da Companhia são cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), emitida pela HDI Global Seguros, com cobertura válida até 17 de julho de 2026. A apólice conta com abrangência em todo o território mundial, e o prêmio líquido da apólice vigente foi de US\$ 3,907 mil.

Nos termos da apólice, os administradores serão indenizados por perdas e danos (inclusive custos de defesa) resultantes de reclamações de terceiros contra os administradores fundamentadas em omissões ou atos danosos praticados no exercício de suas funções (contanto que não seja caracterizado dolo ou culpa grave equiparada ao dolo ou alguma outra exclusão/limitação específica constante na apólice).

Em complemento ao Seguro de D&O descrito acima, a Companhia está autorizada a firmar compromisso de indenidade com determinados Beneficiários, conforme definido na Política de Administradores e Integrantes, incluindo seus administradores e ex-administradores. A Política de Administradores e Integrantes foi aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2017 e atualizada pela última vez em 08/11/2023 (“Política de Indenidade”) que se encontra disponível nos sites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício social encerrado em	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
2025	37,38%	20,00%	23,57%
2024	38,46%	19,96%	0,96%
2023	35,85%	19,97%	0,00%
2022	37,23%	20,00%	0,00%

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos três exercícios sociais e em relação ao exercício social corrente, não foram reconhecidos e não se espera que sejam reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Remuneração por funções exercidas pelos atuais membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia na Controladora e/ou Sociedades sob controle comum				
Órgão da Companhia	2025 (Previsão)*	2024	2023	2022
Conselho de Administração	R\$ 15.766.613,33 a título de remuneração de Administradores e empregados do Controlador e de Sociedades sob controle comum da Companhia.	R\$ 21.569.108,10 a título de remuneração de Administradores e empregados do Controlador e de Sociedades sob controle comum da Companhia.	R\$ 26.512.446,59 a título de remuneração de Administradores e empregados do Controlador e de Sociedades sob controle comum da Companhia.	R\$ 17.325.350,56 a título de remuneração de Administradores e empregados do Controlador e de Sociedades sob controle comum da Companhia.
Diretoria	R\$ 1.201.298,00 a título de remuneração de Administrador de Sociedade sob controle comum da Companhia.	R\$ 15.000,00 a título de remuneração de Administrador de Sociedade sob controle comum da Companhia.	Não aplicável.	Não aplicável.
Conselho Fiscal	R\$ 360.000,00 a título de pagamento de remuneração a Conselheiro de sociedade sob controle comum da Companhia.	R\$ 360.000,00 a título de pagamento de remuneração a Conselheiro de sociedade sob controle comum da Companhia.	R\$ 360.000,00 a título de pagamento de remuneração a Conselheiro de sociedade sob controle comum da Companhia.	R\$ 360.000,00 a título de pagamento de remuneração a Conselheiro de sociedade sob controle comum da Companhia.

* Os valores relacionados ao exercício social de 2025 tratam-se de uma previsão, estando sujeitas à aprovação dos acionistas nas assembleias gerais ordinárias das respectivas empresas e à sua individualização pelo órgão competente.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera os membros suplentes do Conselho de Administração que são remunerados por participarem de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração e os membros externos do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutária (i.e., membros que não fazem parte do Conselho de Administração nem mesmo na qualidade de suplentes).

	Suplentes + Membros Externos do CCAÉ	Total
Nº total de membros	7,00	7,00
Nº total de membros remunerados	4,00	4,00
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	1.248.000,00	1.248.000,00
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A

Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração (líquida)	1.248.000,00	1.248.000,00

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera os membros suplentes do Conselho de Administração que são remunerados por participarem de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração e os membros externos do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutária (i.e., membros que não fazem parte do Conselho de Administração nem mesmo na qualidade de suplentes).

	Suplentes + Membros Externos do CCAÉ	Total
Nº total de membros	7,00	7,00
Nº de Membros remunerados	4,08	4,08
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	1.223.500,00	1.223.500,00
Outros	N/A	N/A

Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessaç�o do cargo	N/A	N/A
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	N/A	N/A
Observa�o	N/A	N/A
Total da remunera�o (l�iquida)	1.223.500,00	1.223.500,00

Remunera o total do Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera os membros suplentes do Conselho de Administra o que são remunerados por participarem de Comitês de assessoramento do Conselho de Administra o e os membros externos do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutária (i.e., membros que não fazem parte do Conselho de Administra o nem mesmo na qualidade de suplentes).

	Suplentes + Membros Externos do CCAEE	Total
--	--	--------------

Nº total de membros	7,00	7,00
Nº de Membros remunerados	4,08	4,08
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	1.272.000,00	1.272.000,00
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A

Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração (líquida)	1.272.000,00	1.272.000,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera os membros suplentes do Conselho de Administração que são remunerados por participarem de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração e os membros externos do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutária (i.e., membros que não fazem parte do Conselho de Administração nem mesmo na qualidade de suplentes).

	Suplentes + Membros Externos do CCAEE	Total
Nº total de membros	5	5
Nº de membros remunerados	5	5
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	1.507.233,33	1.507.233,33
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A

Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração (líquida)	1.507.233,33	1.507.233,33